



Greve
1993

Informativo

Campus I - UFPB

Pauta emergencial da Greve Unificada dos SPFs

1. Política salarial - reajuste mensal dos salários de acordo com o índice de inflação;
 2. Isonomia salarial entre os três poderes;
 3. Revisão das punições aos servidores públicos;
 4. Liberação imediata do FGTS;
 5. Recuperação das perdas salariais decorrentes dos planos econômicos (Collor, Bresser e outros).
- O Setor das IFES reivindica ainda ISONOMIA no MEC.

Quadro Nacional ANDES-SN 13.05.93

UFAC - greve a partir de hoje
 UFPA - indicativo de greve para 14.05
 UFMA - greve a partir de hoje
 UFSE - indicativo de greve para 18.05
 UFBA - greve a partir de hoje
 UFJF - greve a partir de hoje
 UFV - indicativo de greve para 20.05
 UFES - indicativo de greve para 17.05
 UNI-RIO - ... greve a partir de hoje
 UFF - greve a partir de hoje
 UFRRJ - greve a partir de hoje
 UFSCAR - ... indicativo de greve para 17.05
 UFSC - greve a partir de hoje
 CEFET-PR - . greve a partir de hoje
 UFSM - greve a partir de hoje
 UPPB - greve a partir de hoje - campus I,
campi do interior integram-se à greve nacional.

Chamada de Greve: **ACORDE!** Refleta sobre os verdadeiros motivos da greve

Quadro dos Servidores Públicos Federais (SPFs) na Paraíba 13.05.93

ETFPB (Escola Téc. Federal da Paraíba) - em greve
 INCRA - em greve
 DFARA (Delegacia F. da Agricultura e Reforma Agrária) - em greve
 LBA - parcialmente em greve (60%)
 FNS (Fundação Nacional de Saúde) - em greve
 DRT (Delegacia Regional do Trabalho) - em greve
 DEMEC (Delegacia do MEC) - em greve
 DNOCS (Delegacia Nac. de Obras Contra a Seca) - parcialmente em greve.

Resultado da AG de 13.05.93

A Assembléia Geral dos Docentes do Campus I, realizada em 13.05.93, no Auditório da Reitoria contou com a presença de 385 docentes, tendo aprovado a deflagração da greve por 215 votos a favor, 78 votos contra e 14 abstenções.

O Comando de Greve é composto por 3 representantes da Diretoria da ADUFPB-JP, 10 representantes da Assembléia Geral (*Rubens Freire-CCEN, Rinaldo- CCHLA, Clélia-CCS, Hélio-CT, Jaldes-CCHLA, Tek - CE, Iedo-CCI, Tereza Learth-CCHLA, Mônica-CCHLA, Vilma-CCHLA* e 01 representante eleito em reuniões de Centro.

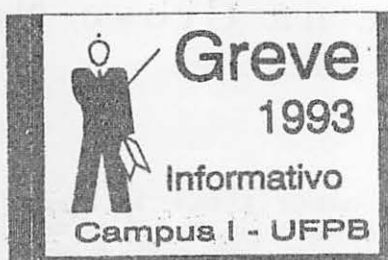
Foi constituída também uma Comissão de Mobilização (*Salete, Edna, Paula, Bernadete, Windyz, Aparecida, Nazaré, Regina Behar, Esther, Everaldo, Cristina*).

Foi aprovado o seguinte calendário:

Sexta, 14/05 e Segunda, 17 - Reuniões por Centro
 Sexta, 14/05 - 15 horas - AG dos SPFs no Lyceu.
 Terça, 18/05 - 9:00h - Aud. Reitoria
 - ASSEMBLÉIA GERAL

NÃO ESTAMOS SÓS!

Boletim Informativo do Comando Local de Greve dos Docentes - Campus I - UFPB
 João Pessoa - Paraíba - Nº 00 13 de maio de 1993



Balço da Greve - Avaliação -

A greve geral dos Servidores Públicos Federais (SPF's) iniciada no último dia 13.05, e na qual se insere a greve dos docentes das IFES e a nossa greve, com extensão e presença nacional, abarcando amplos setores do funcionalismo federal, com expressivo número de categorias mobilizadas (veja quadro), ganha já espaços na imprensa tal a sua repercussão.

O quadro geral da greve mostra que esta pode ainda crescer na medida em que novos setores se incorporem (muitas assembleias estão marcadas para esta semana), cabendo então o trabalho de manter, consolidar e estruturar essa unificação para que possamos aumentar nosso poder de pressão. A greve se dá num crescendo e este é o primeiro ponto a ser ressaltado; o balanço da greve é positivo.

É preciso reconhecer que esta unificação se deu a partir de um processo construído paulatinamente, que se iniciou com a apresentação de uma pauta de reivindicações em outubro de 1992 e ante as sucessivas indefinições do governo, ante as evasivas, ante negociações que em nada avançaram, e após duas plenárias nacionais dos servidores públicos federais e do setor das IFES e de uma paralisação nacional no dia 14.04, convergiu para uma pauta emergencial cujo eixo é política salarial,

isonomia entre os três poderes e recuperação da perdas oriundas dos diversos planos econômicos. A pauta emergencial efetivamente unifica o movimento e contribui para desmascarar a política do governo Itamar que, em relação ao serviço público e em relação aos servidores públicos, nada apresentou de novo em relação aos governos anteriores: não há política salarial para o setor público e a greve se mostra como o instrumento capaz de arrancar uma mesa de negociação e não apenas - como tem acontecido - de postergação.

Precisamos ter claro o quanto é oportuna a greve neste momento. O governo Itamar não ilude mais ninguém: a imagem de decência e ética não lhe cabe ante o "caso" Eliseu/Odebrecht; ante o descontrole da inflação é solicitado aos empresários que não subam os preços e aos banqueiros que não subam os juros, como se a lógica do capital permitisse tal "boa-vontade"; passado o plebiscito anuncia-se nova reforma ministerial, para que o governo inicie-se "mais uma vez", fragilizando ainda mais os ministros que "nada decidem" - a greve dos SPF's, neste momento acirra tais contradições. Com uma inflação rondando a casa dos 30%, a falta de uma política salarial, de uma isonomia de verdade, de uma definição sobre as perdas históricas dos SPF's é a forma perversa de desconhecer nosso trabalho, de sucatear o serviço público - nossos salários nunca estiveram tão baixos (veja quadro adiante).

Nossa tarefa agora é fazer crescer nossa mobilização, contribuir para a consolidação da greve, seja na UFPB, seja a nível estadual, mantendo o movimento unitário, para forçar a abertura de negociação e a conquista das reivindicações.

Comando Local de Greve
Docentes Campus I - UFPB

REUNIÕES DE CENTROS

Dia 17.05.93

Proposta de Pauta:

1. Informes; 2. Avaliação da Greve
3. Eleição de um representante do Centro e um suplente para integrar o Comando de Greve.
4. Proposta de elaboração de um calendário de atividades de greve para o Centro.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia: 18 de maio (terça-feira)

Local: Auditório da Reitoria

Hora: 9:00h

Reunião do Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG) em 13.05.93

Entidades presentes: CUT, FASUBRA-SINDICAL, ANDES-SN, SINASEFE, FENASPS, CONDSEF, SINDIFISCO, FENAJUFE, FENAS-TRA, FENADADOS e SNTPV

Pauta: 1) Informes do início da Greve; 2) Instalação do Comando; 3) Encaminhamentos.

1) Informes da Greve Nacional CONDSEF

DF - INCRA, IBAMA, M. FAZENDA (sede e outros órgãos) MBES, DNC, DNER, OG do Exército, Hospital Geral do Exército, Hospital Naval, CINDACTA, CNPq, INEMET, MARA, DNPM, FAE, MME, MEC, MS, LBA, CBIA e FUNAI Passeata com mais de 7.000 servidores em 13.05.

MT - FNS, MF, IMETRO, Órgãos militares, INCRA, DFARA, DEMEC, CBIA, DNPM, SUNAB, FUNAI, IBAMA, SDR.

TO - IBAMA, TTN, INCRA, DFARA.
GO - LBA, INCRA, FUNAI, INMETRO, FNS, Receita Federal (PCC), DEMEC, IBAMA, TTN, Base Aérea e Anápolis, DRT, MF, MARA, DENTEL.

MS - DFARA, FUNAI, DEMEC, IBAMA, TTN, Min. Fazenda, INSS, EMBRAPA, CNPq, FUNAI, FNS, DNPM.

AC - FNS, INCRA.

PA - ASFICAP, INCRA, DFARA, CEPLAC, IBAMA, Min. Fazenda, INSS, EMBRAPA, CNPq, FUNAI, FNS, DNPM.

RO - DFARA, FUNAI, SUNAB, IBAMA, INCRA, INSS, DEMEC, IBGE, Órgão paralisados desde 14.05: Universidade, SUNAB, SUFRAMA, DNER, LBA, CEPLAC.

AL - IBAMA, DFARA, INCRA, Receita Federal, MF, MCT, MME, FUNAI, LBA, FCBIA, FAE, Exército, FNS.

RN - FNS, INCRA, DFARA, CEPLAC, IBAMA, TTN, FCBIA, DEMEC, MF(18.05).

PE - IBAMA, TTN, MF, INCRA, SUDENE, FCBIA, DEMEC.

BA - IBAMA, TTN, FNS, MARA, MF, IBPC, MEC, CBIA, INCRA, DNER, Polícia Rodoviária, LBA (a partir de 19.05), Assembleias previstas: 17.05, DNPM, DNOCS, SUNAB, CEPLAC.

PB - FNS, DNOCS, FCBIA, DNER, INCRA, LBA, FUNAI, DFARA, DRT, IBAMA, DEMEC, FAE, MF.

SE - IBAMA, INCRA, DFARA, ISPAF, FNS, TTN, DNER, DPU.

CE - INCRA, MARA, Base Aérea, DEMEC, FNS, MF, SUNAB, IBAMA.

MA - IBAMA, TTN, DPU, INCRA, Roquete Pinto, FUNAI, MF, Escola Técnica, FNS, CEPLAC, IBGE, Assembleias previstas: DRT (14/5), CEFET (18/5), MARA 14/5, DEFET-UNED (14/5).

PI - IBAMA, INCRA, FNS, DNOCS, DEMEC, DRT, MF.

ES - MF, MARA, LBA, DNER, INCRA, SUBAN, IBAMA.

SP - CTA/INPE, Museu Lasar Segal, Cinemateca Brasileira, CNEN, MARA, LBA, INCRA, IBAMA, TTN, INEMET, FAE, Biblioteca Nacional, ASSIBGE delibera sobre iniciada greve dia 17.05. Além das Entidades em Greve, participaram do Ato Unificado seguido de Passeata o Judiciário e Polícia Federais. O Ato Unificado foi realizado em frente ao Ministério da Fazenda com cerca de 800 pessoas, que seguiram em passeata passando pela Sede da Polícia Federal até a Previdência. As atividades dos Federais em SP têm sido em conjunto com os Servidores Estaduais e já se marcou outra manifestação no dia 20.05, às 14h no vão do MASP.

MG - IBAMA, TTN, MARA, FNS, IBPC, CNEN, MF, INEMET, LBA (1/2 expediente).

RJ - Serv. Civis das FFDD, IBAMA, Fund. Roquete Pinto, DNER, FCBIA, Cultura (MINC, Biblioteca Nacional, IBPC, IBAC, Casa Rui Barbosa), FAE, CNEN, Arquivo Nacional, CNPq, FUNAI, DEMEC, EMBRATUR, FNS/DATASUS, INCRA, MT-DNTA, TTN, MF, TVE.

SC - TTN, IBAMA, INCRA, Universidade, MEC, DPU, Base Aérea, IBPC.

RS - IBAMA, LBA, DEMEC, INCRA, IBPC, Min. Exército, MARA, MF(PCC).

AM - FUNAI, IBAMA, FNS.

2. SNTPV - DACT (Proteção ao vó) no RJ/SP/BSB desde 04/05, GREVE atinge 90% da categoria.

3. FENAJUFE - Paralisação de 24 horas em PI, BA e DF.

4. ASSIBGE - RJ, PE, ES, MG. A partir de segunda-feira Greve: PI AG entre 13 e 19, com perspectiva de greve: AM, RN, PB, DF, SP, BA, PR, CE, GO.

5. SINASEFE - Alegre (ES), Concórdia (SC), João Pessoa (PB), Ouro Preto (MG). A partir de 17.05 Escola Técnica Federal do Piauí.

6. FASUBRA - UFRGS, UPPEL, UFSM, UFRJ, UFF, UFRRJ, UNI-RIO, UFSCAR, UFJF, UFUP, UFV, UFG, UFMS, UFMT, UFG, UFBA, UNB, CEFET-BA, UFRPE, UFFB, UFMA, UFFI, UFPA, FUA, UFAC, UCAP.

7. FENADADOS - BA, CE, RJ, MG, DF, AL, PR, PB, MA, SP em estado de greve com AG para 14.05.

8. ANDEF - PB, AL, Pedro II (RJ) 5 unidades. Indicativo para 18.05 no CE, GO, Ouro Preto, Pelotas, QUÍMICA, RJ, Instituto Benjamin Constant (RJ), Instituto NACIONAL Educação dos Surdos (RJ).

9 - ANDES-SN - CEFET-PR, UFSC, UFRGS, UFSM, UFF, UFRRJ, UNI-RIO, UFSCAR, UFJF, UFPB-JP, UFMA, UFAC, UFPA, UFA, UFPB-CG, UFPB-PATOS, UFPE, UFG, ADUC, APUB.

10 - SINDIFISCO - Zona Primária: Aeroporto Inter. Brasília, Pará, Recife, São Sebastião, Salvador, BH, P. Alegre, Santana Livramento, Rio Grande. Operação Padrão - Santos, P. Paranáguá, Foz Iguaçu e Uruguaiana. Zona Secundária - Brasília, Pará, Macapá, Recife, Arçatuba, Campinas, Santos, São Sebastião, Curitiba, Londrina, Maringá, Foz Iguaçu, Salvador, BH, Contagem, Gov. Valadares, Juiz de Fora, Uberaba, Divinópolis, Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Campos, Volta Redonda, Joacaba, Porto Alegre, Santana do Livramento, Santa Maria, Rio Grande, Chuí, Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Uruguaiana.

11. FENASTRA - BA com AG para o dia 19.05.

12. FENASPS - MT greve 17.05, RN greve 1º.05, RJ e SP indic. para 27.05 a confirmar na Plenária Nacional, DF, AG 1º.05 com indicativo de greve, diversos estados com boa mobilização, possível adesão à greve.

13. - Judiciário, Legislativo e setores do GDF conquistaram 26,06% oriundos da revisão da tabela dos militares a partir de jan/93.

2) Instalação do Comando

Instalado o Comando dos SPFs em Brasília, conforme critérios deliberados na Plenária de 24 de abril e que constam do último Jornal da Coordenação. Só participam no CNUG entidades em dia financeiramente com a Coordenação Nacional dos SPFs, só têm direito a voto as entidades cuja base estejam em greve; as demais são observadoras.

Salienta-se que das Plenárias dos SPFs que se realizarem durante a greve, serão delegados com direito a voto aqueles de entidades cuja base esteja em greve (CUT, FASUBRA, ANDES, SINASEF, CONDESEF, ANDEF, ASSIBGE, FENADADOS, SNTPV, O SINDIFISCO embora em greve encaminhará consulta à base em Assembléia Nacional dia 18.05, quanto ao exercício do direito de voto) compõe com direito a voto no Comando, respeitando-se as deliberações da última Plenária, dois representantes (que não precisam ser fixos) por entidade nacional, independente do tempo que a mesma participe da Coordenação Nacional.

3) Encaminhamentos

- Coletiva à Imprensa será chamada para 14.05, 15h na sede da FENASPs.
- Protocolar em 14.05, solicitação da audiência na SAF com mesa poder de decisão.
- Contato com Dep. Paim, 14.05, às 10:00h, na Comissão do Trabalho, para análise da votação da Política Salarial e de como envolver o Congresso.
- Data da próxima Plenária Nacional do CNUG. As entidades devem avaliar, levando em consideração as datas da Plenária das entidades nacionais, para futura decisão no CNUG e considerar também a data de votação da Política Salarial na Câmara Federal.
- Entidades devem avaliar proposta de caravanas à Brasília, para que o Comando possa tomar decisão a este respeito.
- Orienta-se para que sejam formados Comandos Estaduais de Greve, com vistas à implantação e consolidação da Greve, apoio a mobilização em órgãos que não estão em greve e realização de Atos Unificados.
- O movimento deve dialogar com a sociedade e mais especificamente com a população usuária dos nossos serviços.
- sugerimos às entidades sindicais filiadas à CUT que procurem contribuir através de avaliações e sugestões, para a superação da crise por que passa a Central neste importante momento histórico.

Comentários sobre a posição dos salários das IFES.

Incluindo-se o reajuste de 33% obtido em março/93, o poder aquisitivo médio dos salários nas IFES nestes três primeiros meses de 1993 ficou 38% acima do salário médio do ano de 1993. Ainda que isso represente uma melhoria relativa razoável, o referencial de comparação é muito pobre. Como pode ser observado no gráfico do salário real desde março/90, o ano de 1992 foi o "fundo do poço" salarial (e isto pelo menos desde 1987). Para se ter uma idéia, no ano passado, em média, o salário de um Aux.I/20h representa 16,490% daquilo que valia em 1/abril/87. Nestes três primeiros meses está valendo 22,784%, muito aquém deste referencial histórico.

Se tomarmos este salário em termos do poder aquisitivo que possuía em março/90, ele representa 29,8% daquele valor. Em termos de comparação com a situação média apurada pelo DIEESE para o conjunto dos trabalhadores, em dez/92 o poder aquisitivo dos salários estava valendo 42,46% daquele de março/90, quando tomou posse o governo Collor. Como já seria esperado, tivemos um arrocho salarial superior a média dos demais trabalhadores brasileiros.

Atualização dos Índices (considerando o fechamento do período em 31/março/93):

* Para recuperar abril/90 (Pauta no MEC): 158%

* Para recuperar 1/abril/87: 337,5%

ESTADUAL

A Assembléia dos Servidores Públicos Federais da Paraíba, realizada no dia 14 de maio, no Auditório do Lyceu Paraibano definiu o seguinte calendário:

18.05 - às 14:00 h
Concentração no INCRA
20.05 - às 14:00h

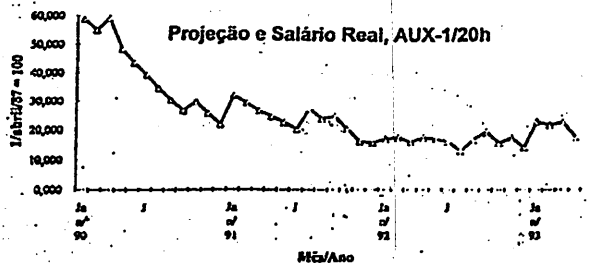
Concentração em frente ao
Ministério da Fazenda
21.05 - às 15:00h

Assembléia dos SPFs
Passeata com distribuição de
panfletos pelo Centro de Cidade.

Confirmado o caráter unificado da greve junto às entidades representativas dos servidores públicos em torno da pauta comum de reivindicações, convocamos a todos os professores, alunos e funcionários da UFPB para que participem das atividades programadas.

Pauta emergencial da Greve Unificada dos SPFs

1. Política salarial - reajuste mensal dos salários de acordo com o índice de inflação;
 2. Isonomia salarial entre os três poderes;
 3. Revisão das punições aos servidores públicos;
 4. Liberação imediata do FGTS;
 5. Recuperação das perdas salariais decorrentes dos planos econômicos (Collor, Bresser e outros).
- O Setor das IFES reivindica ainda **ISONOMIA** no MEC.



GREVE?! POR QUÊ?

Desde o início do governo Collor acentuou-se a queda real dos salários dos Servidores Públicos Federais (SPFs) que já vinha do governo Sarney no bojo de uma política econômica dirigida para a privatização dos serviços públicos. Essa situação que era agravada pelo arrefecimento do movimento dos servidores - provocado pela política deliberadamente de confronto implantada pelo governo Collor e favorecida pelo quadro de recessão e desemprego - só foi alterada com a greve de 1991, quando nossas perdas salariais atingiram mais de 2/3 (dois terços) do recebido em março de 90.

Com a queda de Collor e a ascensão de Itamar, no momento exato de nossa data-base, tivemos uma ligeira recuperação que conseguimos manter até março de 1993. A partir de então, novamente a queda se acentuou e, se não tivermos nenhum reajuste este mês, estaremos recebendo no final de maio um salário comparável ao mais baixo dos últimos anos, agravado ainda pelo elevado índice de inflação.

É claro que o governo (e principalmente, Borelli e Erundina) sabem que esta situação é insustentável e que precisam dar algum tipo de reajuste.

Ora, desde a queda de Collor que o movimento dos SPFs, num quadro favorecido pelo movimento social do *impeachment*, procura construir canais de negociação com o governo Itamar sem, no entanto, obter sucesso. A política do governo tem sido, como o demonstra claramente o recente episódio dos 33%, marcada pelo arrocho salarial, pela inflação, pelo casuismo e pela postergação, fazendo dos nossos salários objeto de especulação financeira.

Com o fim da transição governamental, Itamar pôde - mais à vontade - dar continuidade à política "neoliberal" de privatização, desemprego e inflação. Associada a esta política "ressucitou" prática do clientelismo, populismo e assistencialismo, enquanto promovia o desmonte e sucateamento dos serviços públicos.

Diante disso precisamos "obrigar" o governo a definir uma política salarial para o funcionalismo que impeça a queda de nossos salários reais e que aponte para uma recuperação das perdas dos últimos anos. Afinal, no conjunto dos trabalhadores brasileiros, o arrocho sobre o funcionalismo foi maior do que a média desde o início do governo do qual Itamar era o vice. Não podemos continuar arcando com os custos de uma política destinada a manter os privilégios de uma minoria e que desmantela os serviços essenciais necessários à maioria da população.

Pela unidade do movimento dos SPFs!
Pela abertura de negociação!
Pelo atendimento às nossas reivindicações!

ATIVIDADES DA SEMANA

2ª Feira - 17.05.93

- 09:00h - Reuniões por Centros
- 11:00h - Reunião Comissão de Mobilização
- 14:00h - Concentração dos SPFs no INCRA
- 17:00h - Ida à Reitoria
- 18:00h - Reunião dos SPFs na CUT
- 20:00h - Exibição do Filme **CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA**, com a presença de Vladimir Carvalho, diretor do filme. Cine Tambaú

3ª Feira - 18.05.93

- 09:00h - Assembléia Geral, Aud. Reitoria
- 15:00h - Reunião do Comando de Greve, Comissões de Greve, Aud. do CCEN (Biologia)

4ª Feira - 19.05.93

- 14:00h - Concentração dos SPFs no Ministério da Fazenda
- 15:00h - Ato Público Unificado dos SPFs

5ª Feira - 20.05.93

- 15:00h - Assembléia Geral dos SPFs, seguida de panfletagem à comunidade.

Seminário sobre Seguridade Social

Dia: 2ª Feira - 17/05 - Local: CENTREMAR

- 09:00h - Análise Conjuntura - Prof. Luiz Couto/UFPB
- 14:00h - Previdência e Assistência Social - Profª Myrtes Macedo/UFPB

3ª Feira - 18.05 - Local: CENTREMAR

- 08:00h - A Municipalização da Saúde e Controle Social - Prof. José Neto (Médico Sanitarista)
- 14:00h - Grupo Executivo de Assistência Patronal - GEAP

CONTERRÂNEOS VELHOS DE GUERRA

Avant-premiere com a presença de
Vladimir Carvalho

ATIVIDADE

dia: 17 de Maio
hora: 20.00
local: Cine Tambaú

Ingressos: C\$ 100.000,00 e C\$ 20.000,00 (cintedentes)



de
G
R
E
V
E



Greve

1993

Informativo

Campus I - UFPB

Governo não respondeu nada Vamos intensificar e fortalecer a greve

A reunião com o Ministro Barelli acontecia no mesmo momento onde o governo anunciava a demissão de Luiza Erundina. Na reunião, o Ministro anunciou que haveria uma reunião entre os Ministros da área social, Forças Armadas e Ministro da Economia no dia 20.05, às 15 horas, que discutiria sobre o índice de reajuste dos servidores.

O Comando Nacional de Greve enfatizou que a greve não se resolve com índice, que queremos uma política salarial e isonomia. Foi acertado que o Ministro faria nova audiência com o Comando na quinta ou sexta-feiras, caso houvesse alguma resposta à pauta por parte do governo.

A nossa avaliação é que a saída de Luiza Erundina do governo é parte da crise do mesmo, mas não resolve a crise, causada pela conjugação das denúncias de corrupção e pela explosão das greves - servidores estaduais e federais, atingindo agora ferroviários no RJ e SP.

Nós entendemos que é necessário aprofundar as denúncias de corrupção e de destruição dos serviços públicos, defendendo os serviços prestados à população. Nesta direção, devemos aprofundar os ataques contra Eliseu Rezende que impede o reajuste dos servidores, organiza o pagamento da dívida externa, favorece a Odebrecht e os empréstimos para os usineiros de açúcar.

Neste sentido, a exoneração da Ministra Erundina reafirma e fortalece os encaminhamentos anteriores de fortalecer e intensificar a greve, indo aos locais que ainda não pararam e organizando a caravana para os dias 25 e 26 em Brasília. Independente do interlocutor, até agora o governo não apresentou uma única resposta às nossas reivindicações.

*Comando Nacional de Greve da
CONDSERF*

Informes dos Estados

DF - INCRA, IBAMA, M. FAZENDA, MTB, MPS, SAF, Biblioteca Nacional, MBES, DNC, DNER, QG do Exército, Hospital Geral do Exército, Hospital Naval, CINDACTA, CNPq, INEMET, MARA, DNP, FAE, MME, MEC, MS, LBA, CBIA e FUNAI, CEME, INAN, CAPES, DRT, EMBRATUR, ENAP, FNDE, INEP, CEPLAC, MIR, MCT, MRE, Sec. Cultura, Sec. Desportos.

MT - FNS, MF, IMETRO, INCRA, DFARA, DEMEC, CBIA, DNP, SUNAB, FUNAI, IBAMA, SDR, MME, LBA, DRT, DNER, FIOCRUZ, MT, DMM, MASTER, INCC, ON, MC, CETEM, CBPF

TO - IBAMA, TTN, INCRA, MARA, FNS, FUNAI, Escola Agrícola.

GO - LBA, INCRA, FUNAI, INMETRO, FNS, Receita Federal (PCC), DEMEC, IBAMA, TTN, Base Aérea e Anápolis, DRT, MF, MARA, DENTEL, FAE, FCBA, DNP, DNER, DPU.

MS - MAARA, FUNAI, DMEC, IBAMA, TTN, DNER, INCRA, LBA, MF.

AC - FNS, INCRA, IBAMA, TTN.

PA - INCRA, MAARA, CEPLAC, IBAMA, Min. Fazenda, DENTEL, DNTC, EMBRAPA, CNPq, FUNAI, FNS, DNP, SUDAM, DRT, DEMEC, DNER.

RO - MAARA, FUNAI, IBAMA, INAMPS, INSS, SUNAB, INCRA, DEMEC, UNIR, DNER, LBA, CEPLAC, MF, CBIA.

AL - IBAMA, DFARA, INCRA, Receita Federal, MF, MCT, MME, FUNAI, LBA, FCBA, FAE, Exército, FNS, SUNAB, DNER.

RN - FNS, INCRA, DFARA, CEPLAC, IBAMA, TTN, FCBA, DEMEC, MF, MTR, MME.

PE - IBAMA, TTN, MF, INCRA, SUDENE, FCBA, DEMEC, Min. Cultura, FAE, FUNDAJ, DNER, IBPC, CEPLAC, SUNAB (19.05), DENTEL, Escola Técnica.

BA - IBAMA, FNS, MAARA, MF, IBPC, MEC, CBIA, INCRA, DNER, LBA, DNP, DNOCS, SUNAB, CEPLAC, DENTEL (24.05)

PB - FNS, DNOCS, FCBA, DNER, INCRA, LBA, FUNAI, MAARA, DRT, IBAMA, DEMEC, FAE, MF.

SE - IBAMA, INCRA, MAARA, ISPAF, FNS, DNER, DPU.

CE - INCRA, MAARA, Base Aérea, DEMEC, FNS, MF, SUNAB, IBAMA, LBA, MME, MT, MC, FCBA, DRT, DNER.

MA - IBAMA, TTN, DPU, INCRA, Roquete Pinto, FUNAI, MF, Escola Técnica, FNS, CEPLAC, IBGE, DRT, CEFET, MAARA, DEFET-UNED.

PI - IBAMA, INCRA, FNS, DNOCS, DEMEC, DRT, MF, SUNAB, SUDENE, DFARA, LBA, DNER, CBIA.

ES - MF, MAARA, LBA, DNER, INCRA, SUBAN, IBAMA.

SP - CTA/INPE, Museu Lasar Segal, Cinemateca Brasileira, CNEN, MAARA, LBA, INCRA, IBAMA, TTN, INEMET, FAE, Biblioteca Nacional, MF, SUNAB.

MG - IBAMA, TTN, MAARA, FNS, IBPC, CNEN, MF, INEMET, LBA (1/2 expediente).

RJ - Serv. Civis das FFDD, IBAMA, Fund. Roquete Pinto, DNER, FCBA, Cultura (MINC, Biblioteca Nacional, IBPC, IBAC, Casa Rui Barbosa), FAE, CNEN, Arquivo Nacional, CNPq, FUNAI, DEMEC, EMBRATUR, FNS/DATASUS, INCRA, MT-DNTA, TTN, MF, TVE.

SC - TTN, IBAMA, INCRA, Universidade, MEC, DPU, Base Aérea, IBPC.

RS - IBAMA, LBA, DEMEC, INCRA, IBPC, Min. Exército, MAARA, MF(PCC), FNS, DNER, LARA, LARVE, IBPC

AM - FUNAI, IBAMA, FNS, INCRA, TTN, IMPA.

RR - IBAMA, TTN, FUNAI, INCRA, DFARA

PR - DNER, IBAMA, LBA, INCRA

ADs presentes no Comando Nacional de Greve (18.05)

ADUA (Rafaelle), ADUFPB-JP (Socorro), ADUFPA (Alves), ADUFF (Glaucio), ADUFRGS (Jacques), APUFSC (Jonas), ADUFPB-CG (Eduardo), ADUFEPE (Joaquim), ADUFSCAR (Pedro/Chiquinho), APUB (Beth), ADUFMAT (Kaiser), ADUR-RJ (Marcus), ADUFG (Luis Carlos), SEDUFMS (Ricardo), APES-JF (Carlos Alberto).

Diretores Presentes:

Márcio, Cunha, Roberto Abreu, Lúcia Lodi.

ADs em greve:

ADUA (Amazonas), ADUFAC (Acre), ADFCAP (Ciências Agrárias Pará), APRUMA (Maranhão), ADUFPI (Piauí), ADUFPB-JP (Paraíba - João Pessoa), ADUFPB-CG (Paraíba - Campina Grande), ADUFPB-Patos (Paraíba - Patos), ADUC (Paraíba - Cajazeiras), ADUFEPE (Pernambuco), APUB (Bahia), ADUFMS (Mato Grosso do Sul), APES-JF (Juiz de Fora), ADUNI-RIO, ADUFF (Federal Fluminense), ADUR-RJ (Rural Rio de Janeiro) APUFSC (Santa Catarina), ADUFRGS (Rio Grande do Sul), SEDUFMS (Santa Maria - RS), ADUFMAT (Rural Grosso), ADUFERPE (Rural Pernambuco) ADUFES (Espírito Santo), ADUFSCar (São Carlos), SINDOCEFET-PR (CEFET-PR), ADUFPA (Pará), ADUFS (Sergipe), ADUFPEL (Pelotas), ADUNIR (Rondônia), APROFURG (Rio Grande), ADECEFET-MG (CEFET-MG).

Paralisam em 20.05:

ADUF-RJ (Federal do Rio de Janeiro), ASPUV (Viçosa)

Paralisam até 24.05:

APROEFEI (Itajubá), ASPESAL (Lavras)

ADs sem deliberação, com AG esta semana:

ADUnb (Brasília), ADFUNREI (São João Del Rey), APUBH (Belo Horizonte), APUFPR (Paraná) ASDESAM (Mossoró-RN), ADUFU (Uberlândia), ADCEFET-RJ (CEFET - RJ), ADUFAL (Alagoas), ADCCA (Medicina de Porto Alegre).

ADs com posição contrária à greve:

ADURN (Rio Grande do Norte), ADUFOP (Ouro Preto), ADEPM (Paulista de Medicina).

ADs sem informações:

SEDUF-RR (Roraima), ADFMTM (Uberaba), ADAFA (Força Aérea - Pirassumunga/SP).

AVALIAÇÃO DO CNG/ANDES-SN

A força do nosso movimento grevista é crescente e é demonstrada com a adesão de um número maior de entidades; novas ADs aderiram, e há a certeza da entrada de outras ainda esta semana e no início da próxima, havendo também o crescimento do número dos servidores em greve, significando mais coesão e expansão.

Tem sido esta força do movimento que tem aumentado o espaço da greve na mídia e que ampliará o arco das alianças no Congresso Nacional e na sociedade. O Comando Unificado de Greve dos SPFs (CNUG) trabalhará junto aos colégios de líderes para que sejam indicados nos dias 25 e 26 de maio como datas prováveis da votação do PL 3610 no Congresso. Por conta destes apoios recebidos, o CNUG tem trabalhado pela abertura de negociações com o Governo, para tratar da nossa pauta de reivindicações como um todo, tendo como emergenciais a Política Salarial e a Isonomia. O CNG/ANDES-SN está envidando esforços para iniciar negociações efetivas com o MEC, no sentido do atendimento de nossa pauta de reivindicações específica, tendo como emergenciais a Isonomia Salarial entre as IFES e Verbas para as Universidades.

Dado este quadro e as ações efetivadas pelos Comandos Nacionais - CNG/ANDES e CNUG, a próxima semana tem grande importância, com a possibilidade de votação do PL 3610, e mediante a abertura de negociações que devemos conquistar. Para isto, é fundamental a adesão de todas as ADs à greve, e o início de ações fora das Universidades. O CNUG indicou a importância do envio de uma grande caravana à

Brasília nos dias 25 e 26 de maio, e precisa ter sinais das ADs para esta iniciativa, ou de outras que possam demonstrar a nossa capacidade de luta e organização nesta semana.

O CNG/ANDES chama a atenção para que as ADs intensifiquem a mobilização, desconsiderando os boatos de possíveis índices de reajuste salarial dos SPFs, lembrando que qualquer índice não elimina a necessidade de uma política salarial. Além disso, devemos estar organizados para enfrentar tentativas do governo de utilizar estratégias para nos dividir e nos enfraquecer.

A GREVE CONTINUA!

INFORMES GERAIS

1. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados deve apreciar o PL 3610 nesta quarta feira (19.05). O relator Basílio Vilani está encaminhando parecer contrário ao projeto aprovado na Comissão de Trabalho.
2. Reunião do Colégio de Líderes deverá definir hoje (19.05) a data de votação em plenário do PL 3610.
3. O CNUG/SPFs/93 encaminhou documento à Comissão de Trabalho propondo o estabelecimento de uma Comissão de Negociação formada por Co-mando dos SPFs, Governo (Administração, Trabalho, Fazenda e Planejamento) e Comissão de Trabalho.
4. O CNUG/SPs/93 encaminhou documento aos líderes partidários solicitando votação urgente do PL 3610.

ENCAMINHAMENTOS

FUNDO DE GREVE NACIONAL:

O CNG/ANDES-93 estabeleceu o FUNDO NACIONAL DE GREVE a ser constituído por cotas semanais por docente sindicalizado. O CNG/ANDES/93 fixou o valor de Cr\$ 20.000,00, a vigorar nas duas primeiras semanas do movimento. Neste período o CNG irá reavaliar o valor desta cota. As cotas deverão ser pagas às quintas-feiras (20, 27/05, 03, 10, 17/06) e, excepcionalmente, a primeira cota deverá ser paga até 24.05. As cotas pagas com atraso deverão ser corrigidas pela taxa pró-rata diária do ICV-DIEESE.

Nota: ADUFC deflagrou greve a partir de 19.05.93.

Fax nº 005/CNG/ANDES/93 - BSB, 19.05.93

**AVALIAÇÃO
DO CNG/ANDES/93**

O movimento de greve dos SPFs mantém-se forte e em crescente consolidação com a adesão cada vez maior de diversas categorias. Particularmente nas IFES o movimento se consolida, chegando nesta quinta-feira, 20.05, a 35 ADs paralisadas, número que ainda deverá crescer nesta semana e no início da próxima. Por outro lado, uma seqüência de fatos políticos ocorridos no decorrer desta quarta-feira, 19.05, indicam o estabelecimento de um novo quadro conjuntural, ao nível das relações com o Congresso Nacional e, principalmente, com o governo federal. O fato mais marcante é a demissão, por parte do Presidente Itamar, da Ministra da Administração Federal, Luiza Erundina. A forma brusca como este fato ocorreu, e os desdobramentos que daí se sucederam, e que ainda estão por vir, não permitem uma avaliação mais precisa das conseqüências do mesmo, ao nível da conjuntura política e, em particular, do movimento dos servidores.

Entretanto, o quadro atual de crise em que se encontra o governo traduz-se na perda de credibilidade, em função de inúmeras denúncias de corrupção (Odebrecht, Telemig...), nas divisões internas implícitas no primeiro escalão do governo e na perda de base parlamentar no Congresso Nacional, entre outros.

Para superar esta crise, Itamar começa a explicitar a tentativa de estabelecer um novo arco de alianças, pressionado por setores mais conservadores que pretendem obter um maior espaço no governo. Neste sentido, a queda da Ministra Erundina deve ser vista como uma forma de criar condições para a parti-

cipação destes setores no governo e uma consequente reestruturação da base parlamentar. Dentro desta mesma linha, outras mudanças ainda deverão ocorrer, a fim de fortalecer ainda mais a sustentação do governo.

Os reflexos destas mudanças já começam a ser percebidos no Congresso Nacional, através de maiores dificuldades na votação imediata do PL 3610, que trata da política salarial dos trabalhadores do setor privado.

Neste quadro conjuntural, a força que atinge o movimento dos SPFs é um problema para Itamar. E, portanto, ações imediatas poderão vir a ser tomadas pelo governo, na tentativa de fragmentar o movimento. A breve definição de um índice elevado de reposição salarial para o mês de maio, sem o estabelecimento de uma política salarial, deverá ser o principal instrumento a ser utilizado pelo governo.

Diante destes fatos, considerando o crescimento e fortalecimento da greve, o movimento deve encaminhar-se para um momento de importantes ações políticas, no sentido de pressionar o Congresso a aprovar o PL 3610 em regime de urgência-urgentíssima, nos dias 25 ou 26 de maio. A luta em torno do PL não exclui, no entanto, a necessidade de pressionarmos ainda mais o governo, em atender a pauta de reivindicações por nós reivindicada. Neste sentido, a caravana à Brasília, nos dias 25 e 26 e a realização de atos públicos locais, assume grande importância para a conquista de nossos objetivos.

A GREVE CONTINUA!

Nota: Ao final da reunião de avaliação, 2:30h de quinta-feira, 20.05, recebemos a informação da queda do Ministro Eliseu, que não foi considerada na avaliação acima.

ADs presentes no Comando Nacional de Greve: ADUA (Rafaelle), ADUFPB-JP (Socorro), ADUFPA (Alves), ADUFRGS (Jaques), APUFSC (Jonas), ADUFPB-CG (Eduardo), ADUFEPE (Joaquim), ADUFGSCAR (Pedro/Chiquinho), APIUB (Eida), ADUFMAT (Kaiser), ADUR-RJ (Marcus), SEDUFMS (Ricardo), APES-JF (Carlos Alberto), ADUFERPE (Aderaldo), ADUFES (Donato).

Diretores Presentes: Márcio, Cunha, Lúcia Lodi, Maria Adélia.

ADs em greve: ADUA (Amazonas), ADUFAC (Acre), ADFCAP (Ciências Agrárias Pará), APRUMA (Maranhão), ADUFPI (Piauí), ADUFPB-JP (Paraíba - João Pessoa), ADUFPB-CG (Paraíba - Campina Grande), ADUFPB-Patos (Paraíba - Patos), ADUC (Paraíba - Cajazéiras), ADUFEPE (Pernambuco), APUB (Bahia), ADUFMS (Mato Grosso do Sul), APES-JF (Juiz de Fora), ADUNIRIO, ADUFF (Federal Fluminense), ADUR-RJ (Rural Rio de Janeiro), APUFSC (Santa Catarina), ADUFRGS (Rio Grande do Sul), SEDUFMS (Santa Maria - RS), ADUFMAT (Mato Grosso), ADUFERPE (Rural Pernambuco), ADUFES (Espírito Santo), ADUFGSCAR (São Carlos), SINDOCFET-PR (CEFET-PR), ADUFPA (Para), ADUFS (Sergipe), ADUFPEL (Pelotas), ADUNIR (Rondônia), APROFURG (Rio Grande), ADECEFET-MG (CEFET - MG), ADUFC (Ceará), ADUF-RJ (Federal do Rio de Janeiro), ASPUV (Viçosa)

Paralisam em 24.05: APROFEL (Itajubá), ASPESAL (Lavras)

ADs sem deliberação, com AG esta semana: ADUnb (Brasília), ADFUNREI (São João Del Rey), APUBH (Belo Horizonte), APUFPR (Paraná) ASDESAM (Mossoró-RN), ADUFU (Uberlândia), ADCEFET-RJ (CEFET - RJ), ADUFAL (Alagoas), ADOCA (Med. Porto Alegre).

ADs com posição contrária à greve: ADURN (RGNorte), ADUFOP (Ouro Preto), ADEPM (Paulista de Medicina).

ADs sem informações: SESDUF-RR (Roraima), ADFMTM (Uberaba), ADAFA (Força Aérea - Pirassununga/SP).

INFORMES GERAIS

1) Comissão de Finança e Tributação não discutiu parecer do Relator Basílio Vilani acerca do PL 3610.

2) Colégio de Líderes da Câmara não fixou data de votação do PL 3610, devido a demissão da Ministra Erundina.

3) Audiência com o Ministro Barelli: 19.05.93 - 14:30h: Audiência pouco produtiva, a não ser o estabelecimento de compromisso de uma nova audiência amanhã (20.05), após reunião do Ministro com a área econômica.

4) Marcada a reunião do CNG/ANDES com o Ministro da Educação, nesta quinta-feira (20.05), às 11:30h.

5) Reunião do CNG/ANDES com a ANDIFES nesta quinta-feira (20.05), às 10:00h.

Fax nº 006/CNG/ANDES/93 - BSB, 20.05.93

1) ADs presentes no Comando Nacional de Greve: ADUA (Rafaelle), ADUFPB-JP (Socorro), ADUFPA (Alves), ADUFRGS (Jacques), APUFSC (Jonas), ADUFPB-CG (Eduardo), ADUFEPE (Joaquim), ADUFSCAR (Pedro/Chiquinho), APUB (Elda), ADUFMAT (Kaiser), ADUR-RJ (Marcus), SEDUFMS (Ricardo), APES-JF (Carlos Alberto), ADUFERPE (Aderaldo), ADUFES (Donato), ADECEFET-MG (Bernadeth), ADUFG (Angela Cristina), ADUFRJ (Fábio), ADUFPI (Zé Mauro), ADUFC (Roberto), ADUFP (Palharini), APUBH (Aldo) Observador.

Directores Presentes: Márcio, Roberto Abreu, Maria Adélia.

ADs em greve 20.05: ADUA, ADUFAC, ADFCAP, APRUMA, ADUFP, ADUFPB-JP, ADUFPB-CG, ADUFPB-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEDUFMS, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCAR, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFP, ADUNIR, APROFURG, ADECEFET-MG, ADUFC, ADUR-RJ, ASPUV.

Paralisa em 21.05: ADURN

Paralisam em 24.05: APROFEFI, ASPESAL

ADs sem deliberação, com AG esta semana: ADFUNREI, APUBH, APUFPR, ASDESAM, ADECEFET-RJ, ADUFAL, ADOCA, ADEPM.

ADs com posição contrária à greve: ADUFP

ADs sem informações:

SEDUF-RR (Roraima), ADFMTM (Uberaba), ADAFA (Força Aérea - Pirassumunga/SP).

Nota: 1) ADUnB em Assembléia hoje (20.05), deliberou entrar em estado de greve; 2) ADUFU aprovou indicativo de greve para 25.05.

2) INFORMES GERAIS

1) Reunião com a ANDIFES:

Presentes: Márcio, Maria Adélia, Pedro (ADUFSCAR), Alves (ADUPA), Jonas (APUFSC).

Foi relatado o quadro nacional de greve nas IFES, explicitando-se a pauta geral de reivindicações dos SPFs e a pauta específica no MEC. Em particular, foram destacados os aspectos referentes a nossa pauta específica relacionando-a com o quadro atual e futuro das IFES dentro do projeto de Governo. Salientou-se aos Reitores a compreensão da gravidade do momento atual em que vivem as Universidades bem como a necessidade de somarmos esforços para encaminharmos de maneira dia-

logada os problemas que poderemos enfrentar durante o movimento. O Presidente da ANDIFES, Prof. Maculari (UFRJ) entregou uma cópia de documento enviado ao Presidente da República manifestando-se pela justiça das reivindicações dos SPFs e, de modo especial, enfatizando as distorções provocadas pela quebra da isonomia nas IFES (cópia deste documento será remetida pelo Correio).

Foram ainda abordadas questões relativas ao documento do Reitor da UFPE em relação aos procedimentos da greve e a questão sucessória da UNIR.

2) Audiência com o MEC:

Presentes: Márcio, Maria Adélia, Pedro (ADUFSCAR), Alves (ADUPA), Jonas (APUFSC), pelo MEC: Rodolfo Pinto da Luz (SESU).

A audiência iniciou-se com uma conversa preliminar com o Secretário da SESU (Rodolfo) e após reuniu-se com o Ministro da Educação por cerca de 40 min.

Inicialmente foi feita uma apresentação da nossa pauta de reivindicações e do atual quadro nacional de greve nas IFES. Em relação aos pontos da pauta o Ministro apresentou as seguintes respostas:

a) RUs: Não há recursos para subsídio dos RUs. Ministério está estudando formas de transferência de bolsas para alunos carentes. Destacou que, em relação aos servidores técnico-administrativos e docentes, o problema estaria resolvido a partir da implantação do vale-refeição.

b) VERBAS: Ministro enfatizou os esforços que vem desenvolvendo para garantir a transferência de recursos às IFES. Deixou claro que, por definição da área econômica do Governo, haverá uma concentração de recurso no último trimestre do ano. Afirmou ainda da perspectiva de maiores recursos às IFES a partir de obtenção de financiamento que vem sendo negociado junto ao BID (recursos para HUs, Informatização e Bibliotecas - cerca de 700 milhões de dólares).

c) ISONOMIA ENTRE IFES: Ministro reconheceu a gravidade da situação nas IFES em função da isonomia hoje existente. Destacou entretanto que, em relação às perdas salariais devido ao Plano Verão (26.05%) existe por parte do Governo

interesse para a definição negociada da incorporação deste percentual aos salários, bem como a negociação dos passivos trabalhistas deste Plano e da URP de 1988. Em relação ao Plano Collor (84,32%) reafirmou a disposição do governo de não acatar decisões judiciais que garantam a incorporação deste índice aos salários. Deixou implícito ainda que o governo deve se utilizar do recursos de Avocatória para arguir a inconstitucionalidade desta questão junto ao Supremo Tribunal Federal.

d) POLÍTICA SALARIAL: Afirmou que o MEC tem mantido contatos com o demais setores do Governo colocando a necessidade de um reajuste imediato a partir do mês de maio, implantação de uma política salarial e extensão da GAE para 160%. Segundo o Ministro, a partir de agosto ou setembro a GAE poderia vir a ser incorporada aos salários.

3) COMANDO DOS SPFs

1. Contato com Dep. Paim informou que a possível votação do PL 3610 pode ocorrer em 02.06.

2. A CUT deve apoiar a votação do PL 3610 em 02.06.

3. Não ocorreu reunião com o Ministro Barelli dado que não existe nenhum índice de reajuste definido pelo governo (informe da Chefia de Gabinete do Ministro Barelli).

4. FUNDO NACIONAL DE GREVE:

Reiteramos encaminhamento comunicado no Fax nº 004/93, em relação ao FNG:

1. contribuição por docente sindicalizado: Cr\$ 20.000,00 (válida para as duas primeiras semanas);

2. data limite de pagamento: 1ª semana - 20.05.93, 2ª semana: 27.05.93; 3ª semana: 03.06.93; 4ª semana: 10.06.93.

3. a primeira contribuição, excepcionalmente, poderá ser paga até segunda-feira, 24.5.93, sem correção.

4. o fator de correção por dia de atraso válido para o mês de maio é de 0,80% ao dia. A sustentação da greve depende de recursos. Por isso, solicitamos o máximo empenho dos companheiros no envio das contribuições.

AVALIAÇÃO/CNG/ANDES

O CNG/ANDES considera que a avaliação da conjuntura política, realizada em 19/05, marcada pela saída da Ministra Erundina, foi confirmada pelos fatos ocorridos hoje (20.05), referentes à reforma ministerial. Naquela oportunidade alertávamos para o fato da mudança ministerial constituir-se numa tentativa, por parte do Governo Itamar, em recompor seu arco de alianças. A nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, é uma tentativa de conservar o apoio de parlamentares tidos como progressistas que compõem a base do Governo. Ao mesmo tempo, a falta de um nome para a pasta da Agricultura, deixando que a escolha efetue-se a partir de acertos entre governadores (SP, PR, MG, GO etc), busca contemplar uma base mais ampla sob a influência destes. A escolha de um militar para a Secretaria da Administração Federal pode, na nossa

avaliação, significar tanto um agrado aos militares, trazendo-os para o arco de alianças, quanto uma forma de intimidação ao movimento dos SPFs.

Na audiência com o Ministro da Educação, este continua a acenar com as mesmas informações de antes da greve (índice de reajuste, aumento da GAE, incorporação retroativa dos 26,05%) e não forneceu nenhuma proposta concreta. Além disto, o Ministro deixou entender que todas estas possibilidades poderão ser anunciadas pelo Governo ainda nesta semana, o que pode caracterizar-se como uma estratégia para tentar dividir e fragilizar o movimento, exatamente no momento em que ele caminha para aumentar ainda mais a sua força.

Neste sentido, o CNG/ANDES considera fundamental que respondamos a estas estratégias aumentando ainda mais nossa mobilização na semana que vem. A caravana à Brasília é sumamente importante, tanto para atuar junto

ao Congresso, no momento em que a base de sustentação do Governo ainda não está consolidada, quanto para pressionar o Governo a abrir negociações efetivas, para que possamos conquistar as nossas reivindicações.

**A GREVE CONTINUA!
CNG/ANDES/93**

ENCAMINHAMENTO

O CNG/ANDES/93 reitera a importância fundamental para o movimento, da participação intensa na caravana a Brasília nos dias 25 e 26 de maio. Neste sentido solicitamos informações urgentes das ADs sobre a participação nesta caravana para que a Comissão do CNG possa tomar as providências necessárias a estadia dos companheiros em Brasília. Durante a estadia em Brasília deveremos realizar manifestações junto com os SPFs e específicas das IFES.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/Seção Sindical da ANDES-SN convoca os professores do Campus I/UFPB para a próxima ASSEMBLÉIA GERAL, a se realizar no dia 25.05.93 (3ª feira), às 09:00h, no Auditório da Reitoria/UFPB, para deliberarem sobre os seguintes pontos de pauta:

1. Informes
2. Avaliação
3. Encaminhamentos
 - 3.1. Taxa Assistencial
 - 3.2. Imposto Sindical
 - 3.3. Outros Encaminhamentos

João Pessoa, 23 de maio de 1993.
Diretoria Executiva - ADUFPB-JP/SSind

*Edital publicado na Edição de domingo (23.05.93)
dos Jornais "O Norte" e "Correio da Paraíba"*

CALENDÁRIO ADESÃO AO VALE-REFEIÇÃO

- 24.05 (segunda-feira)
CT/ NUPPA/LTF/LES
- 25.05 (terça-feira)
CE/CCSA
- 26.05 (quarta-feira)
CCHLA/Biblioteca Central
- 27.05 (quinta-feira)
CCSA/CCJ
- 28.05 (sexta-feira)
CCEN/ Editora
- 31.05 (segunda-feira)
Reitoria/NPD/RU/Órgãos não vinculados
(ADUF/SINTESPB/CODISMA/
COOPERSUF)
- 01.06 (terça-feira)
HU
- 02.06 (quarta-feira)
PU

ATO PÚBLICO

A manifestação realizada pelos servidores públicos federais, no dia 19.05, em frente ao prédio do Ministério da Fazenda, foi dos eventos que mais apareceram na imprensa no dia seguinte. Apesar de ainda tímida, a manifestação conseguiu seu objetivo: após interromper a Avenida Eptácio Pessoa por 15 minutos e distribuir entre os transeuntes a carta de esclarecimento sobre as razões da greve, a imprensa local não podia deixar despercebido o ato.

A característica do movimento dos servidores públicos é de só ser atendido em suas reivindicações quando incomoda aos enclausurados senhores dos gabinetes de Brasília. E, o bom aproveitamento das pequenas brechas que a imprensa nos permite deve ser perseguido como imprescindível para a adesão da população às reivindicações.

Ao todo, estima-se que 100 pessoas estiveram presentes ao Ato Público, realizado em frente ao prédio do Ministério da Fazenda, situado a Av. Eptácio Pessoa. Como principal artéria da cidade, a avenida Eptácio Pessoa, quando interrompido o seu tráfego, passa a ser destaque na imprensa. Ponto para nós todos.

Conseguimos espaços na televisão e nos jornais locais. Os motivos da greve foram bem tratados, de forma esclarecedora. Salários achatados e a inexistência de uma política salarial deram a tônica das entrevistas realizadas. Mas, ainda há muito a fazer. A demissão da ministra Luiza Erundina agrava o burburinho ministerial. Não que Erundina tivesse posições alentadoras para a solução dos problemas que afligem os funcionários públicos federais. Ela, a ministra, havia cobrado o corte do ponto dos funcionários em greve a um dos seus assessores, Paulo Sandroni, no dia anterior a sua demissão via Embratel.

Não devemos esperar melhor tratamento com o substituto de Erundina. O alinhamento do governo Itamar, nos moldes de Sarney, deve estar presente nas discussões e avaliações sobre o tratamento da greve. O corte de ponto sugerido por Erundina, deverá ser implementado. O endurecimento das relações parece inevitável. Por outro lado, a insatisfação parece também tomar conta de setores do funcionalismo que ainda não possuíam firmeza sobre a possibilidade de entrar na briga, via paralisação. A Previdência dá sinais de que também entrará na briga. A organização dos movimentos na rua parece ser a forma mais interessante de provocar baixas no governo e possibilitar abertura de canais de negociação. Precisamos de presença, buscamos maior participação, nas ruas.

Em defesa do serviço público

O governo do Brasil continua com sua política neoliberal seguindo à risca o receituário do FMI, cujas máximas são: estabilidade econômica e queda da inflação através de políticas fiscais e monetárias que levem à recessão. Não entendem economia de outra forma.

O resultado é um empobrecimento crescente do Estado, afastando-o cada vez mais da modernidade. Isso, dá-se em parte, porque existe uma pequena parte da população que continua se beneficiando desse modelo concentrador de renda e ignorando o efeito devastador que ele traz sobre as demais camadas sociais.

Assim, milhões de brasileiros ficam afastados do processo entregues à própria sorte. Sendo as maiores vítimas, falta-lhes tudo: saúde, educação, moradia, saneamento básico e, principalmente, Trabalho.

Atender as demandas sociais dos ignorados, não faz parte do ideário político do governo. Na contramão, segue com o desmantelamento dos serviços públicos. Seja através de falta de uma política de investimentos para o setor, seja através de campanhas de desmoralização dos Servidores Públicos, penalizando milhões de brasileiros que necessitam desses serviços.

Se não há escolas, serviços médicos, moradia, saneamento básico, estradas etc., a culpa é do governo que não investe em recursos humanos e material para dotar o Estado de uma infraestrutura para atender as necessidades mínimas da população. Os escândalos são denunciados. E o que deveria servir como razões e exemplos para punições dos corruptos e corruptores, o governo utiliza como exemplo de ineficiência dos serviços público e como razões para seu desmantelamento.

Há anos que os movimentos organizados dos servidores públicos sugerem mudanças que acham necessárias para melhorar a qualidade dos serviços prestados a população e o perfil profissional dos Servidores Públicos. Há anos sugerimos. Há anos não somos ouvidos.

Reverter esse quadro é uma tarefa por demais árdua. É necessário uma luta conjunta de toda a categoria. Unidos pela valorização do Serviço Público e pela valorização dos Servidores Públicos.

Combater o neoliberalismo, as privatizações, as discriminações e o desrespeito aos servidores públicos é nossa maior tarefa.

Contra as discriminações. Contra o desrespeito. Pelos nossos direitos. Por uma política salarial. Pela isonomia e pelo pagamento dos passivos trabalhistas. Estamos em Greve, e assim permaneceremos até sermos ouvidos.

(discurso proferido pelo Vice-Presidente da ADUFPB-JP/SSind, professor Zaqueu Ernesto da Silva, no Ato Público realizado no dia 19.05.93, em frente ao Ministério da Fazenda)

DB: Enfim, uma etapa vencida

A Câmara Federal concluiu, no último dia 13, em sessão extraordinária o processo de votação da LDB. Embora houvesse questões cruciais em pendência, tais como recursos financeiros, caracterização do ensino médio, requisitos para constituição de universidade, carreira do magistério etc, o Fórum trabalhou intensamente pela agilização do processo de negociação e votação. Isso deveu-se ao fato de que, no dia 11/5, o projeto Darcy Ribeiro foi aprovado pela Comissão de Justiça e Finanças do Senado e a qualquer momento poderia ser apreciado pela Comissão de Educação em caráter terminativo.

Por não dispormos no momento do texto aprovado na sua íntegra, estaremos encaminhando na próxima semana às ADs a avaliação do projeto aprovado pela Câmara. Contudo, podemos adiantar que as grandes perdas dizem respeito ao ensino fundamental (art. 26); educação infantil (não instituição do salário creche); formação técnico-profissional atrelada mais ao Ministério do Trabalho do que à área da educação de jovens e adultos trabalhadores (a não concessão de regime especial de trabalho); salário educação (impressão na definição dos percentuais de distribuição entre União, Estado e Município); e a caracterização da iniciativa privada no campo da educação.

Na próxima semana, o Fórum estará discutindo a estratégia de atuação no Senado. E, no caso do ensino superior, já podemos antever o duro embate que teremos pela frente. Não é demais lembrar que, entre outras coisas, o projeto Darcy propõe a organização do ensino superior ensejando a sua dualidade e a gestão administrativa e financeira através de fundações mantenedoras estruturadas com economia auto-sustentável.

*Pela Coordenação do GTPE
Lúcia Lodi.*

Extrato da Ata da Assembléia Geral de 18.05.93

A Assembléia Geral dos Professores do Campus I, realizada no Auditório da Reitoria, contou com a presença de 180 professores com a pauta: Informes, Avaliação e Encaminhamentos. A avaliação não diferiu da apresentada pelo Comando Local de Greve, foi acrescentado pela abertura imediata de negociações; a Reitoria informou que discutiria calendário após o término da greve; a manutenção da greve foi aprovada com 2 votos contrários e 5 abstenções.

Programação do Centro de Educação

QUARTA-FEIRA, 26.05.93 - 9:00H - Sala302

Discussão sobre a LDB

I. Histórico: A Educação na Constituição

II. Temas:

- a) Formação do Educador;
- b) Universidade;
- c) Financiamento;
- d) Educação e Trabalho;
- e) Municipalização e Sistema de Ensino;
- f) Educação Infantil;
- g) Ensino Fundamental;
- h) Ensino Médio;
- i) Educação de Jovens e Adultos;
- j) Educação Especial;
- l) Avaliação Institucional;
- m) Autonomia;
- n) Gestão.

QUINTA-FEIRA, 27.05.93 - 09:00h - Sala 302
Proposta de Reformulação do Curso de Pedagogia

SEXTA-FEIRA, 28.05.93 - 09:00h - Sala 302
Discussão sobre o funcionamento do Centro de Educação.

ASSEMBLÉIA GERAL

dia 25 de maio de 1993

- terça-feira -

às 09:00h - Aud. Reitoria

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

A crise econômica e política hoje instalada no país se revela nos altos índices de inflação, no desemprego e na miséria crescente.

Nós, trabalhadores, não devemos nos iludir com as promessas de melhorias para os trabalhadores anunciadas pelo governo de Itamar Franco.

O Ministério do Trabalho registrou um número acumulado de 20,2 milhões de desempregados no país, entre janeiro de 1990 e fevereiro de 1993.

A classe trabalhadora continua sofrendo com a carestia dos produtos de primeira necessidade, como alimentos e transporte público.

Nós, funcionários públicos, queremos esclarecer à população que não somos categorias privilegiadas. Conforme demonstram os contracheques de alguns funcionários do Ministério da Fazenda, grande parte do funcionalismo público recebe salário de fômc.

Com um salário de Cr\$ 3.300.759,23, como pode um chefe de família pagar aluguel, fazer a feira do mês e andar de ônibus?

Enquanto o funcionalismo público sofre com o arrocho salarial, o governo oferece descontos de 50% a 75% aos sonegadores dos cofres públicos. O governo insiste em dar prioridade aos apelos dos empresários, em detrimento dos direitos da classe trabalhadora de receber serviços de qualidade nas áreas de saúde e educação, por exemplo.

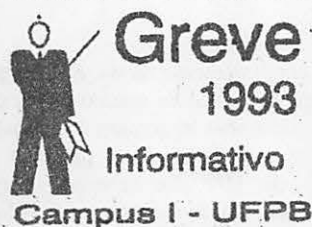
Desde outubro de 1992 o funcionalismo vem tentando obter respostas do Governo às suas reivindicações de política salarial, isonomia salarial entre os três poderes, além de imediata liberação do FGTS, entre outras reivindicações.

Esgotadas todas as tentativas de negociação, fomos obrigados a entrar em greve. Somente através da nossa luta sindical, e com o apoio da população, que compõe a classe trabalhadora, podemos garantir que a nossa voz seja ouvida e nossos direitos sejam respeitados.

PORTANTO, VAMOS À LUTA!

Comprovante de rendimentos - Ministério da Fazenda

NOME DO SERVIDOR MARIA DA PAZ COELHO DE ALMEIDA					MATRÍCULA SIAPE 0119374		
CATEGORIA/CARGO AGENTE DE PORTARIA					CLASSE D	GRUPO/ADMS IV	FUNÇÃO *** **
DEP. ST 02	DEP. IA 02	TS. (II) 02	CPF 526688784-20	BANCO 001	AGÊNCIA 536-5	CONTA CORRENTE 000080201-8	MÊS PAGAMENTO ABR 1993
TIPO	DISCRIMINAÇÃO					PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO ADIC. TEMPO SERVIÇO LEI 8112/90 SALÁRIO FAMILIA GRAT. DE ATIV. EXECUTIVA - GAE						1.906.327,57 38.126,55 8.607,76 1.525.062,05
D	ASSEFAZ - CONVENIO SOCIAL SINDEFCON - SIND. SERV MEFP CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL						41.634,19 19.063,27 116.667,24
"DECLARE SEU IMPOSTO DE RENDA EM DISQUETE. É BEM MAIS SIMPLES E RÁPIDO".							
BASE DE CÁLCULO DO TETO			DEPÓSITO FGTS		BRUTO		DESCRITO
*****			*****		**3.478.123,83		****177.364,70
BASE DE CÁLCULO DO IR			MARGEM CONDIZÁVEL 30%		MARGEM CONDIZÁVEL 30%		LÍQUIDO
*****			*****		*****		**3.300.759,23



Fax 007/CNG/ANDES/93
BSB, 21 de maio de 1993

AVALIAÇÃO CNG/ANDES/93

O Comando Nacional de Greve ratifica suas avaliações anteriores corroboradas pelos acontecimentos ocorridos nesta sexta-feira. Por um lado o Presidente Itamar condicionou a nomeação de novos ministros a uma prévia aprovação dos partidos aos quais deseja como base de sustentação no Congresso Nacional (PMDB, PSDB, PFL, PP) e por outro lado, o Ministro Barelli mais uma vez apontou a "disposição" do Governo em estabelecer uma política salarial para os servidores.

O primeiro fato comprova a rearticulação do bloco de sustentação parlamentar do Governo e o segundo, a apresentação de "Perspectivas" para os SPFs, de maneira vaga, caracterizando, portanto, a inexistência de efetiva negociações, e ainda buscando fragilizar e dividir o movimento.

Diante destes fatos, o CNG/ANDES/93 reitera, mais uma vez, a necessidade de respondermos ao governo através do contínuo fortalecimento de nosso movimento e pela participação na Caravana à Brasília e nos atos locais e/ou estaduais a serem realizados na próxima semana.

A GREVE CONTINUA!

Comando Nacional de Greve/ANDES/93

ADs presentes no Comando Nacional de Greve (21.05)

ADUA (Rafaelle), ADUFPB-JP (Socorro), ADUFPA (Alves), ADUFF (Paliarini/Tarcísio), ADUFRGS (Jacques), APUFSC (Jonas), ADUFPB-CG (Eduardo), ADUFEPE (Joaquim), ADUFSCAR (Pedro/Chiquinho), APUB (Elda), ADUFMAT (Kaiser), SEDUFSM (Ricardo), ADUFPEL (Carlos Alberto), ADUFERPE (Aderaldo), ADUFES (Donato), ADECEFET-MG (Bernadeth), ADUFPI (Zé Mauro), ADUFC (Roberto), ADURN (Almir)

Diretores Presentes: Márcio, Maria Adélia, Roberto Abreu, Edmundo.

ADs em greve: ADUA, ADUFAC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-JP, ADUFPB-CG, ADUFPB-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEDUFSM, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar,

SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPEL, ADUNIR, APROFURG, ADECEFET-MG, ADUF-RJ, ASPUV, ADUFC, ADURN, ADUFAL, APUBH.

Paralisa em 24.05: APROEFEL, ASPESAL.

Paralisa em 26.05: APUFPR

ADs sem deliberação, com AG esta semana:

ADFUNREI, ASDESAM, ADCEFET-RJ, ADOCA, ADEPM.

ADs com posição contrária à greve: ADUFOP.

ADs sem informações: SEDUFR-RR, ADFMTM, ADAFA.

Nota 1: ADUnB em Assembléia no dia 20.05, deliberou entrar em estado de greve.

Nota 2: ADUFU aprovou indicativo de greve para o dia 25.05.

Informes Gerais

1) Ministro Barelli informou ao CNUG/SPFs/93 que a reunião do Governo relacionada a questão dos SPFs não foi concluída nesta sexta-feira devendo ser retomada no domingo (23.05) às 17:0h. Segundo o Ministro, a reunião de hoje tratou das questões relativas ao índice de reajuste imediato e de política salarial. Há um entendimento do Ministro de que o Presidente Itamar parece estar convencido da necessidade de uma política salarial. Avalia o Ministro que as questões estão indo bem e reiterou que deverá receber o Comando assim que ocorrer uma definição por parte do Governo.

2) O CNUG/SPFs/93 deliberou estabelecer os dias 25, 26 e 27 de maio como JORNADA NACIONAL DE LUTA, aproveitando a presença de caravanas nos dias 25 e 25, já convocadas pelo CNUG para pressionar a abertura de negociações e votação do PL 3610 e também dia 27, indicado pela CUT para manifestações.

Atividades das caravanas: terça-feira (25.05) - manhã - concentração na Catedral e manifestação na Esplanada dos Ministérios; tarde - atividade no Congresso Nacional. Quarta-feira (26.05) - atividades no Congresso Nacional.

3) O CNUG/ANDES/93 apreciou a seguinte proposta do CLG/ADUFF/SSind:

Fortalecendo a luta dos servidores públicos federais

A Greve Nacional dos SPFs continua ganhando força nacionalmente. Nesta última quinta-feira contamos com a adesão da FENASPS (previdenciários), de fundamental importância para consolidação do movimento.

A recente troca de Ministros não muda a essência da política neoliberal do Governo Itamar, conforme se deduz das declarações do Ministro recém empossado, Fernando Henrique Cardoso, que reafirmou o programa de privatizações, o arrocho salarial dos servidores e o desmantelamento do setor público.

Este quadro aponta a necessidade da intensificação da luta conjunta dos SPFs pela pauta unificada. Neste sentido, é de fundamental importância que as negociações sejam conduzidas pelo Comando Unificado de Greve dos Servidores Federais. A negociação de reivindicações específicas poderá levar ao enfraquecimento do movimento e fazer o jogo do governo. Diante disso, sugerimos ao CNG/ANDES/93 os seguintes encaminhamentos:

Boletim Informativo do Comando Local de Greve dos Docentes - Campus I - UFPB
João Pessoa - Paraíba - Nº 03 25 de maio de 1993

1) que neste momento unificados dos SPFs (CNUG/SPFs) recomende ao conjunto das categorias em greve que adiem a discussão das pautas específicas;

2) que o CNG/ANDES/93 não discuta com o MEC nossa pauta específica;

3) que haja um empenho pela abertura imediata de negociação dos SPFs com a SAF.

Em relação a estas propostas o CNG/ANDES/93 deliberou:

1) aprovar por unanimidade o terceiro encaminhamento

2) em relação aos itens 1 e 2 foi submetido a votação com o seguinte resultado: contrários: 16 votos; favoráveis: 1 voto (ADUFF); abstenções 2 votos (APUB, ADUA). Obs: verificar os presentes à reunião no início deste informe.

Justificativa da posição do CNG:

O CNG/ANDES/93 entende que a pauta específica apresentada ao MEC em outubro de 1992 é resultado de um longo processo de luta e de elaboração do MD. Os itens constantes desta pauta específica estão contidos na pauta geral. O CNG/ANDES/93 considera também que

devemos encaminhar conjuntamente tanto a luta pela pauta geral com o conjunto dos SPFs quanto a luta pela pauta específica, dado que ambas se somam e reforçam a nossa disposição de luta. Além disso, a proposta encaminhada pelo CLG da UFF foi rejeitada porque implica, em primeiro lugar, em conquistarmos a Política Salarial e a Isonomia, em conjunto com os SPFs, para depois conquistarmos a isonomia entre as IFES e verbas. No entendimento deste CNG/ANDES/93 não basta alcançarmos a isonomia entre as IFES sem Política Salarial, porque os possíveis ganhos daí decorrentes serão fatalmente anulados com o recrudescimento da inflação. De outro lado, a conquista de uma Política Salarial sem isonomia entre as IFES põe em risco o projeto político do ANDES-SN para a universidade pública, autônoma, democrática, laica e de qualidade.

Obs: esta justificativa teve 13 votos a favor; 1 voto em contrário (ADUFF) e 5 abstenções (ADUA, ADUFPI, ADUFEPE, ADCEFE-MG, APUB).



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA PARA DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

INFORMAÇÃO PARA A IMPRENSA

Data 24/05/93

NOTA À IMPRENSA

O Presidente da República, considerando as disponibilidades do Tesouro Nacional e ouvidos os Ministros da Fazenda, SEPLAN, Trabalho, EMFA e SAF, decidiu propor ao Congresso Nacional projeto de lei concedendo reajuste salarial de 85% aos servidores públicos federais, civis e militares, a partir de 1º de maio de 1993.

2. A fim de que o reajuste concedido não implique geração de déficit público, o governo estabelecerá, a partir de junho, tetos trimestrais de gastos de custeio e investimento para a Administração Federal direta e indireta. O Governo proporá, também, ao Congresso Nacional cortes de despesas especialmente aquelas relativas a transferências negociadas com Estados e Municípios, com a correspondente reprogramação de recursos para pagamento de pessoal.

3. O Governo reafirma o compromisso de definir política salarial para os servidores públicos civis e militares, contemplando antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais de soldos e vencimentos.

4. Os percentuais de antecipação e reajuste desta política serão anunciados no prazo máximo de dez dias e estarão condicionados à aprovação do IPMF pelo Congresso Nacional.

5. Por suas características o setor público é diferente do setor privado o que implica diferenças nas políticas de remuneração.

6. Com vistas a aperfeiçoar o processo de isonomia, o Poder Executivo proporá ao Congresso Nacional, por ocasião da revisão constitucional de outubro próximo, o princípio de que a concessão de qualquer reajuste, gratificação, benefício ou vantagem de remuneração, concedido por quaisquer poderes da União, depende, em todos os casos, de ter lei aprovada pelo Congresso Nacional.

7. A SAF iniciará os estudos e tomará as medidas para o aperfeiçoamento e a modernização do serviço público.

8. A política salarial será definida em função das disponibilidades da receita, definindo-se um percentual máximo e outro mínimo, dentro dos quais oscilará a despesa com pessoal.

9. O Presidente da República determinou que, no prazo de cinco dias, a Secretaria do Tesouro Nacional e a SEPLAN indiquem os cortes a serem efetuados nas despesas para manter-se o equilíbrio das contas públicas.

PROGRAMAÇÃO DA SEMANA
Atividades de Greve Docentes UFPB - Campus I
Semana de 24 a 30 de maio de 1993

DATA	HORA	LOCAL	ATIVIDADE
24.05(2°)	08:00	CE	Reunião do Centro
	14:00	CE	Defesa de dissertação "Fundamentos Teórico-Prático para a avaliação coletiva do Processo ensino-aprendizagem"
	17:00	ADUFPB-JP/SSind	Reunião Comando de Greve
25.05(3°)	09:00	Aud. Reitoria	ASSEMBLÉIA GERAL
	15:00	Aud. CRFarmácia	Seminário sobre "Política Salarial"
	17:00	ADUFPB-JP/SSind	Reunião Comando de Greve
	18:00	ADUFPB-JP/SSind	AULA EXTRA - BAR com Milton Dornellas
26.05(4°)	09:00	CE - sala 302	LDB
	08:30	CCHLA - sala 402	LDB
	10:00	Centro de Vivência	Criatividade Teatral
	14:30	CE - sala 302	Palestra: "Abordagem qualitativa na pesquisa em educação - questões básicas". Profª Menga Ludke - UFF/PUC-RJ
	15:00	TRT	Ato Público
	16:00	Aud. Reitoria	Lançamento do Livro "Política e Parentela na PB", profª Linda Lewin
	17:00	Teatro Lima Penante	Peça Infantil "A festa das cores".
	17:00	ADUFPB-JP/SSind	Reunião do Comando de Greve
27.05(5°)	09:00	CCEN - Aud. Biologia	Seminário: Campus I em discussão
	09:00	CE - sala 302	Reformulação do Curso de Pedagogia
	08:30	Ginásio de Esportes	MANHÃ ESPORTIVA-Futebol campo, salão, voleibol feminino)
	14:00	CE - sala 302	Seminário "As teorias sociais de Niklas Lukmann e J. Habermas". Prof. Marcelo Neves/UFPE
	17:00	ADUFPB-JP/SSind	Reunião do Comando de Greve
	18:00	ADUFPB-JP/SSind	AULA EXTRA - BAR - performance
28.05(6°)	06:15	Capela Universitária	Tai-chi-chuam
	09:00	CE - sala 302	Reformulação do CE: funcionamento
		CCEN	Defesa de dissertação
	11:00	Centro de Vivência	Fava Musical: Forró
	14:00	CE - ou Reitoria	Fórum Universitário: "A cidadania inexistente" Prof. Marcelo Neves/UFPB
	17:00	ADUFPB-JP/SSind	Reunião do Comando de Greve
30.05 (domingo)	8:30 às 11:30h 14:30/18h	Campus I	Domingo Infantil no Campus - Programa Infantil

AULA EXTRA



Terça-feira (25.05)
Quinta-feira (27.05)
às 18:00h - sede da ADUFPB

Peça Infantil:

A FESTA DAS CORES

Teatro Lima Penante

Quarta-feira,
26/05 - 17:00h

Preço:

Cr\$ 60.000,00 (adulto)

Cr\$ 30.000,00 (criança)

Venha discutir!

Política Salarial



Seminário

Debatadores:
Carlos Alberto de Brito, Ademário de Araújo,
João Luís Fonseca
Dia: 25.05.93 - 3ª feira, 15:00h
Local: Conselho Regional de Farmácia
Promoção: Comando de Greve dos SPFs



Fax nº 008//CNG/ANDES/93
BSB, 24 DE MAIO DE 1993

AVALIAÇÃO CNG/ANDES-SN

A unidade conseguida na presente greve entre as diversas categorias dos SPFs resultou do consenso construído no interior do movimento a respeito da necessidade premente da definição por parte do governo de uma Política Salarial para a categoria; política essa que contemple reajustes mensais de salários, garantindo um mínimo de poder aquisitivo dos mesmos.

Hoje o governo apresentou um índice de reposição salarial que é absolutamente insuficiente tanto para repor as perdas do quadrimestre quanto para garantir a um expressivo segmento do funcionalismo vencimentos superiores a um salário mínimo. Mas teve que apresentá-lo diante da pressão do movimento exercida através de intensas e constantes mobilizações de rua, o que obrigou o governo a acenar com falsas propostas de política salarial.

Longe de atender nossas necessidades, o governo tenta passar à ofensiva. O "compromisso" público que o governo diz assumir de, no prazo de dez dias, definir uma política salarial, muito embora não seja de fato uma proposta concreta, sinaliza o reconhecimento de sua necessidade. O governo tenta vincular essa política à disponibilidade da receita.

Como vínhamos avaliando, o governo procura, pelo anúncio de um índice de 85%, jogar forte contra o movimento, com o objetivo de fragilizá-lo e desarticulá-lo, avaliando que tal índice produzirá a saída de greve de várias categorias dos SPFs. Tal estratégia há muito vinha sendo indicada pelo movimento, não se constituindo, pois, num fato novo.

O teatro que o governo armou convidando os representantes dos servidores para uma reunião conjunta no Planalto com ministros da área econômica e política significa, por um lado, que ele demonstrou claramente sentir a força dos servidores pela unidade, determinação e expressividade de seu movimento. Significa, por outro lado, que ele jogou uma cartada alta para tentar colocar o movimento na defensiva ou no mínimo tentar paralisá-lo.

Nossas vitórias, até o momento, foram políticas. O que queremos é uma política salarial que não discrimine o servidor público como um trabalhador de segunda categoria e isto não foi atendido. No mesmo sentido é nossa reivindicação fundamental: a Isonomia entre os trabalhadores dos três poderes. Devemos ter claro que só a força deste movimento garantirá que a política a ser anunciada ou

ADs presentes no Comando Nacional de Greve (22.05)

ADUFPA (Alves), ADUFF (Paliarinni/Tarcísio), ADUFRGS (Mônica), APUFSC (Jonas), ADUFPB-CG (Gevársio), ADUFEPE (Joaquim), ADUFSCAR (Géria/Avani), APUB (Elda), ADUFMAT (Kaiser), SEDUFSM (Ricardo), ADUFPEL (Carlos Alberto), ADUFERPE (Aderaldo), ADUFES (Donato), ADECEFET-MG (Bernadeth), ADUFPI (Zé Mauro), ADUFC (Roberto), ADURN (Almir), ADUFRJ (Fábio), ADUFF (Palharini/Tarcísio), ADUR-RJ (Eliane), ADUFMS (Hermano), ADUFG (Marcos), APES-JF (Paulo Vitor), ASPUV (Evandro/Dejair), ADUNIR (Israel), ADUFAL (Afonso).

Diretores Presentes: Paulo Rizzo, Maria Adélia, Sílvio Alem, Agamenon, Edmundo.

ADs em greve em 21.05: ADUA, ADUFC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-JP, ADUFPB-C, ADUFPB-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEDUFSM, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPEL, ADUNIR, APROFURG, ADECEFET-MG, ADUF-RJ, ASPUV, ADUFC, ADURN, ADUFAL, APUBH, APROEFEL, ASPESAL

Paralisa em 24.05: ADUFU

Paralisa em 26.05: APUFPR

ADs sem deliberação, com AG esta semana:

ADFUNREI, ASDESAM, ADCEFET-RJ, ADOCA, ADEPM.

ADs sem informações: SESDUF-RR, ADFMTM, ADAFA.

Nota 1: ADUnB em Assmbléia no dia 20.05, deliberou entrar em estado de greve.

Nota 2: ADUFOP Não deliberou greve em função de eleições para reitoria. AG 27.05.

Boletim Informativo do Comando Local de Greve dos Docentes - Campus I - UFPB

João Pessoa - Paraíba - Nº 04 - 28 de maio de 1993

negociada seja do nosso interesse. O movimento ainda não atingiu seu pico, aguardando-se para estes dias a consolidação da greve dos previdenciários.

O índice de 85% anunciado hoje não representa alteração de fundo na situação salarial dos SPFs e indica a imperiosa necessidade da manutenção da greve até o atendimento de nossas reivindicações, já que, é importante ressaltar, nenhum dos pontos da pauta conjunta dos SPFs foi contemplado no anúncio do governo.

No entanto, a nota divulgada à imprensa pelo governo traz, nas suas entrelinhas, questões extremamente graves para as quais o movimento deve estar atento. Na referida nota, o governo afirma que a concessão dos 85% vai obrigá-lo a propor ao Congresso Nacional cortes de despesas e que as esferas nas quais tais cortes ocorrerão serão definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela SEPLAN, no prazo de cinco dias. Isto indica claramente a intenção do governo em responsabilizar os SPFs pela falência do Estado brasileiro e, conseqüentemente, pela maior degradação dos serviços públicos, na medida em que os recursos para o pagamento dos salários dos servidores advirão da redução de investimentos em outros setores.

Devemos estar atentos para o fato de que, mesmo com os 85%, a folha de pagamento do funcionalismo público atingirá apenas 39% da receita corrente desses cinco primeiros meses do ano, segundo o Demonstrativo da Execução Financeira do Tesouro Nacional (dez./92 - fev./93), percentual bem inferior ao previsto na Constituição, que é de 65%, enquanto que o pagamento das dívidas interna e externa absorve muito mais do que o efetivamente pago ao funcionalismo.

Não foi por respeito aos trabalhadores do serviço público ou por simples respeito aos seus representantes que o governo alterou sua prática tradicional de anunciar índices e políticas para os SPFs, via imprensa. Ressaltar esses aspectos é de fundamental importância para que possamos compreender a diretriz que o governo deve adotar no tratamento da greve. Pois, ao mesmo tempo que se apresenta como respeitoso para com o movimento, divulgou uma nota para a imprensa onde anuncia diretrizes (ver itens 2, 3 e 4 da nota) que não havia explicitado na mesa de audiência e procura colocar a opinião pública e o Congresso contra o movimento. Apesar disso, tal fato novamente demonstrou o reconhecimento pelo governo da força do movimento grevista e a sua preocupação quanto a situação de crescente ascensão em que o mesmo se encontra.

Precisamos, mais do que nunca, garantir a continuidade da greve e a intensificação da nossa mobilização, respondendo à tática do governo com

grandes manifestações de rua, manifestações que reforcem a unidade dos SPFs na luta, a fim de que se estabeleçam efetivas negociações que levem ao atendimento de nossas reivindicações.

A GREVE CONTINUA!
Comando Nacional de Greve/CNG/ANDES/93

INFORMES GERAIS

Audiência com o Governo em 24.05:

Presentes: Governo - Presidente Itamar Franco, Ministros do Trabalho, Fazenda, SAF, Planejamento, Casa Civil, Representante do EMFA. Comando SPFs: Toninho (CUT), Freire (ASSIBGE) Paulo Rizzo (ANDES-SN). Início: 12:30 e término: 13:30h.

Toninho apresentou os cinco pontos centrais da pauta de reivindicações: Política Salarial, ressaltando que esta não deveria ser diferente dos demais trabalhadores. GAE de 160% para todos e sua incorporação; pagamento do FGTS, sanção de projeto de lei que suspende punições, índice de reposição integral em 01.05.

O Governo manifestou-se através de intervenções do Ministro do Trabalho, da Fazenda e do Presidente reforçando as limitações da disponibilidade de recursos e sua disposição em não emitir dinheiro para pagar a folha de pagamento.

Definiram o prazo de 10 dias para elaboração da proposta de política salarial que será baseada na variação da arrecadação fiscal. Nela deverá ser embutido um valor para iniciar as correções das distorções da isonomia. Estabeleceram o prazo de cinco dias para definir cortes em despesas.

O Presidente ressaltou a importância de receber um Comando de Greve, fato inédito. Encaminhou o Comando para discutir com o Ministro do Trabalho a política salarial, a isonomia e liberação do FGTS. Com os Ministros da SAF e do Planejamento, as questões referentes à carreira. Enfatizou a necessidade de aprovação do IPMF, pelo Congresso Nacional propôs ao Comando que pressionasse os Deputados nesse sentido.

Os representantes do Comando questionaram o índice e solicitaram urgência na definição de propostas para a Política Salarial e Isonomia bem como negociações concretas sobre o assunto.

Fax nº 009//CNG/ANDES/93 - BSB, 25 DE MAIO
DE 1993

ADs presentes no Comando Nacional de Greve
(22.05)

ADUFPA (Alves), ADUFRGS (Mônica/Cattini),
APUFSC (Jonas), ADUFPB-CG (Gervásio), ADUFEPE
(Joaquim), ADUFSCAR (Géria/Avani), APUB (Elda),
ADUFMAT (Kaiser), SEDUFSM (Ricardo), ADUFPEL
(Carlos Alberto), ADUFERPE (Aderaldo), ADUFES

Ratificação: Os delegados Méri (APROFURG), Rafaele (ADUA) e Socorro (ADUFPB-JP), estiveram presentes na reunião do comando de 24.05.93.

Informes das ADs

42 ADs em greve - 26.05

ADUFRGS: Comando dos SPFs do RS obteve apoio de todos os líderes da AL do Estado que foi remetido para o Congresso Nacional. Faculdade de Medicina está em greve (fato inédito). AG 24/05 (200 presentes) mantém a greve.

APES-JF - AG 24/05 (200 presentes) continuidade da greve.

SEDUSM-RS - solicita mobilizar CRUB. AG dia 28.05

APUB - Pela continuidade da greve por unanimidade. Próxima AG 28.05.

ADUR-JR - AG de 25.05: continuidade da greve por unanimidade

ADUFRJ - AG 25.05 (185 presentes) continuidade da greve. Próxima AG 03.06.

ADUFG - AG 25.05 (185 presentes) continuidade da greve. Próxima AG 03.06.

ADUFPI - AG 25.05 (304 presentes- funcionários e docentes) mantém a greve.

ADUA - Passeata com 3.000 pessoas dos SPFs no dia 25.05.

APUBH - AG 26.05 (192 presentes) mantém a greve. Próxima AG 03.06.

ADUFMS - AG 25.05 (100 presentes) mantém a greve, repúdio à vinculação da política salarial ao IPMF ou arrecadação. Próxima AG 28.05.

ADUFF - AG 25.05 (300 presentes) continuidade da greve passeata após após AG com docentes e funcionários, terminando com manifestação contra privatização do HU. Em 26.05 passeata com os SPFs com cerca de 2.000 participantes.

ADUFES - AG 25.05 (180 presentes) continuidade da greve por unanimidade. Próxima AG 01.06. Comando local fez projeções até o final deste ano de 4 políticas salariais e enviou ao CNG como subsídio

APROFURG - AG 25.05 (138 presentes) continuidade da greve. AG. 28.05.

ASPUV - AG 24.05 (113 presentes) continuidade da greve. Solicita que o CNG socialize informes das ADs.

APUFSC - AG 26.05 (250 presentes) mantém a greve, solicita mais informes sobre os SPFs.

ADUFPB-JP - AG 25.05 (385 presentes) continuidade da greve. Solicita mais informações sobre o projeto do Paulo Paim. Próxima AG 28.05.

APUFPR - AG 26.05 (240 presentes) greve deve continuar. Iniciou discussão sobre reposição de aulas e vestibular porém adiou decisão sobre o assunto.

ADUFU - AG 24.05 (200 presentes) deliberou pela greve a partir de 25.05. Próxima AG 02.06.

ADUNIRIO - AG 25.05 (60 presentes) continuidade da greve. Próxima AG 31.05.

(Donato), ADECEFET-MG (Bernadeth), ADUFPI (Zé Mauro), ADUFC (Roberto), ADUFF (Tarcísio), ADURN (Almir), ADUFRJ (Fábio), ADUR-RJ (Eliane), ADUFMS (Hermano), ADUFG (Marcos), APES-JF (Paulo Vitor), ASPUV (Evandro/Dejair), ADUNIR (Israel), ADUFAL (Afonso), ADUA (Rafaele), APROFURG (Méri), AFUFS (Alexandrina), ADUNIRIO (Janete), APUFPR (Nilce), ADUFPB-JP (Socorro).

Diretores Presentes: Paulo Rizzo, Maria Adélia, Sílvio Alem, Agamenon, Edmundo.

ADs em greve em 21.05: ADUA, ADUFC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-JP, ADUFPB-C, ADUFPB-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEDUFMS, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPEL, ADUNIR, APROFURG, ADECEFET-MG, ADUFRJ, ASPUV, ADUFC, ADURN, ADUFAL, APUBH, APROEFEI, ASPESAL, ADUFU, ADECEFET-JF, ADUFG. **Paralisa em 26.05:** APUFPR. **ADs com AG esta semana:** ADFUNREI, ASDESAM, ADOCA, ADEPM. **ADs sem informações:** SEDUF-RR, ADFMTM, ADAFA.

Nota 1: ADUnB deliberou entrar em estado de greve.

Nota 2: ADUFOP Não deliberou em função greve eleições de Centro.

Nota 3: ADEPM - deliberou permanece em Assembléia Geral permanente, sem paralisação das atividades.

Informes Gerais

Audiência com Ministro Barelli em 25.05:

Presentes: Governo - Ministro Barelli e dois assessores; CNUG: CUT, ASIBGE, ANDES, CONDESEF, SIND. NAC. PROTEÇÃO AO VÔO, SINASSEF, ANDEF, SINDIFISCO, FENASPS, FASUBRA.

Esta audiência estava definida em função dos encaminhamentos feitos na reunião com o Presidente da República (24.05) para tratar da política salarial, isonomia, liberação do FGTS e anistia aos servidores punidos.

O governo não apresentou qualquer proposta concreta nova sobre as reivindicações. Alegou o Ministro ter a necessidade de reunir Planejamento e Fazenda, propôs Comissão técnica mista (governo/comando) para trabalhar a política salarial e isonomia. Ressaltou que não ha hipótese da política ser feita com outros critérios que não a arrecadação.

Nova audiência ocorrerá 5ª feira (27.05).

Sob o ponto de vista dos encaminhamentos gerais do nosso movimento, a audiência não traz nada de novo senão a necessidade de mantermos firme a greve para fazer avançar uma negociação que está em curso.

ADUFS - Greve unificada (docentes, funcionários e estudantes)

ADUFSCAR - AG 25.05 (68 presentes) continuidade da greve.

ADUFMAT - AG 24.05 (120 presentes) continuidade da greve e passeata com SPFs e servidores estaduais em greve (5.000 pessoas) AG. 28.05.

ADUFFB-CG - AG 26.05, continuidade da greve, ato público com SPFs.

ADUFAL - AG 24.05 (147 presentes) discutiu funcionamento do HU e Pós-Graduação.

ADUFFPel - AG 25.05 (100 presentes) mantém a greve.

Obs: Várias ADs solicitaram respostas na mídia às declarações do FHC e informações mais precisas sobre a caravana da próxima semana.

Informes Gerais:

Audiência com Barelli prevista para 27.05, em horário a ser confirmado.

INFORME DO CONGRESSO - PL 3610/93

A votação do regime de "urgência urgentíssima" para a tramitação do PL 3610/93 que dispõe sobre os reajustes mensais de salários, tendo em vista o resultado da reunião do Colégio de Líderes no início da tarde de hoje, e para a decepção das caravanas dos SPFs que enchem as galerias da Câmara dos Deputados, ficou adiada para a próxima terça-feira, dia primeiro de junho.

De acordo com os relatos dos deputados Paulo Paim (PT-RS) e Maria Laura (PT-DF), não tendo havido acordo naquele Colégio, a maioria das lideranças afirmou que votaria em plenária a favor da "urgência urgentíssima" para, a seguir, votar contra o mérito do projeto. Apenas os líderes do PT, PC do B e PDT afirmaram sua posição favorável ao projeto.

Informe da Audiência com o Ministro da Educação (26.05)

Presentes: ANDES-SN - Paulo Rizzo, Maria Adélia; FASUBRA: Marroni, Edvaldo; SINASFPE: Dário, Natércio.

A audiência iniciou-se às 12:10h e encerrou-se às 13:15h.

No início da audiência, a ANDES fez um relato ao Ministro das Audiências do Comando Nacional Unificado de Greve dos SPFs com o Presidente e Ministros na última 2ª feira (24.05) e com o Ministro Barelli em 25.05. Enfatizou a preocupação das entidades sindicais ligadas à educação, tendo em vista as colocações do governo nas últimas audiências onde se falou da necessidade de efetuar cortes nas despesas e que estes poderiam também ocorrer nas áreas de saúde e educação.

Em seguida, a FASUBRA destacou que essa audiência também visa destacar das respectivas pautas de reivindicações, protocoladas ao final de

1992, algumas questões em comum que podem ser negociadas pela entidades com o MEC.

O Ministro da Educação declarou que não tem o mesmo tipo de preocupação. Ainda que os recursos não sejam suficientes, considera que o MEC recupera alguns pontos importantes. Destacou que não houve contingenciamento de verbas em 1993 e que em 1993 o MEC recuperou uma certa capacidade de investimento. A situação é melhor e se está trabalhando no sentido de uma recuperação progressiva. O MEC também está tentando viabilizar alguns recursos externos para as IFES via BID (HUs, Bibliotecas e Informatização) e já enviou carta consulta àquele organismo para obtenção de recursos para educação média e tecnológica.

Agradeceu a preocupação das entidades mas disse que se houver propostas de cortes, o MEC vai disputar o espaço. Mas reafirmou que não existe nenhum sinal objetivo, concreto de que haja cortes.

Em relação aos pontos colocados pelas entidades:

a) ISONOMIA INTERNA DAS IFES - não entende como pauta específica e sim como colocada na pauta geral de negociação com o governo.

b) Fundo de 1% de recursos da folha destinados à capacitação, que estão hoje centralizados na SAF, devem permanecer no interior das IFES para aplicação em programas próprios.

c) Preenchimento de vagas desde 1992 há decreto autorizando preenchimento de vagas para as Universidades.

d) Devolução do PSS (Plano de Seguridade Social - 6%): depende da própria universidade e o MEC está solicitando informes das IFES nesse sentido. Devolução deverá ser feita em folha especial.

e) Auxílio-creche: entidade solicitam unificação de valores. Ministro respondeu que isto é problema da autonomia de cada IFE.

OBS: As reivindicações de 1% para capacitação e auxílio creche não constam da pauta de reivindicações da ANDES-SN. Quanto à primeira o CNG propõe que ela seja assumida pelo Sindicato Nacional. Em relação à segunda, que ela permaneça como reivindicação específica da FASUFRA.

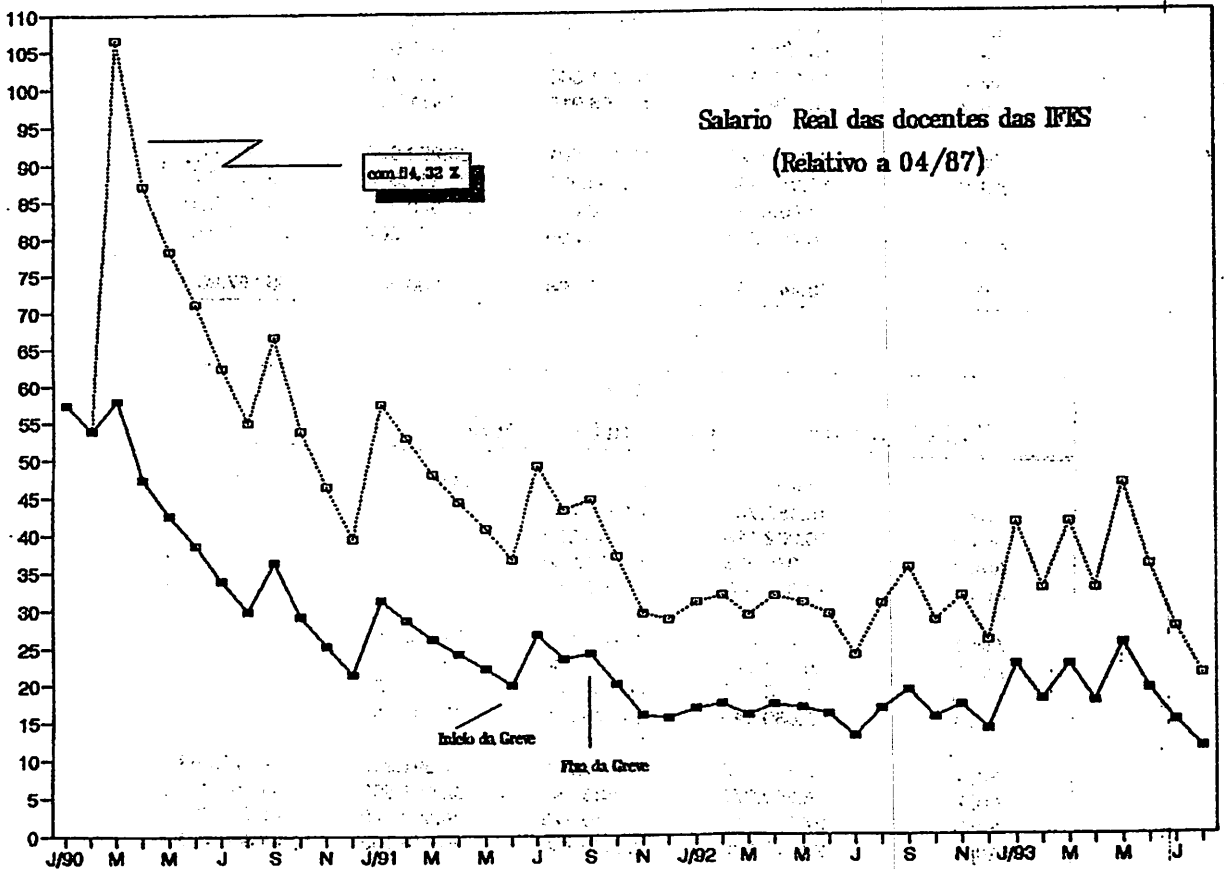
A ANDES-SN colocou ao Ministro que anossa concepção é de que a creche é para todos e deve ser mantida dentro da própria universidade.

Em relação a estes pontos, o Ministro agendou nova audiência para amanhã, 27.05, às 11:30h, para a qual se comprometeu em trazer informações, dados por escrito e mais precisos sobre o que foi tratado.

Paralelamente à audiência, houve carreatas desde a UnB até a Esplanada dos Ministérios e concentração com manifestações em frente ao MEC.

Alguns dados para a reflexão:

O gráfico abaixo mostra, na linha pontilhada, como teria sido a evolução dos nossos salários se, em março de 90, não nos fosse retirado o percentual de 84,32%; a partir de fevereiro de 93, houve uma recuperação, para aqueles contemplados na ação da ADUFPB-JP/SSind; a linha cheia mostra a queda real do salário dos demais docentes.



20 horas				
Tabela de vencimentos a partir de maio				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	4.996.042	5.595.567		
Aux 2	5.245.844	5.875.345		
Aux 3	5.508.137	6.169.113		
Aux 4	5.783.543	6.477.569		
Ass 1	6.361.898	7.125.325	7.952.372	
Ass 2	6.679.993	7.481.592	8.349.991	
Ass 3	7.013.992	7.855.671	8.767.490	
Ass 4	7.364.692	8.248.455	9.205.865	
Adj 1	8.101.161	9.073.300	10.126.451	12.151.742
Adj 2	8.506.219	9.526.965	10.632.774	12.759.329
Adj 3	8.931.530	10.003.314	11.164.413	13.397.295
Adj 4	9.378.107	10.503.479	11.722.633	14.067.160
Tit	11.722.633	13.129.349	14.653.292	17.583.950

Esta é a tabela básica dos vencimentos dos docentes das IES com o percentual de 85% da proposta do governo.

40 horas				
Tabela de vencimentos a partir de maio				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	9.992.085	11.191.135		
Aux 2	10.491.689	11.750.691		
Aux 3	11.016.273	12.338.226		
Aux 4	11.567.087	12.955.137		
Ass 1	12.723.796	14.250.651	15.904.744	
Ass 2	13.359.985	14.963.184	16.699.982	
Ass 3	14.027.985	15.711.343	17.534.981	
Ass 4	14.729.384	16.496.910	18.411.730	
Adj 1	16.202.322	18.146.601	20.252.903	24.303.483
Adj 2	17.012.438	19.053.931	21.265.548	25.518.657
Adj 3	17.863.060	20.006.627	22.328.825	26.794.590
Adj 4	18.756.213	21.006.959	23.445.267	28.134.320
Tit	23.445.267	26.258.698	29.306.583	35.167.900

DE				
Tabela de vencimentos a partir de maio				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	15.487.731	17.346.259		
Aux 2	16.262.118	18.213.572		
Aux 3	17.075.223	19.124.250		
Aux 4	17.928.985	20.080.463		
Ass 1	19.721.883	22.088.509	24.652.354	
Ass 2	20.707.977	23.192.934	25.884.972	
Ass 3	21.743.376	24.352.581	27.179.220	
Ass 4	22.830.545	25.570.210	28.538.181	
Adj 1	25.113.599	28.127.231	31.391.999	37.670.399
Adj 2	26.369.279	29.533.593	32.961.599	39.553.919
Adj 3	27.687.743	31.010.273	34.609.679	41.531.615
Adj 4	29.072.130	32.560.786	36.340.163	43.608.196
Tit	36.340.163	40.700.983	45.425.204	54.510.245

20 horas				
Vencimentos + 80% de Gratificacao				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	8.992.876	10.072.021		
Aux 2	9.442.520	10.575.622		
Aux 3	9.914.646	11.104.403		
Aux 4	10.410.378	11.659.624		
Ass 1	11.451.416	12.825.586	14.314.270	
Ass 2	12.023.987	13.466.865	15.029.983	
Ass 3	12.625.186	14.140.208	15.781.483	
Ass 4	13.256.445	14.847.219	16.570.557	
Adj 1	14.582.090	16.331.941	18.227.612	21.873.135
Adj 2	15.311.194	17.148.538	19.138.993	22.966.792
Adj 3	16.076.754	18.005.965	20.095.943	24.115.131
Adj 4	16.880.592	18.906.263	21.100.740	25.320.888
Tit	21.100.740	23.632.829	26.375.925	31.651.110

40 horas				
Vencimentos + 80% de Gratificacao				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	17.985.752	20.144.042		
Aux 2	18.885.040	21.151.245		
Aux 3	19.829.292	22.208.807		
Aux 4	20.820.756	23.319.247		
Ass 1	22.902.832	25.651.172	28.628.540	
Ass 2	24.047.974	26.933.730	30.059.967	
Ass 3	25.250.372	28.280.417	31.562.965	
Ass 4	26.512.891	29.694.438	33.141.114	
Adj 1	29.164.180	32.663.882	36.455.225	43.746.270
Adj 2	30.622.389	34.297.076	38.277.986	45.933.583
Adj 3	32.153.508	36.011.929	40.191.885	48.230.263
Adj 4	33.761.184	37.812.526	42.201.480	50.641.776
Tit	42.201.480	47.265.657	52.751.850	63.302.220

DE				
Vencimentos + 80% de Gratificacao				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	27.877.916	31.223.266		
Aux 2	29.271.812	32.784.429		
Aux 3	30.735.402	34.423.650		
Aux 4	32.272.172	36.144.833		
Ass 1	35.499.390	39.759.316	44.374.237	
Ass 2	37.274.359	41.747.282	46.592.949	
Ass 3	39.138.077	43.834.646	48.922.596	
Ass 4	41.094.981	46.026.378	51.368.726	
Adj 1	45.204.479	50.629.016	56.505.599	67.806.718
Adj 2	47.464.703	53.160.467	59.330.879	71.197.054
Adj 3	49.837.938	55.818.491	62.297.422	74.756.907
Adj 4	52.329.835	58.609.415	65.412.294	78.494.752
Tit	65.412.294	73.261.769	81.765.367	98.118.440

A tabela 2 contempla o salário bruto, isto é, vencimentos mais Gratificação de Atividade Executiva (GAE) de 80%.

Para os conteúdos com 84,32% a tabela 3 mostra o salário bruto a ser recebido a partir de maio/93.

20 horas				
Vencimentos + GAE (80%) + 84,32%				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	16.575.669	18.564.749		
Aux 2	17.404.453	19.492.987		
Aux 3	18.274.675	20.467.636		
Aux 4	19.188.409	21.491.018		
Ass 1	21.107.250	23.640.120	26.384.062	
Ass 2	22.162.612	24.822.126	27.703.266	
Ass 3	23.270.743	26.063.232	29.088.429	
Ass 4	24.434.230	27.366.394	30.542.850	
Adj 1	26.877.708	30.103.033	33.597.135	40.316.562
Adj 2	28.221.594	31.608.185	35.276.992	42.332.390
Adj 3	29.632.673	33.188.594	37.040.842	44.449.010
Adj 4	31.114.307	34.848.024	38.892.884	46.671.460
Tit	38.892.884	43.560.030	48.616.105	58.339.326

40 horas				
Vencimentos + GAE (80%) + 84,32%				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	33.151.338	37.129.499		
Aux 2	34.808.905	38.985.974		
Aux 3	36.549.351	40.935.273		
Aux 4	38.376.818	42.982.036		
Ass 1	42.214.500	47.280.240	52.768.125	
Ass 2	44.325.225	49.644.252	55.406.531	
Ass 3	46.541.486	52.126.464	58.176.858	
Ass 4	48.868.560	54.732.788	61.085.700	
Adj 1	53.755.416	60.206.066	67.194.271	80.633.125
Adj 2	56.443.187	63.216.370	70.553.984	84.664.781
Adj 3	59.265.347	66.377.188	74.081.683	88.898.020
Adj 4	62.228.614	69.696.048	77.785.767	93.342.921
Tit	77.785.767	87.120.060	97.232.209	116.678.651

DE				
Vencimentos + GAE (80%) + 84,32%				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	51.384.574	57.550.723		
Aux 2	53.953.303	60.428.260		
Aux 3	56.651.493	63.449.672		
Aux 4	59.484.068	66.622.156		
Ass 1	65.432.475	73.284.372	81.790.593	
Ass 2	68.704.099	76.948.590	85.880.123	
Ass 3	72.139.303	80.796.020	90.174.129	
Ass 4	75.746.269	84.835.821	94.682.836	
Adj 1	83.320.895	93.319.403	104.151.119	124.981.343
Adj 2	87.486.940	97.985.373	109.358.675	131.230.410
Adj 3	91.861.287	102.884.642	114.826.609	137.791.931
Adj 4	96.454.352	108.028.874	120.567.940	144.681.527
Tit	120.567.940	135.036.092	150.709.924	180.851.909

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO Nem neoliberalismo nem social democracia

Graziela Oliveira*

As declarações de alguns empresários de que agora temos um ministro da Fazenda de Primeiro Mundo, e a reação favorável das bolsas de valores (JB.21.05.93) parecem contrastar com a afirmação do ministro Fernando Henrique Cardoso de que não pretende mudar o plano do ex-ministro Eliseu Resende.

O plano de Eliseu Resende foi aplaudido por setores da burguesia pelo seu caráter social. Assim se expressou um articulista do JB: *"Como se esperava, mais do que um plano econômico, trata-se de um programa de governo"*...

Segundo o mesmo articulista, o programa *"tem um fundo social-democrata nítido... Os pobres, a classe média, os trabalhadores e os agricultores estão entre os principais ganhadores, se o programa der certo"* (JB, 25.05.93).

Talvez seja esta nitidez social-democrata que leva o ministro do PSDB a afirmar que salário é inflacionário e que a privatização é imprescindível à economia do país (JB, 21.05.93).

Entra ministro, sai ministro, a preocupação é sempre a mesma: deixar contente o empresariado. O discurso do crescimento econômico, do combate à inflação e de melhorias para os trabalhadores coloca o empresariado no centro das decisões. Dele depende o bem-estar da sociedade. O trabalhador, que atrapalha os planos econômicos com suas reivindicações de política salarial e negociação trabalhista, deve ser reprimido por ameaças de cortes de ponto e de salário.

Segundo declarou o ministro Fernando Henrique, *"não adianta dar aumento para aumentar a inflação"* (JB, 21.05.93). Em sua opinião, *"não há dinheiro no orçamento"*, por isto ele é totalmente contra a proposta de aumento de 97% defendida pela ex-ministra Erundina (ibid).

Pelos cálculos de Eliseu Resende, o tesouro deve ter um déficit de US\$ 2 bilhões, em parte devido aos custos com salários dos servidores públicos (JB 20.03.93).

De acordo com os cálculos da ex-ministra, um aumento de 100% para civis e militares no mês de maio representaria 44% da receita global da União prevista para junho. Conforme afirmou Paulo Sandroni, *"a concessão de reajuste de 97% defendido pela ministra Luiza Erundina representará despesa pouco acima da média das despesas com pessoal realizadas durante o ano passado"* (JB, 30.04.93).

Analisando o orçamento do governo para 1993, Aloysio Biondi constatou que o orçamento vem sendo manipulado para criar uma vaga de pessimismo na sociedade. Entre os objetivos da falsificação dos dados, estaria a necessidade de convencer a sociedade de que precisamos seguir as metas do FMI e privatizar as empresas estatais.

Os dados do próprio Ministério da Fazenda demonstram que a receita de 1993 nem depende da reforma fiscal. O IPMF ainda nem foi ativado, e mesmo assim a arrecadação de janeiro abril já foi alta, maior do que em 1992 (Folha de São Paulo, 09.05.93).

Conforme se depreende do confronto de informações, a sociedade precisa ficar atenta aos fatos tentar enxergar as manipulações do Planalto.

Para *"deixar a casa em ordem"* e implementar o programa de Eliseu Resende, Fernando Henrique pretende equilibrar a economia às custas dos assalariados.

Segundo o ministro, a queda da inflação resultará da implementação de um conjunto de medidas, que inclui, além da guerra à inflação, a continuação da privatização de empresas estatais, que causam os grandes rombos no orçamento (JB 21.05.93).

A defesa da privatização como forma de reduzir o propalado déficit público e de garantir o crescimento econômico não é sustentada pelos fatos.

A nebulosidade que encobre o processo de privatização das empresas estatais precisa ser afastada. Segundo afirma a Folha de São Paulo, o governo vem perdendo dinheiro desde 1992 com a venda das estatais e, em lugar da tão desejada maior liberdade de mercado, a privatização tem contribuído para a formação de cartéis. Além das transações com as chamadas moedas podres, que não representam a entrada de qualquer centavo nos cofres públicos, dos US\$ 45 milhões recebidos em dinheiro, mais de US\$ 25 milhões foram gastos em publicidade e pagamento de comissões às consultoras que avaliaram as estatais (Folha de São Paulo, 09.05.93).

A preferência social pelo empresariado defendida pelos governos que se revezam no poder se soma às ameaças aos direitos conquistados pelos trabalhadores.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já afirmou que, na reforma constitucional, vai lutar contra direitos ora garantidos pela Constituição, tais como licença-paternidade e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. A CNI também se manifesta contra os direitos sindicais obtidos pelos trabalhadores, como a estabilidade dos dirigentes sindicais (JB, 03.04.93). O empresariado quer impedir a presença dos sindicatos nas negociações trabalhistas e, seguindo uma tendência

já existente em países europeus, quer defender a negociação direta da empresa com os empregados, buscando fragilizar o poder do movimento sindical e, conseqüentemente, o poder de barganha individual.

A política econômica social-democrata do PSDB em nada difere da neoliberal. Na Europa, a privatização, o combate à inflação com arrocho salarial em voga nos ditos países da social-democracia resultou na queda do padrão de vida dos trabalhadores e em penúria social. Para demonstrar sua insatisfação, trabalhadores de vários países fizeram uma greve geral unificada no dia 02.04.93. Eles reivindicavam respeito ao direito ao trabalho, políticas contra o desemprego e a garantia das conquistas sociais e da democracia (JB, 03.04.93).

O estilo peculiar de governar do presidente Itamar Franco não esconde a crise interna no governo. Políticos de vários partidos lotciam os ministérios e disputam cargos entre si, mas lutam juntos pela manutenção da ordem, ou seja, procuram manter os trabalhadores "nos seus devidos lugares".

Em entrevista ao JB, o novo ministro da Fazenda afirmou: "O Brasil é um país viável, os problemas estão equacionados e a solução ao alcance das mãos" (JB, 20.05.93).

Nós, trabalhadores, também achamos que o Brasil é viável e queremos ter a solução em nossas mãos.

Neste momento de troca de ministros, precisamos ficar atentos e manter a convicção do eixo de nossa luta. Nenhum percentual de reajuste, por maior que seja, contempla a nossa pauta de reivindicação. Queremos uma política salarial definida, para que possamos acabar com as greves anuais por salário. Para trabalho igual, queremos salário igual. A força do nosso movimento está na nossa mobilização, na defesa de direitos coletivos, em lugar de interesses individuais.

Somos servidores públicos, remunerados pelos cofres públicos. Vivemos, portanto, graças à riqueza produzida por trabalhadores produtivos da cidade e do campo. Contrariamente à preferência dos governos que se sucedem, de satisfazer os interesses do empresariado, devemos dar preferência à classe trabalhadora, oferecendo-lhe serviços públicos de qualidade.

Como professores universitários, temos a responsabilidade de inserir a nossa luta salarial numa mobilização em defesa da ética no serviço público e do desmascaramento de políticas, neoliberais ou social-democratas, que oprimem o povo, contribuem com a miséria mas buscam a mão do trabalho para cooperação com o capital.

*Professora do Dept. de Economia - CCSA/UFPB

Opinião

QUEM SÃO OS AMIGOS DO POVO?

Rolando Lazarte*

Durante vários anos, venho me interrogando sobre a função social da Universidade pública, sobre sua relação com as necessidades da sociedade de que depende e à qual deve servir.

É um tema difícil de ser apresentado nos muros da Cidadela Universitária. Um discurso auto complacente, segundo o qual a Universidade - quer a UFPB, quer a instituição como um todo, a nível do Brasil - cumpre sua obrigação para com a sociedade, muito bem, obrigado, do jeito que está.

Mesmo sabendo que estas reflexões despertarão a ira dos que querem que tudo na Universidade permaneça como está, devo vir a público, obedecendo mandato dos colegas que me chamaram para participar dos destinos da ADUFPB-JP/SSind, em momentos em que o sindicato docente encontrava dificuldades para compor uma chapa para sua diretoria.

A atual greve dos professores da UFPB, decidida em clima de escassa argumentação e muito apelo emocional, chama de novo a reflexão sobre a relação Universidade-Sociedade. Afora as legítimas reivindicações salariais da categoria, que merecem e devem ser atendidas por um governo de costas para o social, cabe discutir alguns aspectos que foram levantados por alguns oradores da Assembléia do dia 13 de maio.

Procurou-se associar a nossa greve, eminentemente corporativista, a uma preocupação com as condições de vida e cidadania, da população fora dos limites da Universidade. Os opositores à greve - que não cabe agrupar sob rótulos ou denominadores comuns - foram chamados, sem mais, de reacionários, conservadores, cúmplices da fome e da miséria na Paraíba, defensores da política neoliberal do governo Itamar, e outras "pérolas".

Como nenhum desses rótulos me cabe, sinto-me à vontade para repelir e repudiar as manobras demagógicas e os antolhos partidistas, que se escondem por trás do velho expediente que uma certa "esquerda" autoritária insiste em praticar: a desqualificação do adversário.

O movimento docente deve ser um lugar de confronto de idéias, propostas e posições. Mas a veemência nas nossas convicções, facilmente pode resvalar para a tentativa de calar o outro, o que pensa diferente.

Não suponho, nem proponho, que uma Assembléia docente possa ou deva ser uma reunião social, com troca de flores e gentilezas. Mas não devemos esquecer que precisamos de dissidência. Sem ela, teremos partidos, igrejas, instituições

totalitárias em que a liberdade de expressão é um delito que deve ser castigado.

Devemos fazer da discordância nossa arma. Não devemos excluir aquele que se opõe, ou diverge da maioria, transformando-o em herege, traidor, inimigo. Até porque o sindicato não deve ser, na minha opinião, um espaço de unanimidade ou uniformidade de perspectivas. O sindicato é uma entidade de defesa dos interesses dos trabalhadores, da categoria como um todo, independentemente da filiação partidária ou da orientação ideológica dos seus membros.

Esta greve nos coloca, mais uma vez, diante do silêncio e da indiferença da sociedade à nossa volta. O desgaste desta forma de luta, produzido tanto pelo uso abusivo, quanto pelo esvaziamento em termos de mobilização pela forma como se costuma ser praticado entre nós, demanda da nossa parte um esforço radical para reverter essa indiferença.

Precisamos sair do vício de olhar para nós mesmos o tempo todo, numa atitude autocomplacente, e perguntar para esse povo lá fora: o que pensa da Universidade? O que espera dela?

Sair da Cidadela Universitária, vasculhar nesse povo sofrido, tão invocado nos nossos discursos, para reencontrarmos os caminhos para a construção, aqui e agora, de uma Universidade comprometida, eficaz, criativa, à altura dos desafios de uma crise que não é apenas econômica.

Temos a capacidade e o potencial para darmos um salto. A UFPB ocupa uma posição de destaque tanto no quadro nacional como regional, tanto pela qualidade da sua produção científica, quanto pelos serviços que presta à população em diversas áreas de conhecimento. Esta posição foi ganha graças ao esforço e iniciativa, o compromisso e a dedicação de docentes que não se limitam a dar aulas num padrão mínimo de qualidade.

Vamos aprofundar e ampliar esse esforço, de efetiva prestação de serviços a essa sociedade carente de tudo. Carente, também, de intelectuais e

profissionais que sintam como seus, os seus problemas. Tanto os mais urgentes e concretos, quanto aqueles mais estruturais ou abstratos.

Vamos diagnosticar as demandas sociais nas nossas respectivas áreas de conhecimento, junto às comunidades, categorias, sindicatos, movimentos sociais, partidos, empresas.

Vamos oferecer nossos serviços, nossa capacidade, nosso capital profissional, a uma sociedade que pensa que professor federal faz greve porque quer ir à praia. E que funcionário é um vagabundo que apenas quer ganhar mais, sem fazer nada.

Essa imagem, habilmente trabalhada pela mídia, foi aproveitada pelo governo Collor/Itamar, para impingir ao funcionalismo público um arrocho salarial sem precedentes.

Podemos mudar essa imagem, aprofundando a nossa relação com a sociedade, saindo do hábito de olhar para nós mesmos complacentemente. Fazendo uma revolução silenciosa que não espera a mudança do sistema, mas que faz aqui e agora a mudança possível. Construindo no presente, uma vida mais digna, mais justa, mais plena e mais feliz.

Como não costumo dar idéias para que outros façam, fico à disposição de todos os interessados, para juntos organizarmos e realizarmos esta iniciativa.

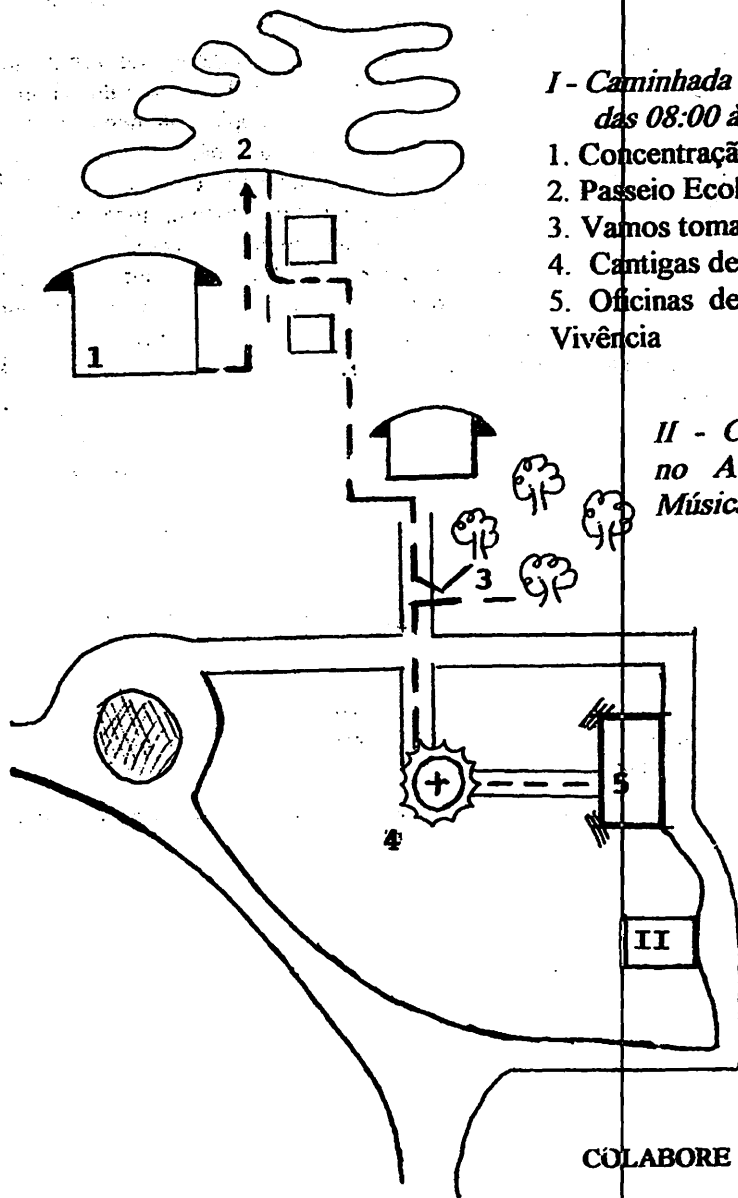
*Rolando Lazarte é professor do Dept.
Ciências Sociais-CCHLA/UFPB*

Assembléia Geral

*dia 28.05.93
09:00h Aud. Reitoria*

DOMINGO NO CAMPUS

Atividade de greve - docentes/UFPB-JP (30.05.93)



I - Caminhada Ecológica-Cultural das 08:00 às 12:00h

1. Concentração no Ginásio de Esportes
2. Passeio Ecológico no Bosque e Tai chi chuan
3. Vamos tomar um suco...
4. Cantigas de roda na capela
5. Oficinas de plástico e dança no Centro de Vivência

II - Orquestra Grupo Infanto-Juvenil no Auditório do Departamento de Música, às 17:00h

Indispensável que os pais ou responsáveis acompanhem as crianças durante as atividades.

No local das atividades os pais poderão comprar ficha para adquirir suco, pipoca, sorvete, empanada, algodão doce e refrigerante.

COLABORE COM O FUNDO E GREVE

AVALIAÇÃO DO CNG/ANDES/93

fax nº 010 - BSB - 26.05.93

Hoje somos 42 ADs em greve.

A totalidade das Assembléias das ADs-SSIND., realizadas após o conhecimento do anúncio do índice de 85 e do início dos encontros do Comando Unificado com o governo para tratar da nossa pauta, deliberou pela permanência na greve, por entender que não existe qualquer fato novo que justifique uma reavaliação dos rumos do movimento.

Os informes das Assembléias dos demais segmentos em greve indicam o mesmo posicionamento.

A única avaliação possível neste momento, diante das informações referidas, é a de que a greve está forte, coesa e reflete a disposição das bases em lutar pelo atendimento da pauta que tem como destaque POLÍTICA SALARIAL E ISONOMIA JÁ.

A força, a coesão da greve e as intensas mobilizações de rua têm forçado os meios de comunicação a dar cobertura cotidiana ao movimento, na medida em que esta é a maior greve já realizada pelos SPFs.

Fato inédito, em relação a greves anteriores, é o número e ritmo de reuniões e audiências entre os comandos e o governo, tanto no MEC quanto no Ministério do Trabalho, desde os primeiros dias da paralisação.

As manifestações das bases do movimento demonstram a clara compreensão de que esta disposição do governo em dialogar não se traduz em vontade efetiva de negociar soluções, numa perspectiva que satisfaça as exigências que motivam nossa luta.

O governo, além de responsabilizar os servidores por anunciados cortes de despesas, tenta passar a idéia de que negocia e de que já atendeu nossa pauta de reivindicações ao conceder 85% de reajuste e prometer que em 10 dias apresentará proposta de política salarial e isonomia.

As idéias que o governo lançou sobre as questões em discussão, ainda não concretizadas em propostas, refletem claramente a determinação do governo em manter o arrocho salarial para continuar atendendo às exigências de seus principais credores.

A análise que o Comando Unificado realizou imediatamente após a última audiência no Ministério do Trabalho (25/05), está incompleta e foi feita ainda sem um estudo mais aprofundado. Em discussões posteriores, mais detalhadas, pode-se verificar sérios problemas sobre os quais o conjunto do movimento deve refletir.

Relativamente às reivindicações da política salarial e isonomia para os SPFs, os princípios apresentados pelo governo, traduzem-se no seguinte:

1. O parâmetro básico definidor da política salarial seria o comportamento da receita, que determinaria, em tese, as antecipações bimestrais e os reajustes quadrimestrais.
2. Um primeiro conceito de Receita Líquida expresso pelo governo, prevê o expurgo de vários componentes que, embora ainda não totalmente explicitados, inclui PIS/PASEP, contribuições para a seguridade social, 18% dos impostos federais para a educação, transferências constitucionais, entre outros.

3. O estabelecimento de um piso e um teto para a despesa de pessoal e, além disso, a utilização de um redutor que, aplicado ao índice previsto para o reajuste salarial, seria utilizado na correção gradual de distorções da isonomia (GAE, GEFA, RAV, Reclassificações, Tabelas etc) bem como na recuperação dos índices referentes às perdas dos planos econômicos.

4. Na definição da despesa de pessoal, vários problemas foram constatados, como, por exemplo, a inclusão de "salário indireto" (auxílio-fardamento, vale-alimentação, vale-transporte etc).

Os princípios da política salarial apresentados pelo governo, na audiência com o CNUG, realizada no dia 25/05, representam uma forma de redistribuição perversa de renda entre os SPFs. Na medida em que se propõe retirar uma parcela dos reajustes salariais decorrentes do processo inflacionário e utilizá-la para o processo de isonomia salarial, na verdade o que se propõe são reajustes abaixo da inflação, ou seja, arrocho salarial, e com o arrocho, fazer a isonomia; portanto, quem pagaria a isonomia seriam os próprios servidores.

Para haver algum reajuste seria necessário existir uma variação positiva na arrecadação. O reajuste de vencimentos estaria determinado pelo grau de comprometimento da receita com as despesas de pessoal. Para isto, se fixaria um percentual mínimo e um percentual máximo da receita para gastos com salários. Por exemplo: entre 48 e 56% (percentuais citados pelo ministro Barelli e aplicados na Prefeitura de São Paulo). Segundo ele, se a despesa com pessoal estivesse comprometendo os 56% não haveria reajuste salarial, por estar no máximo. Se a despesa estivesse no mínimo de 48%, poderia conceder-se algum reajuste, de tal modo a não atingir o teto de 56%.

Com isso o governo pretende fazer algo parecido ao que já ocorreu no ano passado, quando transformou parte de nossos vencimentos em gratificação por atividade executiva (GAE). Como em 1992 não houve aumentos reais, nosso vencimento foi desdobrado em duas parcelas: 56% de vencimento e 44% de gratificação (que corresponde à GAE de 80%). Em 1992 o governo também fez distribuição de renda, pois os militares, as carreiras do Orçamento de Finanças e Controle, Procuradores e outros, ganharam 160% de gratificação, enquanto que os Auditores Fiscais do Tesouro Nacional ganharam RAV de 360% e os fiscais da previdência chegaram a 390%. Mesmo com estes altos percentuais de gratificação, ainda há perdas salariais significativas por estas categorias.

Os princípios de política salarial colocados pelo Ministro Barelli têm o mesmo objetivo que a isonomia do ex-governo Collor, ou seja, arrocho salarial do conjunto dos servidores, para encaminhar a isonomia.

Por outro lado, segundo estudos preliminares efetuados pelo CNG/ANDES-SN, no primeiro quadrimestre de 1993, o comprometimento dos gastos com pessoal, em relação à receita líquida, estariam aproximadamente em 51%, ou seja,

haveria pouca margem de manobra para dar os reajustes salariais.

Outro aspecto que deve ser lembrado é que entre as despesas se incluem as despesas judiciais. Se for aprovado o critério do governo poderia existir a possibilidade de reconhecer os índices referentes aos planos econômicos (à exceção do Plano Collor), tendo inclusive já acordado com a URP (26,05%) e assim tentar barrar conquistas judiciais. Com isto, ao aumentar as despesas de pessoal, não haveria espaço para dar reajustes de vencimentos, que estariam congelados por algum tempo, até que a relação despesa de pessoal/receita voltasse aos parâmetros fixados pelo governo.

Deve-se colocar ainda que é praticamente impossível controlar e saber realmente quanto o governo gasta com o funcionalismo público. Os dados do Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional, não fecham com dados da Secretaria da Receita Federal, nem com os do Ministério do Planejamento.

Do exposto, o movimento grevista, com a força e coesão que apresenta, tem a responsabilidade de pressionar no sentido de que a luta seja travada no terreno que lhe é próprio. A continuidade da greve, no atual estágio, deve se dar com a ampliação das ações unificadas dos SPFs e também dos demais trabalhadores pressionando o Executivo em torno de nossas reivindicações e o Legislativo, em todos os níveis, para aprovar a política salarial proposta pelo Deputado Paulo Paim (PL 3610/93).

O movimento não se compromete com propostas que mantenham o arrocho salarial. Deve exigir do governo propostas concretas que conduzam a efetivas negociações.

A GREVE CONTINUA!

Nota Oficial do Comando Unificado de Greve sobre a reunião de negociação com o Ministro do Trabalho

NEGOCIAÇÃO AVANÇOU. MAS FALTA DEFINIR A POLÍTICA SALARIAL E A ISONOMIA. A GREVE CONTINUA.

A reunião com o Ministro do Trabalho, Walter Dorelli, contou com a presença de representantes de todas as entidades nacionais com base em greve. Ela foi aberta pelo Ministro que colocou a necessidade de um acordo entre governo e trabalhadores e de definirmos regras mais definitivas no relacionamento. Foi realçado o prazo de 10 dias para definir a política salarial.

O Comando Nacional reafirmou as reivindicações, em particular a Política Salarial, a isonomia, a liberação do FGTS e a anistia. O Ministro respondeu que:

1. FGTS - O governo propõe que as contas dos servidores sejam consideradas contas inativas e liberadas a partir de 12/12/93 (quando completam 3 anos de inatividade).

2. Anistia - O Presidente se propõe a sancionar um projeto, o CNGU deve trazer um projeto na próxima reunião para acetos finais.

3. Política Salarial e Isonomia - O governo propõe reajustes quadrimestrais com antecipações binensais. Nos meses intermediários, devem ser feitas correções na Isonomia (GAE, GEFA, RAV, reclassificações, tabelas etc). O parâmetro para essas mudanças (reajustes e correções de isonomia) é a receita

disponível para salário (Receita tributária menos PIS, Previdência, percentual para educação, Seguro desemprego etc). O governo propõe-se a construir um grupo técnico para discutir estes parâmetros e avançar uma proposta melhor elaborada com a volta do Ministro da Economia para o Brasil nesta quarta (26/05). O CNGU questionou se estaria em discussão a proposta dos servidores (reajuste mensal) e qual a posição do governo frente ao projeto Paulo Paim de política salarial. A resposta foi que o governo propunha discutir política salarial em geral 90 dias após a aprovação do plano econômico do governo, mas que se dispunha, neste momento, a discutir uma política salarial para os servidores, dentro dos parâmetros aqui anunciados.

Foi acertada nova reunião entre as partes até quinta-feira (27/05), em horário a ser definido. A reunião pode ser antecipada para quarta-feira, se o Ministro da Economia chegar durante o dia e houver reunião entre Ministério da Economia/Trabalho ainda durante a quarta-feira. Deve ser respeitado o prazo de 10 dias (a contar de 24/05) para a definição de política salarial e isonomia, sem prejuízo da discussão do restante da pauta.

AVALIAÇÃO DO COMANDO UNIFICADO

O CNGU avalia que houve avanços na negociação, com a sinalização de uma contraproposta do governo às nossas reivindicações, em todos os 4 pontos deixados a cargo do Ministério do Trabalho. Por outro lado, não existe ainda uma proposta concreta do governo sobre o problema da política salarial e da isonomia, que possa ser avaliada em números. Assim, o Comando orienta a continuidade e fortalecimento da greve, como instrumento de pressão para arrancarmos uma proposta concreta, assim como melhorarmos o que já foi conseguido (liberação do FGTS a partir de 12 de dezembro deste ano).

Todos os companheiros devem ter este quadro claro. Os avanços que aconteceram foram resultado da pressão da greve e é a manutenção da mesma que garantirá uma proposta concreta e clara de isonomia e política salarial.

O CNUG reunir-se-á no dia 26 de maio, às 14 horas, para discutir a resposta do governo, elaborar a nossa proposta de anistia (compreendendo abono dos pontos, reintegração dos dirigentes e lideranças sindicais demitidos etc), examinar a perspectiva de política salarial colocada pelo governo a partir de um trabalho elaborado pela assessoria do CNUG. O Comando deverá avaliar, a partir da reunião de negociação com o governo da quinta-feira (27/05), a possibilidade de convocação de uma Plenária Nacional dos Servidores Federais.

**Comando Nacional Unificado de Greve
25/05/93.**

ENCAMINHAMENTOS

1. O CNGU recomenda aos CLGs:

- a ampliação do movimento, principalmente mediante a efetivação de atividades externas à Universidade.

- contatos com os parlamentares municipais, estaduais e federais dos Estados, buscando apoio à nossa pauta de reivindicações e ao PL 3610/93; - intensificar o trabalho junto à mídia.

2. Quanto à caravana programada para os dias 02 e 03/06, aguardar nova orientação do CNGU, em função da tramitação do PL 3610/93 no Congresso.

*Encarte Informativo nº 04 de 28.05.93
Comando de Greve Docentes UFPB/JP*



Fax nº 011//CNG/ANDES/93
BSB, 27 DE MAIO DE 1993

43 ADs em greve em 27.05: ADUA, ADUFC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-JP, ADUFPB-C, ADUFPB-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEDUFMS, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPEL, ADUNIR, APROFURG, ADECEFET-MG, ADUFRJ, ASPUV, ADUFC, ADURN, ADUFAL, APUBH, APROFEI, ASPESAL, ADUFU, ADECEFET-JF, ADUFG, APUFPR ADUFOP.

Informes das ADs

SESDUSM-RS - AG dia 27.05 (200 presentes) continua greve. ADUR-JR - AG 01.06. ADUFRJ - Fechamento da Rio-Niterói, com ampla cobertura da mídia; Varreata no Largo São Francisco. ADUA - AG 27.05 (138 presentes). Greve continua. Próxima AG 02.06. ADUFMS - Passeata com SPFs. Próxima AG 28.05. ADUFF - Fechamento da Ponte Rio-Niterói. ADUFES - Ato público com SPFs. APROFURG - Passeata com os SPFs dia 28.05. ASPUV - AG 26.05 (140 presentes) continuidade da greve. Próxima AG 31.05. ADUFPB-JP - AG 28.05 Expectativa em relação à ação rescisória da Reitoria, referente aos 84,32%. ADUFS - Ato público com grande repercussão na opinião pública. ADUFMAT - AG 25.05 (158 presentes) continuidade da greve. Próxima AG. 28.05. ADUFPB-CG - Próxima AG 28.05. ADUFERPE - AG 26.05 (100 presentes). Continua na greve. Ato público com SPFs em 27.05. ADUFC - O CLG deliberou pela não realização do vestibular, decisão na AG de 01.06. ADURN - AG 27.05 (191 presentes). Continua a greve.

Reunião com o Ministro Barelli em 27.05

O CNUG entrevistou vigorosamente em relação às declarações do Ministro Barelli sobre a greve nos jornais de hoje.

O CNUG reafirmou que esperava a proposta do governo para analisá-la, o que causou surpresa, pois Barelli estava entendendo que o Comando deveria levar uma proposta.

Amanhã (28.05, 15:30h) será realizada reunião da Assessoria de Barelli com Comissão do Comando.

Ficou estabelecido que na próxima 2ª feira (31.05) será realizada nova audiência.

Reunião no MEC

Presentes pela ANDES-SN: Márcio e Paulo Rizzo

Tendo em vista os questionamentos apresentados pela ANDES-SN/FASUBRA/SINASEF na audiência de 26.05, o Ministro da Educação apresentou as seguintes informações:

- 1. VERBAS PARA EDUCAÇÃO** - o MEC deixará de sofrer "cortes" orçamentários de vez que seus recursos estão diretamente vinculados à arrecadação líquida dos tributos, em acordo com a Constituição Federal (Art. 212);
- 2. ISONOMIA SALARIAL** - o Poder Executivo pretende a implantação da isonomia salarial, de um modo geral.
- 3. PASSIVOS** (sentenças não transitadas em julgado) - o decreto nº 526/92, que dispõe sobre os procedimentos orçamentários para o pagamento de vantagens pecuniárias concedidas por decisões judiciais não transitadas em julgado, estabelece que deverá ser solicitado crédito orçamentário específico para atendimento do pleito.
- 4. PRECATÓRIOS** - de acordo com o parágrafo 1º do Art. 100 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, "É obrigatório a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados os seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte". O MEC fará o pagamento em três parcelas, a partir da folha de pagamento do mês de maio/93.
Como as dotações são insuficientes, através do Aviso nº 602, de 25.03.93, foi solicitada suplementação à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.
- 5. APLICAÇÃO DO 1%** na própria Instituição com o objetivo de treinamento do pessoal: aguarda-se regulamentação da lei e respectiva suplementação para atendimento ao pleito.
- 6. DEVOLUÇÃO DOS 6% DO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL:** o pagamento ocorrerá no mês de junho/93, após levantamento das necessidades das Instituições, a ser efetuado pela COF/SAG/MEC.
- 7. AUXÍLIO-CRèche** - A correção da sua tabela pela Secretaria de Administração Federal - SAF - ultrapassou as disponibilidades das dotações programadas para esta atividade.

Após a publicação dos quadros de detalhamento da Despesa (QDD), a COF/SAG/MEC, atendendo determinação superior, elaborará estudos visando viabilizar a captação de meios para atendimento do pleito.

8. SALÁRIO-EDUCAÇÃO - os recursos poderão aumentar 1 trilhão de cruzeiros, devido a mudanças de recolhimento do S.F.

9. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - está sendo providenciado PL para abertura de concursos em Sergipe, Santa Maria e Brasília.

Reunião com Comando de Greve do CNPq

Presentes: CNG (Francisco, Alves e Cattani), CNPq (Vera, Carmen e Luciana).

A greve no CNPq é total. Outros pontos relatados, além da sua pauta específica foram:

- discussão sobre o plano de carreira de pesquisador;
- prazos para entrega de relatórios, projetos novos e de prestação de contas: posição indefinida;

Próximos encaminhamentos: a) nota conjunta em defesa do sistema de C&T contra o sucateamento do ensino público e reforço das reivindicações do CNUG; b) colaboração no processo de pressão sobre entidades científicas buscando apoio a greve e c) inclusão da CAPES na reunião (iniciativa do CNUG - docentes).

Avaliação da Comissão: excelente receptividade do CNG-CNPq. Possibilidade de reforçar a greve e de colaboração regular.

Reunião com Deputado Paulo Paim na Comissão de Trabalho da Câmara

O Deputado Paulo Paim detalhou os motivos pelos quais não são foi acordado o regime de urgência-urgentíssima para o seu substitutivo no colégio de líderes. Explicou que na reunião de lideranças apenas cinco partidos concordariam com a aprovação do Projeto de Lei: PT, PDT, PC do B, PSB e PSTU. Os demais partidos, destacando-se PMDB, PSDB, PPS, e, menos radicalmente, PDS e PFL, colocaram-se absolutamente contrários à aprovação, no momento, de qualquer projeto de lei sobre política salarial. Desta forma avaliou-se que se aprovado o regime de urgência urgentíssima, imediatamente seria pedido o julgamento de mérito, que fatalmente não seria aprovado. A votação da urgência-urgentíssima ficou adiada para 01/06, para quando já estaria acordada sua aprovação. O próximo passo seria marcar uma data para a aprovação do projeto na Plenária da Câmara, e que no entendimento do Deputado Paim deveria ocorrer até 22/06.

Fax nº 012//CNG/ANDES/93
BSB, 29 DE MAIO DE 1993

43 ADs em greve em 29.05:

ADUA, ADUFC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPB-JP, ADUFPB-C, ADUFPB-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEUJFSM, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPEL, ADUNIR, APROFURG, ADECEFET-MG, ADUFRJ, ASPUV, ADUFC, ADURN, ADUFAL, APUBH, APROFEJ, ASPESAI, ADUFU, ADECEFET-JF, ADUFG, APUFPR, ADUFOP.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CNUG/SPF EM 29 DE MAIO DE 1993

Entidades Presentes: CUT; ANDES-SN; ASSIBGE; CONDSEF; FASUBRA; FENAJUFE; FENASPS; SINASEFE e SNTPVVO.

Reunião com o Ministério do Trabalho em 28/05/93.

1. Política Salarial - Apesar de ficar claro que estamos trabalhando em favor da aprovação do projeto Paim (reajustes mensais segundo a inflação), o governo não abre mão da sua posição, ou seja, política salarial só com antecipações bimestrais e reajustes trimestrais e vinculadas ao comportamento da receita. Embora sinalizando que, o que não for zerado no quadrimestre, será na data base, o governo não apresentou nenhuma proposta concreta sobre a questão, em termos de que receita é essa e que índices de reajustes são esses. Registramos que o avanço na mesa deu-se por conta da força das greve que fez com que o governo esteja efetivamente construindo uma proposta de política salarial para apresentação ao comando até segunda-feira (31.05).

2. Isonomia - Continuamos lutando para que a mesma seja concedida de uma só vez, entretanto, o governo insiste em parcelar até os 160% de forma a igualar GAE no Executivo até janeiro/94. Aplicando-se estas parcelas bimestralmente alternadas com os reajustes da política salarial. Ficando a isonomia entre os três poderes como um processo posterior aos 160%.

3. Anistia - A proposta entregue pelo comando ao governo está sendo analisada pela área jurídica do Ministério do Trabalho que comprometeu-se a responder também nessa segunda-feira (31.05).

4. FGTS - No presente momento, o máximo de comprometimento do governo é de até segunda-feira (31.05), propor lei que altere o conceito de contas inativas, de forma que os servidores também possam sacar o FGTS em dezembro/93, da mesma forma que as contas inativas são pagas hoje.

AVALIAÇÃO

Iniciada em 13 de maio de 1993, a greve dos servidores públicos federais mantém-se forte, conquistando inclusive novas adesões.

Nossa força, nossa mobilização, é fruto acima de tudo da unidade alcançada no conjunto de todos os servidores.

A justeza de nosso movimento por uma política salarial que contemple reajustes mensais, a perspectiva de ganhos reais, bem como, a isonomia e os demais itens de nossa pauta unificada, nos incentiva para a continuidade da luta na busca ao atendimento de nossas reivindicações.

O reajuste de 85% retroativo a 10. de maio, apesar de não ser o índice desejado pela categoria, só foi alcançado devido a pressão exercida pela greve sobre o governo.

A nomeação do novo Ministro da Fazenda que dá continuidade a política neoliberal do governo Itamar e a rearticulação do governo no Congresso Nacional, aponta para a tentativa de conter o nosso avanço, particularmente o reajuste mensal dos salários como no caso do PL 3610/93 de autoria do Deputado Paulo Paim (PT/RS), onde partidos que apoiam o governo já manifestaram sua discordância. Ao mesmo tempo que aposta em nossa desarticulação, o governo tenta passar através da imprensa em geral, a idéia enganosa que a greve dos SPFs é contra a população e acaba com uma tímida possibilidade de negociação, porém sem a apresentação de uma proposta concreta que possa ser submetida à avaliação do conjunto dos servidores.

A participação do CNUG na mesa de negociações tem tido a postura de exigir do governo uma proposta concreta, muito embora o governo sinalize com outra modalidade de política salarial, contemplando antecipações bimestrais e reposição quadrimestrais, vinculadas a evolução da receita.

Este Comando Nacional Unificado entende que deve manter-se a perspectiva da conquista do reajuste mensal, porém, entende também que o conjunto da categoria dos SPFs deve posicionar-se sobre a perspectiva dessa alternativa de política salarial sinalizada pelo governo, embora sequer tenha sido apresentada oficialmente.

Tal posicionamento dará a este comando um importante indicador para a mesa de negociações, ainda que qualquer proposta nesse sentido deva partir do Governo Federal e ser submetida posteriormente à avaliação das categorias em greve e da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais.

- b) Cada entidade tem direito a 01(um) delegado para cada 1.000 (hum mil) servidores na base. Fração superior a 500 elegerá mais um delegado.
- c) O quorum presente à assembleia para eleição é de 10(dez) vezes o número de delegados a que a entidade tem direito. Caso o quorum não seja atingido, a assembleia poderá eleger 01(um) delegado para cada 10(dez) presentes à assembleia.
- d) Somente será permitido o credenciamento do delegado de uma mesma base sindical por entidades diferentes ali organizadas, caso sejam realizadas assembleias unitárias, onde haja mais de uma lista de concorrentes, seja observado o critério da proporcionalidade.

DO CREDENCIAMENTO

- a) Será exigido cópia da ata contendo:
 - nº de servidores na base;
 - nº de presentes na assembleia;
 - nome dos delegados de base e de diretoria;
 - lista de presença dos servidores na assembleia.
- b) Entidades Nacionais:
 - Ofício em papel timbrado da entidade com os nomes dos delegados

OBS.: Para facilitar os trabalhos de organização da plenária solicitamos o envio dos documentos necessários ao credenciamento até o dia 02/06/93, via fax, para os números (061) 274-3303 ou (061) 225-6791.

DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Será cobrada uma taxa de inscrição a ser estipulada pela comissão organizadora da plenária e que deverá ser comunicada às entidades em tempo hábil.

CNUG/SPFs

RELATO E AVALIAÇÃO DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS DA GREVE DOS SPFs

PLENÁRIA NACIONAL DO CNUG/SPFs

Entendendo ser necessária, nesse momento, uma avaliação mais ampla do nosso movimento grevista, o comando de greve convoca a Plenária Nacional do CNUG/SPF para o dia 03/06/93 (quinta-feira), em Brasília, a partir das 14:00h, em local a ser confirmado posteriormente. Observando-se que os critérios de participação são idênticos aos das plenárias anteriores, só terão direito a voto os delegados das entidades que estão em dia com suas mensalidades junto à CNESF e cujas bases estejam em greve. Ressaltando-se que os representantes que não estejam com bases em greve serão credenciados como observadores.

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Delegados de Diretoria:

- a) Diretores da CUT Nacional que são Servidores Federais
- b) 03(três) delegados por Entidade Nacional
- c) 01(um) delegado por Entidade Local ou Estadual

Delegados de Base:

- a) Os delegados serão eleitos em assembleias gerais, inclusive nos locais de trabalho.

Parágrafo Único - No caso de realizações de assembleias gerais nos locais de trabalho orienta-se que o sindicato estadual seja comunicado com antecedência sobre sua realização, para fins de controle e credenciamento de delegados.

1. Ao longo desta semana ocorreram cinco audiências:
 - uma com o Presidente Itamar e Ministros (segunda-feira);
 - duas com o Ministro do Trabalho (terça-feira e quinta-feira);
 - duas com o Ministro da Educação (quarta-feira e quinta-feira).

Esta quantidade de reuniões com o governo e ritmo com que têm ocorrido são inéditos nos movimentos grevistas dos SPFs.

No entanto, como já foi avaliado pelo CNG (Fax CNG010/ANDES-SN) registra-se que a disposição do governo em dialogar não se traduz em vontade efetiva de negociar nossa pauta de reivindicações.

2. No Congresso Nacional um intenso trabalho, envolvendo os comandos de greve e caravanas, foi desenvolvido no sentido de se obter o regime de urgência do PL 3610/93 do Deputado Paulo Paim. Este objetivo foi frustrado na reunião do colégio de líderes na quarta-feira (26/05).

A aprovação do regime de urgência não implicaria garantia de aprovação do projeto. A disposição da maioria dos partidos e do governo era e é de rejeitar a política salarial nos termos do projeto. Neste clima, o

próprio Deputado Paim remete a apreciação do PL pelo Congresso para uma data a ser confirmada na segunda quinzena do mês vindouro. Na próxima terça-feira (01/06), o colégio de líderes discutirá novamente o pedido de urgência.

3. Na audiência do CNUG com o Ministro do Trabalho (27/05) gerou-se um impasse. O governo não apresentou proposta concreta e cobrou contra-proposta do CNUG. Este cobrava do governo que formulasse concretamente sua proposta de política salarial para que pudesse ser avaliada e só a partir daí poderia apresentar qualquer contra-proposta.

Alguns membros do CNUG, considerando haver aí um impasse apresentaram como sugestão a constituição de uma comissão mista (membros do comando e assessores do governo) que se reuniria no dia 28/05 para trabalhar aspectos técnicos e uma nova audiência com o Ministro do Trabalho no dia 31.05 para negociar a política salarial.

Esta foi por iniciativa do CNG/ANDES-SN, objeto de discussão posterior no CNUG. O debate no CNUG demonstrou a existência de divergências quanto ao encaminhamento a ser dado frente a intransigência do governo.

Só haveria sentido de se ter comissão mista após haver concordância das partes sobre os pontos centrais da política salarial. Esta comissão teria, neste caso, o papel de ajustar aspectos técnicos da política acordada. Tal atitude precipitada expressa uma modificação na orientação do próprio CNUG que havia sido definida unitariamente na linha de, apoiando-se na força da greve, pressionar o governo a concretizar sua proposta.

4. A possibilidade de surgirem divergências em um movimento do porte da atual greve dos SPFs, sempre esteve colocada. As visões distintas que começaram a se expressar a partir da audiência de 27/05 eram, portanto, previsíveis.
 5. A evolução do debate no CNUG no dia 27/05 exigiu discussões no interior de cada comando e retorno a uma nova reunião no dia 28/05. Nesta, o CNG/ANDES-SN expressou a posição de manter as orientações originais. As demais entidades (AASIBGE, FASUBRA, FENASPS, SNTPV, ANDEF, SINASEFE, CONDSEF) concordaram com a seguinte orientação: não sendo possível neste momento conquistar a política salarial com reajustes mensais, devemos passar a discutir com o governo propostas que favoreçam os servidores dentro do que já estava determinado por aquele (reajustes quadrimestrais com antecipações bimestrais). Soma-se a esta nova orientação a proposta de convocação de uma plenária nacional na próxima semana. Quanto a esta, a unanimidade vista anteriormente não se deu e outras entidades concordaram com a ANDES-SN em não convocá-la imediatamente.
- O CNG/ANDES-SN foi contra esta proposta por considerar que ela tem origem em uma visão de que a greve estaria chegando a seu fim. Ela, no entanto, foi

aprovada e a plenária será realizada no dia 03/06, após as caravanas do dia 02/06.

Nosso desafio agora é fazer com que a plenária seja um momento importante de avaliação do movimento e dos resultados das negociações, devendo ser assumida pelos CLGs (Comandos Locais de Greve) que envidarão esforços no sentido de enviar o maior número possível de delegados, participando também das caravanas.

6. A acatização de se trabalhar no quadro imposto pelo governo, constitui-se num precipitação de um aceite não sinalizado pelas assembleias que, ao invés de fortalecer o comando na mesa diante do governo, o enfraquece. A orientação majoritária implica, na prática, em mudança de pauta.

Os representantes do CNG/ANDES-SN propuseram, então, que a nova orientação do CNUG fosse encaminhada preliminarmente às AGs em todo o país para só depois de ouvi-las o CNUG levar qualquer contra-proposta ao governo. Continuar-se-ia, enquanto isso, com a mesma orientação de pressionar o governo para que este concretize sua proposta.

Sob a alegação de falta de tempo o CNUG, à exceção da ANDES-SN, decidiu que isso não poderia ser feito, mas que a proposta final do governo, quando este anunciá-la, será enviada às assembleias.

Na constituição da comissão que representaria o CNUG na reunião de 28/05, com os assessores do Ministro do Trabalho, na qual já se levaria propostas de melhorias salariais baseadas na aceitação da bimestralidade, os representantes do CNG da ANDES-SN decidiram que dela não poderiam participar, considerando as orientações do CNG e que as AGs não haviam sido consultadas sobre mudanças de pauta.

7. O CNG avalia que mesmo que se tenha reduzido as possibilidades de se conquistar no horizonte próximo a política salarial, com reajustes mensais para o conjunto de trabalhadores do setor privado (Projeto Paim), o que seria grande fator de pressão para se obter o mesmo para os SPFs, não se justifica uma mudança da relação do CNUG com o governo. O risco que se passa é o da proposta governamental ter como signatário não mais os ministros e sim os representantes dos servidores.

O quadro conjuntural atual, expresso na intransigência do governo em não conceder reajustes mensais e no adiamento da tramitação do PL 3610/93 no Congresso, com o conseqüente reflexo na reorientação do CNUG nos dias 27 e 28 de maio, reduziram as possibilidades de conquista da política de reajustes mensais a curto prazo.

Nós, servidores públicos federais, podemos obter uma vitória significativa nesta greve com a conquista da política salarial e ganhos relativos a isonomia. Para isso, é preciso reverter as formulações do governo que conduzem à institucionalização do arrocho salarial (ver avaliação do Fax CNG/ANDES-SN -010).

A comissão do CNG foi à reunião com os assessores do governo, no dia 28.05. Nesta, a comissão não

apresentou qualquer contra-proposta sobre política salarial.

Em reunião realizada no dia 29.05, o CNUG reviu a orientação que havia sido firmada em sua reunião anterior, isso se expressa na avaliação presente em seu relatório. Esta revisão, que significa uma retomada dos rumos originais, deveu-se, sobretudo à intervenção dos representantes do CNG/ANDES-SN no debate que ali se travou.

8. Imprimir uma postura firme ao CNUG continua sendo uma tarefa urgente, necessária e possível. Isto se dá em primeiro lugar com a manutenção firme da greve.

O governo está determinado a por um fim rápido à greve. Avreditou ser isto possível comunicando um reajuste de 85% e accnando com uma proposta de política salarial a ser anunciada em dez dias. Sem conhecer esta proposta e diante da possibilidade de que ficará aquém das reivindicações deve-se manter a pressão sobre o governo usando a força da greve.

Em segundo lugar, a força da greve, a disposição de luta tem que se fazer sentir no interior do CNUG e, por isso, duas tarefas são imprescindíveis:

a) nos Estados deve-se ampliar as articulações com todos os segmentos em greve fortalecendo os comandos unitários e as mobilizações conjuntas;

b) buscar ter o maior número possível de companheiros nas caravanas de 02.06 e na plenária de 03.06.

Os CLGs devem realizar AGs nestas segunda-feira e terça-feira para avaliar a conjuntura, o movimento e os passos para fortalecer a greve. Nas suas pautas devem estar incluídas as seguintes proposições para serem avaliadas:

- continuar exigindo do governo a apresentação de proposta concreta sobre política salarial e isonomia;
- reafirmar a justiça da linha do CNG/ANDES-SN adotada ao longo da semana de só discutir contra-proposta após a apresentação de proposta concreta do governo;
- negociação de ampliação de ganhos dentro da proposta a ser apresentada pelo governo caso não se conquiste política salarial com reajuste mensal.

DECLARAÇÃO DE VOTO

A delegada Elvira (ADUFAC) absteve-se na votação do último parágrafo por entender que a discussão sobre proposta alternativa levada às bases, antes da apresentação de proposta concreta por parte do governo, contraria a proposição anterior já aprovada, qual seja - "Afirmar a justiça da linha do CNG ... governo".

- eleger delegados para plenária dos SIFs de 03.06.93 (podem ser eleitos como delegados os companheiros que já se encontram no CNG).

- CNG/ANDES-Brasília, 30.05.93; 4:10 horas.

Assembléia Geral

01.06.93 - 09:00h

Aud. Reitoria

Opinião

Salário e Política Salarial

Ademir Alves de Melo*

A geração que hoje egressa da Universidade e bate às portas do magistério ainda engatinhava quando o então ministro Delfim Neto saiu-se com a máxima de que é necessário primeiro o bolo crescer para depois fatiá-lo e distribuí-lo. À época a economia mostrava os contornos de um milagre que embriagava e refestelava à demência, não apenas os segmentos diretamente beneficiados com a dinâmica expansionista mas também a grande maioria dos economistas, políticos e cientistas sociais.

De fato o bolo cresceu, a renda *per capita* logicamente também cresceu mas o perfil da distribuição de renda e da riqueza tornou-se mais concentrado e perverso, configurando-se o celeiro para o desenvolvimento de um quadro de distorções cada vez mais ampliadas, com efeitos de difusão e multiplicação sobre toda a tecitura do corpo social.

Convém acudir à idéia de que as condições internas e externas foram excepcionalmente favoráveis e convenientemente aperfeiçoadas para viabilizar o projeto de longa vida que caducou ao ensaiar os primeiros passos, consoante com a tendência histórica dos ciclos de curto prazo do capitalismo. O trânsito por estas considerações torna-se um requisito necessário para a formulação de possíveis cenários para a saída da crise. Desde logo, parte-se do entendimento de que esta crise é diferente de todas as anteriores, porquanto estruturalmente relacionada com o endividamento interno e externo. Por isso, a definição de prioridades em políticas governamentais, mais que nunca, subordina-se na sua construção ao pêndulo do cumprimento de compromissos assumidos com o capital financeiro. Que me desculpem o lugar comum, mas nunca é demais repetir que o capitalismo em escala universal vive hoje sob a égide do capital parasitário, do capital *gay* (visto que não se reproduz). É perfeitamente compreensível e lógico que as políticas governamentais em países como o Brasil tendam a expressar esta relação. Enganam-se pois ou querem enganar aos outros os que alimentam o discurso que persegue a redenção do *milagre brasileiro*, ou seja, a retomada da dinâmica acclerada no processo de acumulação do capital, puxada por elevadas taxas de lucro.

O pensamento crítico afirma que, no seu afã cego e insaciável de seguir acumulando, o aumento incontido nas taxas de lucro, torna-se a fonte original de todas as crises, onde a reciclagem da fase de crescimento exige a destruição de parcelas significativas da riqueza social, levando ao desemprego e à miséria enormes contingentes da população. As correntes oficiais pensam diferente no que se refere ao fator determinante, coincidindo no entanto em relação aos meios necessários à consecução dos fins perseguidos. Afirmam que a queda na taxa de lucro é resultado da crise. Desta inferência sacam uma nova e proveitosa conclusão: os

trabalhadores devem arcar com mais sacrifícios para que se recriem as condições favoráveis à retomada do crescimento econômico.

A luta dos servidores públicos federais insere-se neste quadro de conflito redistributivista, agudizado pela crise das finanças públicas do Estado. Na Paraíba, esta luta ganhou foro privilegiado no âmbito jurídico e as discussões docentes têm revelado meandros políticos camuflados em argumentos éticos e jurídicos. Já à época do período autoritário Chico Buarque dizia: "Você que inventou este Estado, agora tenha a fineza de desinventar".

No que diz respeito à situação dos docentes universitários no país, estudos divulgados pela ANDES, Sindicato Nacional, mostram que para que se recupere os níveis salariais alcançados em 01.01.90, seria necessário multiplicar o salário de abril do ano em curso por mais de cinco vezes e meia. Sem dúvida, os docentes não reivindicam isso. Apenas exigem a recuperação das perdas no primeiro quadrimestre de 93, a definição de uma política salarial e a isonomia entre os três poderes. Quem conhece o movimento sindical europeu pasma ante tamanho espírito de compreensão e capacidade de renúncia dos servidores públicos federais brasileiros. Pois o capital não renuncia a um só percentual corroido pela inflação, corrigindo os preços semanalmente, e até mesmo prevenindo-se dos efeitos da voracidade dessa hidra.

A argumentação do governo de que o orçamento público federal não tem recursos para arcar com despesas adicionais de modo a atender às tímidas exigências dos servidores também já foi desmentida pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, em seu Demonstrativo da Execução Financeira, como desprende-se de documento do Comando Nacional de Greve (ANDES) sobre o comprometimento de despesas de pessoal e encargos sociais em relação à receita corrente. Assim, em abril do ano em curso as despesas com pessoal representaram cerca de 39% da receita corrente, quando dispositivo legal estabelece o limite superior deste coeficiente em 65%. A proposta governamental sugere vincular salário a arrecadação fiscal. Ora, é sabido que muito pouco tem sido feito no sentido de potencializar a capacidade de arrecadação e de se coibir com mecanismos eficazes e participativos a degenerescência e dilapidação do patrimônio público. Por tudo isso, conclui-se que não apenas há recursos, como estes poderiam ser multiplicados para atender às necessidades da demanda social. O que falta é a vontade política de reorientar prioridades.

A questão dos 84,32%

Por solicitação da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind estamos publicando, no Informativo de Greve dos Docentes da UFPB - Campus I, Parecer da Assessoria Jurídica, bem como pronunciamento da entidade na reunião do CONSUNI, realizada no dia 31.05.93, que trata da questão dos 84,32%.

PARECER

"Ação rescisória. Desistência. Julgamento iniciado com voto do relator em favor do autor. Agente da Administração. Responsabilidade".

Acerca do pedido de parecer formulada pela ADUFPB-JP/SSind sobre as implicações a que estarão sujeitas as autoridades administrativas da UFPB, caso desistam da ação rescisória nº 62/92, proposta para desconstituir acórdão do TRT da 13ª Região, que concedeu reajuste de 84,32% nos salários dos professores do Campus I, temos a esclarecer o seguinte:

1. A Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, dentre outros (CF/88, art. 37).

2. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder (art. 70, caput, da CF/88).

3. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária (CF/88, art. 70, Parágrafo Único).

4. Segundo dispõe o art. 2º, do Decreto nº 322, de 1º de novembro de 1991, "qualquer pleito que disponha sobre pessoal civil da administração direta, Autarquia e Fundacional em aumento da despesa pública, deverá ser examinada, previamente, pela SAF, que dirá da legalidade, da conveniência e oportunidade e do cronograma de implementação da medida proposta".

Por outro lado, o art. 3º, do mesmo diploma legal, preconiza a "responsabilidade das Procuradorias e Departamentos Jurídicos da Autarquias, caso não recorram até a última instância, de toda decisão judicial concessiva de diferenças, aumentos ou reajustes de vencimentos ou remuneração, de reclassificação ou equiparação e de extensão de quaisquer vantagens a servidores públicos, dentro de suas respectivas competências jurisdicionais".

de que trata este artigo, intentar ação rescisória sempre que cabível".

E, o § 3º, também do art. 3º, do mesmo Decreto disciplina: *"Os processos cujas decisões sejam desfavoráveis a órgãos ou entidades da Administração Federal serão objeto de minuciosa análise e, detectada omissão ou desídia de seus patrocinadores, ensejarão a apuração da responsabilidade e a aplicação das penalidades cabíveis".*

5. Cumpre acrescentar, a autonomia da Universidade contida no art. 207, da Constituição Federal de 1988, não pode, de modo algum, contrariar os princípios regentes da Administração Pública (Art. 37, da CF/88).

Além do que, dita autonomia não torna o Administrador de Universidade ileso às penalidades constantes da legislação pertinente.

6. Do exposto, levando em conta os dispositivos acima invocados, bem assim os princípios que balisam a entidade de classe vinculada (ADUFPB-JP/SSind), entendemos ser inadmissível exigir-se da Administração da Universidade Federal da Paraíba, a dissidência da citada Ação Rescisória. Tal posição se tomada pela Administração Universitária deve ser de livre e espontânea vontade, eis que só a essa Administração caberá arcar com as consequências e responsabilidades de ordem penal e civil, do ato praticado.

Por fim, qualquer decisão do CONSUNI que determine a retirada da ação rescisória pode ser descumprida pelos Procuradores da UFPB, desde que não estão obrigados a cumprir ordem manifestamente ilegal, ou ainda, lesivas ao patrimônio da Universidade.

É nosso Parecer.

SMJ

João Pessoa, 28 de maio de 1983

Arnaldo Ferreira Alves

OAB/PB 6056

Este parecer não apresenta argumentos novos em relação à discussão efetivada no Comando Local de Greve e pela Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind; conhecendo deste parecer, a Diretoria formulou o seguinte pronunciamento perante o CONSUNI, encaminhando as deliberações da Assembléia Geral ADUFPB-JP/SSind.

AO CONSUNI

Senhor Presidente, Prof. Neroaldo Pontes
Senhores Conselheiros, Senhores Professores

A ADUFPB-JP/SSind vem a este órgão superior pontuar alguns elementos de reflexão para a deliberação da "questão dos 84,32%".

Queremos iniciar lembrando que fruto de um grande acordo de elites, o Sr. Collor de Melo exercia com competência o papel a ele destinado. Invadiu nossos lares com seu discurso populista, prometendo a terra e o céu aos descamisados e atacando com violência as elites e a classe política brasileira. Em 15.03.90 tomou posse como Presidente, eleito que foi por mais de 35 milhões

de brasileiros, encerrando um ciclo de 26 anos de governos militares e civil não eleitos pelo povo brasileiro.

Eleito e empossado, o Sr. Fernando Collor tirou a máscara. Como primeiro ato do seu governo, em nome da modernidade e do desenvolvimento, de uma só vez, confiscou a poupança dos trabalhadores (as elites ficaram de fora, inclusive o Sr. Presidente e seus aliados, conforme provou a CPI do PC) e retirou de todos os trabalhadores do setor privado e do setor público o IPC (Índice de Preço ao Consumidor, verificados nos últimos três meses anteriores, deduzidas as antecipações a que se refere o Art. 2º, da Lei 7.830 de 28.09.89 que determinava a Política Salarial do Governo Sarney), iniciando assim o maior arrocho salarial imposto à classe trabalhadora brasileira. A partir daí, nunca mais tivemos uma política salarial que garantisse a reposição de perdas salariais advindas do processo inflacionário corrente, isso, para não falar em ganhos reais.

Essas medidas, em particular chocaram os trabalhadores que lesados e traídos buscaram formas alternativas para reaver o que lhes foi tirado brutalmente por um ato unilateral de um governante. Ações políticas por parte das Centrais Sindicais e da classe política foram feitas. Mas somente as elites empresariais conseguiram reaver suas poupanças por vias política e futuramente jurídica. Aos trabalhadores, diante da insensibilidade do governo restou a via judicial.

Milhares de ações trabalhistas, dos setores público e privado, abarrotaram os tribunais de justiça em busca dos direitos cassados através das Medidas Provisórias contidas no Plano Collor I. Paralelamente, o governo e seus assessores estudavam formas para evitar a vitória na justiça das ações ajuizadas pelos trabalhadores e, em particular, pelos servidores públicos. Peças jurídicas foram produzidas com esse objetivo e entre elas o Decreto 322/91 (01.11.91). O tom policialesco deste decreto tem objetivo claro: aquilo que foi tirado no Plano Collor I e que a justiça aos poucos concedia devia ser barrado a qualquer custo e de qualquer forma e até a última instância.

A ADUFPB-JP/SSind em Assembléia Geral decidiu, paralelamente à via política, buscar a via jurídica como opção para recuperar as perdas salariais advindas dos diversos Planos de estabilização econômica impostos pelos governos: Planos Bresser I, Bresser II, URP de 16,19% e Plano Collor I (84,32%).

A ação interposta pela ADUFPB-JP/SSind, relativa ao Plano Collor I, foi julgada procedente em 2ª Instância e incorporada aos vencimentos dos professores. A Administração da UFPB não recorreu em tempo hábil do julgamento, e por decurso de prazo a ação foi considerada transitada em julgado pelo TRT, isto é, em ação definitiva.

Para reparar o erro de sua Assessoria Jurídica, o Sr. Reitor Neroaldo Pontes interpôs diversas ações objetivando a não incorporação do percentual de 84,32% aos salários dos professores constante na ação - medida

cautelar, mandado de segurança e, inclusive uma AÇÃO RESCISÓRIA, motivo da convocação deste Conselho.

Não se quer discutir a obrigação que teria a Reitoria de interpor tal ação, mas sim os argumentos utilizados para fundamentar a Ação Rescisória.

a) Do IMPEDIMENTO DO EXMO. SR. JUIZ GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO - consta nos autos do processo que o Exmo. Sr. Dr. Geraldo Teixeira de Carvalho, declarou-se IMPEDIDO de exercer suas funções judicantes no processo, vez que era parte interessada; é sabido, também, que o Juiz não votou.

b) DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - A segunda fundamentação do Recurso de Revista recorre a mais uma agressão ao serviço público. É mais um ato político do Governo COLLOR DE MELO para discriminar e desrespeitar os SPFs e por conseguinte prosseguir com sua política de desvalorização e desmantelamento da infraestrutura do Estado.

c) QUANTO AO MÉRITO DA QUESTÃO - contesta-se a inexistência de direito adquirido à percepção do reajuste de 84,32% por parte dos servidores públicos federais; considera-se a Lei 7.830 de 28.09.89, como uma mera expectativa de direito em relação ao IPC de março/90; o mérito da questão por três vezes já foi julgado: em Assembléia dos docentes, em 1ª e 2ª Instâncias nos Tribunais do Trabalho. Em todas o nosso direito foi julgado procedente.

É sabido que ações ajuizadas antes da vigência do acórdão do STF deverão ser julgadas pelos tribunais nos quais se encontravam é este procedimento que tem sido levado a efeito; é sabido ainda que na época do confisco (15.03.90) éramos, na maioria, regidos pela CLT.

Queremos que fique claro que o mérito já foi julgado, já foi reconhecido pelo Magnífico Reitor e que, através de "filigranas" a Administração da Universidade tenta reparar seu erro de qualquer forma" - tenta-se por "brechas na lei", questionar, anular um direito incontestado. Não é defensável, do ponto de vista ético, o ajuizamento da ação rescisória, nem do ponto de vista político.

Há um outro Mandado de Segurança em curso impetrado pela Administração contra ato do Ministro da Educação; sobre tal assunto já nos manifestamos:

É nosso entendimento que, ante o ajuizamento do Mandado de Segurança, é uma incoerência, mesmo uma contradição, a continuidade da ação rescisória, pois uma ação, uma vez concluída, anula a outra; sendo procedente a ação rescisória, perde fundamento o Mandado de Segurança pois não se configura mais quebra de isonomia sendo inócua a extensão de algo que passa a não mais existir; procedente o Mandado de Segurança, fica sem sentido a ação rescisória pois o que o mandado restaura (a isonomia), a procedência da ação rescisória inaugura novamente; fica parecendo que a solução desta contradição é questão de tempo: a primeira a ser julgada gera efeitos que a outra anula, criando no campus - não apenas de João Pessoa mas no seu conjunto - tensão insuportável à comunidade.

Nossa última Assembléia, realizada em 28.05.93, discutindo a questão motivo de convocação deste Conselho Universitário, manifestou-se pela retirada da ação rescisória pela 3ª (terceira) vez. Esta é a proposta que trazemos da Assembléia Geral, instância máxima de deliberação da nossa Seção Sindical, enquanto Sindicato, portanto, entendemos ser nosso dever buscar remover tudo aquilo que impede nossas reivindicações legítimas; restaurar o direito aos 84,32% é reivindicação legal; devemos lutar pelo fim da ação rescisória, devemos também lutar pelo fim do Decreto autoritário que a fundamenta; esta é a tradição da história desta entidade, da história do movimento sindical na UFPB.

Não somos, entretanto, uma Seção Sindical qualquer, defendemos intransigentemente as reivindicações da categoria mas também temos princípios claros, aprofundados ao longo da história do nosso sindicato. Após a Assembléia de sexta-feira, tomamos conhecimento de parecer produzido por nossa Assessoria Jurídica, que analisa as implicações do Decreto 322/91 face a princípios constitucionais e conclui que a "autonomia da Universidade contida no artigo 207, da Constituição Federal de 1988, não pode, de modo algum, contrariar os princípios regentes da Administração Pública (art. 37, da CF/88); além do que, dita autonomia não torna o administrador de Universidade ileso às penalidades constantes da legislação pertinente"

Reconhecendo a justiça e legitimidade de nossas reivindicações, do direito a ser restaurado e de princípios básicos de defesa de uma instituição de ensino pública em país com graves contradições sociais; reconhecendo a legitimidade e soberania de nossa Assembléia Geral, conhecendo os argumentos contidos no parecer referido que a diretoria cita, reiteramos, dando cumprimento à deliberação da Assembléia Geral da categoria, ocorrida em 28.05.93, a retirada da ação rescisória.

Muito obrigado.

João Pessoa, 31 de maio de 1993.
Diretoria Executiva ADUFPB-JP/SSind

Atividade de greve

*Dia 2 de junho de 1993 Aud. da Reitoria - 9:30h
"A Universidade em debate"*

Seminário: Avaliação Escolar - Profª Vera Esther

*Dia 3 de junho de 1993 - Auditório da Reitoria
Debate sobre
"Política Ambiental do Campus Universitário"*

*A Comissão de Mobilização agradece
professores do Deptº de Música,
Educação Física pela valorosa e
atividade "DOMINGO NO C*



FAX 013 CNG/ANDES-SN/93
Brasília, 31 de maio de 1993

INFORMES DAS AD'S

43 AD's em Greve 31.05
ADUA - Próxima AG 02.06.
ADUFAC - AG 27.05. Continua em greve. Próxima AG 01.06.
ADUFF - Próxima AG 01.06.
ADUR-RJ - Próxima AG 01.06.
APROFURG - AG 01.06. Ato Público SPFs no dia 28.05.
APUB - Próxima AG 01.06.
SEDUFMS - Próxima AG 03.06.

INFORME:

*A Lei 8.659 que concede 85% aos SPFs
foi sancionada no dia 27.05.93
e publicada no DOU no dia 28.05.93.*

INFORME DA COMISSÃO DE FINANÇAS CNG/ANDES-SN

Em reunião de 29.05.93, o CNG/ANDES-SN/93, após avaliar a situação financeira, deliberou por reduzir em 50% a taxa semanal por associado que passa de 20 mil cruzeiros para 10 mil cruzeiros a partir da terceira semana de greve, que vence dia 03.06.93 (quinta-feira).

Esta deliberação se deveu a:

1. Os itens 6, 8, 9, 10 e 16 do orçamento previsto (FAX 009 CNG/ANDES-SN) não foram utilizados e não há previsão de sua utilização em futuro próximo;
2. Os itens 18, 19 e 20 (do mesmo FAX) ainda não foram utilizados mas há previsão de sua próxima utilização.

Esta redução, no entanto, exige que todas as AD's, ainda em débito com o CNG/ANDES-SN, regularizem sua situação, efetuando imediatamente o pagamento referente às duas semanas anteriores, que permanece de 20 mil cruzeiros, por associado, por semana, com a devida correção.

O CNG/ANDES-SN, se necessário, voltará a avaliar a situação financeira, informando sobre as novas deliberações

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CNUG-SPF's EM 31.05.93

GOVERNO DESMARCA AUDIÊNCIA A GREVE CONTINUA PROVÁVEL AUDIÊNCIA EM 01.06.93

Informes:

O MTb solicitou adiamento da reunião de hoje(31.05) para amanhã à tarde, em horário a ser definido, alegando que não concluíram seus estudos e, portanto, não havia proposta a ser apresentada.

Avaliação e Iniciativas Políticas:

O CNUG mantém a sua avaliação do dia 29.05, reafirmando que o momento é de pressão sobre o governo para avançarmos rumo à conquista de nossas reivindicações. Neste sentido, estamos orientando a manutenção da greve, das mobilizações de rua, do envio de caravanas a Brasília e da realização da Plenária Nacional em 03.06.93.

Como forma de pressão sobre o governo, o CNUG decidiu publicar matéria paga no Jornal de Brasília (já que o Correio Brasiliense não aceitou a publicação), reiterando nossas reivindicações e exigindo uma contra-proposta imediata do governo que possa materializar as negociações.

Também aprovamos a manutenção da pressão dos grevistas e caravaneiros sobre os parlamentares, visando a votação do Projeto Paim, a retirada do aumento da contribuição de seguridade social dos servidores e as emendas do movimento ao projeto de extinção do INAMPS.

Ao mesmo tempo, estamos articulando com outras entidades da sociedade civil o apoio ao nosso movimento. Esclarecemos, ainda, que a notícia publicada nos jornais referente à mudança da data de pagamento de nossos vencimentos para o dia 25 de cada mês é resultado concreto da pressão da greve, que o General Canhim reflete, sendo uma reivindicação antiga do movimento que a SAF tenta retomar na perspectiva de "ceder os anéis para não perder os dedos". O CNUG está colocando que este ponto estará em discussão durante as negociações.

INFORMAÇÕES SOBRE A PLENÁRIA NACIONAL
LOCAL: HOTEL NACIONAL - BRASÍLIA
DATA: 03.06.93 - HORÁRIO: 14:00h
TAXA DE INSCRIÇÃO: Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) por delegado e/ou observador.

COMANDO NACIONAL DE GREVE
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT

Boletim Informativo do Comando Local de Greve dos Docentes - Campus I - UFPB
João Pessoa - Paraíba - Nº 06 - 4 de junho de 1993

NOTA QUE SERÁ PUBLICADA, COMO
MATÉRIA PAGA, PELO CNUG, NO JORNAL DE
BRASÍLIA, EM 01.06.93

GOVERNO PROTELA SOLUÇÕES GREVE DOS SERVIDORES CONTINUA

A Greve dos Servidores Federais continua e a responsabilidade é do Governo. Aproxima-se o prazo final que o Presidente Itamar deu para atender às reivindicações dos Servidores. Este tem agido com indefinições e protelações.

Marcada para ontem, segunda-feira, a audiência do Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores Federais - CNUG com o Ministro Barcelli foi adiada para hoje à tarde, sob alegação de que o Governo não havia conseguido concluir os estudos para fazer sua proposta de Política Salarial.

Os Servidores encontram-se em greve em todo o país na expectativa de poder conhecer as propostas do Governo para suas reivindicações, avaliá-las e negociar com o Ministério do Trabalho.

Os Servidores e a população sabem que o Governo tem recursos para resolver imediatamente o problema da isonomia, nivelando a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) em 160% para todos os servidores e propor uma Política Salarial que reponha as perdas salariais ao nível da inflação.

A população sabe também que o Estado brasileiro é capaz de oferecer serviços de qualidade e, para isso, é necessário investir na recuperação do patrimônio público e na valorização dos servidores.

Os Servidores Federais não sairão desta greve sem uma Política Salarial, Isonomia, liberação do FGTS e anistia aos punidos por razões políticas.

RESPOSTAS CONCRETAS NA AUDIÊNCIA EFETIVAS NEGOCIAÇÕES

COMANDO NACIONAL UNIFICADO DE GREVE DOS
SERVIDORES FEDERAIS - CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES

ENCAMINHAMENTO:

Como não houve audiência com o Ministro Barcelli hoje (31.05), o CNG reitera a necessidade dos Comandos Locais se manterem alertas para a convocação de AGs, tão logo surjam fatos novos, que serão avaliados pelo CNG e comunicados às AD's.

ASSEMBLÉIA GERAL

dia 04 de junho/93 - 09:00 horas
Auditório Reitoria

FAX 014/CNG/ANDES-SN/93
Brasília, 02 de junho de 1993

INFORMES DAS AD'S 43 AD's em Greve 02.06

ADUIERPE - Delegados à Plenária. Assembléia Permanente. Próxima AG 03.06.
ADUIBII - Delegado à Plenária. Próxima AG 04.06.
ADUIFET - Delegados à Plenária.
ADUIFIM - AG 26.05 deliberou por AG Permanente sem paralisação.
ADUIFCAR - Discute outra proposta depois de apresentação pelo governo. Preocupação com pauta específica.
ADUIFPB - Delegados à Plenária.
ASPUV - Caravana à Brasília.
ADUIFES - Próxima AG 03.06.
ADURN - Delegados à Plenária. Em Assembléia Permanente.
ADUIFC - Próxima AG 03.06.
ADUIERPE - Próxima AG 04.06.
ADUIB - Próxima AG 02.06.
ADUIF - Próxima AG 02.06.
ADUIPR - AG 01.06.
ADUIFRGS - Assembléia Permanente. Continua a greve.
ADUIFPI - Continua a greve.
ADUIFSC - Delegados à Plenária. AG 04.06. Continua a greve.

Relatório da Reunião CNUG/SPFs Brasília -2/06/93

Entidades presentes: CUT, ASSIBGE, SNTPV, FENASPS, FENAJUPE, SINASEFE, CONDESEF, SINDIFISCO, ANDES-SN, FASUBRA.

Reunião com o Governo - 01.06.93

Presentes pelo Governo: Ministros do Trabalho, da Fazenda, SAF, Planejamento, Estado Maior das Forças Armadas e inúmeros Assessoros governamentais.

O Governo mais uma vez não apresentou resposta concreta às nossas reivindicações prioritárias. Alegou que embora a mesma já existisse, por não ser ainda do conhecimento do Presidente da República não podia ser apresentada. Nesse sentido, o Governo comprometeu-se que nesta quarta-feira (02/06), depois da reunião dos Ministros com o Presidente, haverá nova reunião com o Comando, na qual o Governo se comprometeu a apresentar a proposta.

Além disso, o Governo inicialmente colocou que se a greve não terminasse em 24 horas, não haveria mais negociações sobre os dias parados. Em seguida, com as intervenções do Comando recuou, transformando a ameaça em um apelo para que se terminasse a greve o mais rápido possível.

Quando aos pontos prioritários em termos de parâmetros, o Governo colocou o seguinte:

Política Salarial - Afirinou que sua proposta era semelhante a do setor privado porém, em níveis inferiores. Entretanto, não esclareceu qual o seu conceito de receita e muito menos quais os índices de reajustes. Comprometeu-se ainda, com reunião para essa quarta-feira (02/06) no Ministério da Fazenda, para esclarecimentos sobre os números que usou para construir sua proposta.

Isonomia - Manteve-se a posição de conceder os 160% de forma gradual, alterando-se suas parcelas com as dos reajustes bimestrais.

Anistia - Alegou, sem esclarecer, com relação a proposta do Comando, problema de texto e amplitude. Comprometeu-se com reunião para quarta-feira (02.06) com o jurídico do MTb para acertar.

FGTS - Afirinou que ainda não tinha posição porque necessitava de consulta, ficando claro que tal consulta significava as suas possibilidades financeiras.

Questões Específicas - Colocada a necessidade de também resolvê-las nas respectivas áreas ministeriais, o governo opinou que as mesmas devem ser tratadas no MTb/SAF.

Avaliação da Audiência e perspectivas

A composição da mesa da audiência, em que participaram do lado do governo 5 ministros com inúmeros assessores evidencia que a greve pressiona o governo e que só a sua manutenção poderá levá-lo a apresentar respostas concretas à nossa pauta de reivindicação.

As expectativas criadas pelo governo através da imprensa de que apresentaria sua proposta de política salarial, isonomia, liberação do FGTS e a anistia aos servidores punidos por razões políticas, não se concretizaram.

Além de não tê-la apresentado, o governo ainda utilizou do velho expediente autoritário de ameaçar e propor um ultimato ao CNUG de "por fim à greve em 24 horas", pois desta forma eles garantiriam a negociação dos dias parados.

Já havia sido avaliado pelo CNUG que o governo estava utilizando métodos de intimidação contra os grevistas, que somado às iniciativas de alguns meios de comunicação em seus editoriais de atacar e tentar desmoralizar as razões da greve, colocava para o movimento a tarefa de reversão deste quadro, intensificando a mobilização, fortalecendo a greve e denunciando a postura do governo.

Com firmeza e determinação, o CNUG rechaçou as ameaças formuladas pelos representantes do governo, e reiterou que o caminho era o do diálogo e da concretização de um efetivo processo de negociação, com a apresentação de uma proposta, por escrito, para que pudéssemos submeter à apreciação das Assembleias das categorias nos Estados e da Plenária Nacional a ser realizada amanhã, dia 03.06.93, em Brasília-DF. O Governo flexibilizou a posição inicial punitiva até que fosse entregue a proposta ao CNUG. Não retirando a ameaça, apenas adiando-a por 24 horas.

O CNUG avalia que o governo pode estar trabalhando com duas possibilidades:

1. recua de seus compromissos (apresentação e discussão de proposta na mesa de negociação), retomando a tática de proclamação combinada com a repressão, podendo rebaixar, ao mesmo tempo, sua proposta em relação ao atendimento de nossas reivindicações;

2. não explicita sua proposta e envi-a, sem o devido processo de negociação, ao Congresso Nacional.

A manutenção da greve é fundamental. As iniciativas políticas em curso nesta semana: caravanas com passeatas em Brasília, pressão no Congresso Nacional, manifestação nos Estados, são essenciais para reforçar o governo a apresentar uma resposta concreta.

Nossa posição é de superação do possível impasse, mantendo a greve e a mobilização, com a finalidade de alcançar um desfecho favorável, com o atendimento dos principais itens de nossa pauta de reivindicações.

Nossa greve não é contra a população. Queremos, como cidadãos e trabalhadores, ser tratados com dignidade. Ser digno é ter salários justos, condição de trabalho e bom atendimento aos usuários do serviço público.

Brasília, 02 de junho de 1993

Comando Nacional Unificado de Greve - CNUG/SPFs
Central Única dos Trabalhadores - CUT

Orientamos:

1. manutenção da greve;
2. que os Comandos de greve, de todos os setores, BUSQUEM INFORMAÇÕES PELOS RELATOS DOS RESPECTIVOS COMANDOS NACIONAIS E PELO BOLETIM INFORMATIVO DO COMANDO NACIONAL UNIFICADO DE GREVE;
3. que os espaços na imprensa sejam ocupados com notícias da greve e divulgação das posições do CNUG, inclusive da presente avaliação;
4. que a presente avaliação seja amplamente divulgada junto às bases da categoria.

CNUG/SPFs/93

FAX 015 CNG/ANDES-SN/93
Brasília, 02 de junho de 1993

43 AD's em Greve 02.06.93

AVALIAÇÃO

O CNG/ANDES-SN reforça a avaliação apresentada pelo CNUG/SPFs sobre a audiência de 01.06.93, com representantes do governo, ressaltando que o documento reflete uma posição firme e unitária de todas as entidades que compõem o CNUG/SPFs.

O efeito da tática adotada pelo governo em protelar a formalização de uma proposta que atenda as nossas reivindicações e utilizar-se do instrumento de ameaça de punições (não pagamentos dos dias de paralisação) foi contrário ao esperado pelo nosso interlocutor. O governo pretendia intimidar e, conseqüentemente, fragilizar o movimento. No entanto, a resposta firme e unitária do CNUG, mais uma vez, indica o fortalecimento da greve.

As atitudes do governo indicam uma posição de intransigência ao atendimento das nossas reivindicações. Se, por um lado, o governo protela a formalização de sua proposta de política salarial, por outro, reafirma os princípios anteriormente apresentados - reajustes quadrimestrais, com antecipações bimestrais, vinculados à receita - apontando para a oficialização de uma prática que já vinha sendo adotada no decorrer deste ano. Esta proposta contrária, frontalmente, os princípios reivindicados pelos SPFs para uma política salarial - reposição do índice de inflação com reajustes mensais.

Quanto aos demais itens da pauta geral dos SPFs (isonomia, anistia, FGTS e questões específicas), também, não há resposta satisfatória.

Em face deste quadro, é fundamental que as ACs e CLGs, que ainda não o fizeram, discutam e deliberem com relação à posição apresentada pelo governo, na audiência de ontem, de forma a nortear a postura do CNG/ANDES-SN na plenária dos SPFs de 03.06.93 e nos encaminhamentos da greve.

O CNG/ANDES-SN reitera a necessidade de continuidade da greve, mantendo a unidade dos servidores públicos federais, para garantir ganhos efetivos para o movimento.

NOTA: Uma vez concretizada a proposta do governo, prometida para o dia de hoje (02.06.93), encaminharemos nova avaliação.

FAX 016 CNG/ANDES-SN
Brasília, 03 de junho de 1993.
43 AD's em Greve 02.06.93

INFORMES DO CNG/ANDES-SN SOBRE A REUNIÃO DO COMANDO UNIFICADO - MTB, SAF, EMFA E ALGUNS ASSESSORES DO MTB

Propostas:

1. QUANTO À POLÍTICA SALARIAL: Reajustes quadrimestrais e antecipações bimestrais

BIMESTRE

Jul/93 - 50% da inflação acumulada nos dois últimos meses
Nov/93 - 50% da inflação acumulada dois últimos meses.
Mar/94 - 50% da inflação acumulada nos dois últimos meses.

QUADRIMESTRE

Set/93 - 80% da inflação acumulada nos 4 últimos meses descontada a antecipação.

Jan/94 DATA-BASE: 100% do período, excluídas as antecipações.

Mai/94 90% da inflação acumulada nos 4 últimos meses, descontada a antecipação.

OBS.: (1) O primeiro quadrimestre foi encerrado em Maio. (2) Na data-base será zerada a inflação, somente se o aumento da folha salarial não ultrapassar a variação da receita líquida de impostos permanentes da União, retirando subsídios, incentivos, transferências constitucionais e restituições (IR, por exemplo).

(3) Variação da receita líquida - receita líquida 93- 92.

(4) Os resíduos de inflação dos quadrimestres não serão considerados no quadrimestre seguinte e serão considerados na data-base.

(5) O índice de inflação pelo qual o governo se pautará é o IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo).

2. QUANTO À G.A.E. - Será progressivamente ajustada, alcançando o valor de 160% em junho de 1994, não sendo incorporada.

MÊSES	PARCELAS	VALOR GAR. MÊS
Ago/93	10%	90%
Out/93	10%	100%
Dez/93	zero (devido ao 13)	100%
Fev/94	20%	120%
Abr/94	20%	140%
Jun/94	20%	160% (sem incorporação)

3. QUANTO À ISONOMIA - Até abril de 94, o governo definirá a política de cargos e salários. Os custos para a definição dessa proposta deverão levar em conta um percentual fixo proveniente de um acréscimo real da receita líquida, que corresponde a 3% da variação da receita. A SAF se dispõe a creditar outros recursos à concretização da proposta.

4. QUANTO AO FGTS - O governo não tem ainda uma definição e alega que a CEF não concluiu o levantamento sobre as contas inativas.

5. QUANTO À ANISTIA - O Ministro Barcili informou que existe uma comissão composta por um membro do CNUG, assessorado juridicamente, e por assessores jurídicos do MTb, já existindo um texto pronto, com alguns pontos pendentes.

6. QUANTO AOS DIAS PARADOS - O governo mantém o prazo de 24 horas, a partir do anúncio da proposta, para terminar a greve. Decorrido esse prazo, caso os servidores não tenham retornado ao trabalho, não haverá negociação, começando o governo a descontar os dias parados.

OBS: (1) A proposta será transformada em projeto de lei. Algum ponto da proposta pode ser viabilizado sob a forma de decreto presidencial ou Lei Delegada. (2) O governo não apresentou uma proposta por escrito.

AS AVALIAÇÕES DO CNG/ANDES-SN E DO CNUG SOBRE A PROPOSTA SEGUIRÃO POSTERIORMENTE.

MOÇÃO DE REPÚDIO

A Assembléia Geral dos Docentes da UFPB - Campus I - repudia, veementemente, a atitude equivocada e ambígua do Sr. Reitor Netoaldo Pontes de Azevedo que até agora não retirou a AÇÃO RESCISÓRIA referente aos 84,32%, como foi solicitado pela categoria.

Na tentativa de corrigir um erro administrativo, o Sr. Reitor subordina a luta dos docentes a instrumentos legais duvidosos - "exceções do direito" - e prejudica a luta dos funcionários públicos em geral.

Tal comportamento não apenas compromete a bandeira de luta da Isonomia salarial, como também atrapalha o próprio funcionamento da Universidade.

AGRADECIMENTOS

O Comando de Greve, através de suas Comissões de Mobilização e Evento, agradece aos Departamentos de Música, Artes e Educação Física, e muito especialmente, à Orquestra Infante-Juvenil do Departamento de Música, pela valorosa participação no evento programado "Domingo no Campus", dia 30.05.93.

Os professores destes Departamentos proporcionaram, a mais de 80 crianças, um domingo de muita alegria e que, pelo caráter lúdico-cultural das atividades desenvolvidas, sem dívida, contribuiu para o desenvolvimento da sensibilidade artística.

FUNDO DE GREVE LOCAL

A Comissão de Finanças e o Comando de Greve dos docentes da UFPB - Campus I estabeleceram um procedimento para ordenar a contabilidade da greve que, em linhas gerais é o seguinte:

a) O Fundo de Greve composto pela Taxa Assistencial recolhida na greve de 1991 e por 1% da receita líquida mensal da ADUFPB-JP/SSind está aplicando em Caderneta de Poupança (Conta 013 107.215/0 CEF), conta com Cr\$ 311.764.821,68;

b) A conta-corrente ADUFPB-JP-Fundo de Greve (Conta nº 100.514/5 CEF) é movimentada pelos Professores Rubens Freire e Turibio Santos (Tesoureiro da ADUFPB-JP/SSind);

c) Os custos financeiros da greve serão assumidos pela ADUFPB-JP/SSind até o dia 17.06.93 data de aniversário da Poupança, quando fará a transferência dos recursos para a conta-corrente do Fundo de Greve.

Companheiros, como é sabido, os custos financeiros de uma greve são elevados. Um sindicato com finanças equilibradas é importante para os enfrentamentos da categoria. Devemos todos, portanto, contribuir para o Fundo de Greve.

BALANCETE DO FUNDO DE GREVE

Despesas	
Passagem p/ delegado (Socorro).....	15.254.190,00
Diárias p/ delegado (Socorro).....	12.000.000,00
Aluguel Apart Hotel um mês.....	13.000.000,00
Diárias p/delegado (Ido).....	9.000.000,00
Diárias p/ delegado (Paulo Coelho).....	9.000.000,00
Translado p/ delegados.....	1.400.000,00
Fundo Nacional de Greve.....	45.728.000,00
Material impresso e xerox.....	52.287.200,00
Eventos e diversos.....	11.586.385,00
TOTAL.....	169.255.755,00

Receita
Eventos.....11.640.000,00

Débitos
Com a ADUFPB-JP/SSind.....157.615.755,00
Passagem p/ delegado (Ido)(venc.07.06) 16.198.092,00
Passagem p/ delegado(P. Coelho).....16.198.092,00
TOTAL.....190.011.939,00

Ao Menos um "Anteprojeto de Universidade"

Derval Gózzio*

A greve dos SPFs e a possibilidade de perda dos 84,32% , ganhos na Justiça pelos professores da UFPIB, Campus I, em virtude da Ação Rescisória movida pelo reitorado de Neraldo Pontes de Azevedo, suscitou algumas discussões que, até então, vinham sendo relegadas a plano secundário. Uma dessas questões diz respeito ao tão propalado "Projeto de Universidade".

Este "Projeto" é muito utilizado, principalmente quando algumas decisões são exigidas, ou melhor, "recomendadas". Discursos e mais discursos são proferidos, enfatizando a necessidade da retirada da Ação Rescisória. Outros poucos, mas não menos enfáticos, tentando o convencimento da manutenção da Ação Rescisória, pelo caráter reto, pela defesa da "coisa pública", pela defesa intransigente do Projeto de Universidade e até por não jogar a "pessoa" de Neraldo Pontes nas garras de uma possível retaliação por parte do MEC e Presidência da República.

Pois bem. Como se percebe, o "Projeto de Universidade" democrática, que atenda os anseios da comunidade universitária e sociedade em geral, tem sido o grande pilar de sustentação das posições do atual reitorado quanto às medidas adotadas em relação aos 84,32%. Mas, o que diz este "projeto"? Para onde ele aponta? Fato: não se conhece o rascunho, o anteprojeto e mesmo o tão propalado "Projeto de Universidade".

Por não existir de fato, o "Projeto de Universidade" deu margem a um discurso perverso e maniqueísta, que

tenta invocar a quem defendia, ou defende, a manutenção da Ação Rescisória a pecha de defensor intransigente do "Projeto de Universidade", plantado na eleição do atual reitorado. Quem defende, ou defendia, a retirada da Ação Rescisória recebe, dos contrários, mesmo que veladamente ou implicitamente, a nomenclatura de "meninos", "dos que fazem o jogo da direita" e até dos que estão colocando dificuldades ao "Projeto de Universidade".

O oportunismo de algumas pessoas, que ocasionalmente aparecem nas assembleias, apenas e somente para tirar proveitos políticos, eleitorais, não podem, nem devem, ser confundidos com os que tentam deixar claro que um "Projeto de Universidade" inclui bons salários, recuperação de perdas salariais retiradas de forma autoritária, entre outros. Portanto, qualquer impedimento a este ganho já julgado procedente está inviabilizando o "Projeto de Universidade".

O fato de ter acontecido uma eleição e posse de quem represente os anseios de democracia para a Universidade, não encerra o "Projeto de Universidade". Ele é construído a partir dos discursos de campanha e da execução, enquanto administração. Nos casos dos 84,32%, o discurso não bateu com as posições da retórica. Ou salário justo não é tarefa a ser encarada como "Projeto de Universidade"?

* Prof. Deptº de Comunicação - CCILA/UFPIB

Eixos da Pauta Emergencial dos SPFs

1. Política salarial - com reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação;
2. Isonomia - unificação dos percentuais das gratificações entre os três poderes pelo maior valor com incorporação imediata;
3. Recomposição do poder aquisitivo - todas as perdas salariais de março/90 a março/93.
4. Anistia a todos os trabalhadores sindicalistas ou não, punidos com o corte de ponto ou demissão por participação em movimentos reivindicatórios;
5. Liberação imediata do FGTS;
6. Negociação dos passivos trabalhistas - com incorporação imediata nos vencimentos e retroatividade das perdas (Planos Bresser, Verão, Collor e 45% Isonomia Militares).

A pauta específica da ANDES-SN inclui ainda como eixo da pauta um Plano Nacional de Capacitação Docente

VALE-REFEIÇÃO

A Portaria Ministerial nº 1424 de 24.09.92 estendeu o direito ao Vale-Refeição aos servidores do Ministério da Educação e do Desporto, que cumprem a jornada legal de Trabalho de 40 horas semanais.

DA ADESÃO

A inclusão do servidor no Programa de Vale-Refeição ocorrerá mediante prévia assinatura do termo de opção, o qual poderá ser assinado no prédio da Reitoria (SODS) até o próximo dia 10.06.93 (sexta-feira).

DA MODALIDADE

O Vale-Refeição será concedido sob a forma de talonário (Vale-Refeição ou Alimentação). Cada beneficiário fará jus a um talonário mensal contendo vinte e dois (22) Vales, desde que tenham efetivo exercício por quinze (15) dias no mês.

DA CORREÇÃO

O valor parcial do Vale-Refeição será reajustado mensalmente de acordo com o índice estabelecido pelo Ministério da Educação, com o custo parcial de Cr\$ 115,00 para o mês de maio.

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO

O cancelamento ou a suspensão poderá ocorrer na forma dos Art. 6º e 7º da Portaria nº 764 de maio de 1993.

DO CUSTEIO

O servidor autorizará a consignação em folha de pagamento de sua participação no custeio do benefício, que será resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela abaixo. O percentual será aplicado no ítem vencimento no contracheque.

Faixa	Vencimento Básico - Cr\$	Participação
A	até 2.660.000,00	3%
B	2.660.001,00 a 3.999.000,00	4%
C	3.999.001,00 a 1.970.000,00	5%
D	11.970.001,00 a 17.290.000,00	6%
E	acima de 17.290.001,00	7%

Muitas categorias de servidores públicos foram favoráveis ao Vale-Refeição. A ANDES-SN, por entender que o Vale-Refeição é uma forma de desviar recursos públicos com o consentimento dos servidores, posicionou-se contra o mesmo, baseado em:

1. O Vale-Refeição é mais um "penduricalho" criado nos salários, concedido como um ganho que a eles não se incorporam, podendo ser retirado a qualquer momento como, por exemplo, na aposentadoria e licença para tratamento de saúde;
2. Trata-se de um encargo que não constará do contracheque do trabalhador já que, dele não são descontados encargos sociais;
3. A concessão do Vale-Refeição não é um direito adquirido, o que pode permitir manipulações político-clientelistas e exigirá uma eficiente máquina de fiscalização contra desvios para corrupção;
4. Levantamento feito pelos Pró-Reitores de Planejamento no MEC, demonstrou que o custo da implantação do Vale-Refeição nas IFES, supera o montante destinado à manutenção e aquisição de equipamentos nestas instituições (verba de OCC). Por que não transformar tais recursos em reajustes de salários ou mais verbas para OCC ?
5. Para o Governo Federal, o custo total da implantação do Vale-Refeição não se restringirá apenas aos valores repassados aos servidores, mas somar-se-á ainda, o elevado custo da sua administração por uma empresa privada. Ou seja, recursos públicos que poderiam ser utilizados na melhoria dos salários e da qualidade do ensino, serão desviados para a iniciativa privada.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS SPFS

07.06.93 (segunda-feira)

Aud. Liceu Paraibano

15:00h

Pauta:

Informes da greve

Avaliação

Encaminhamentos.

Projeção Salarial

para o período

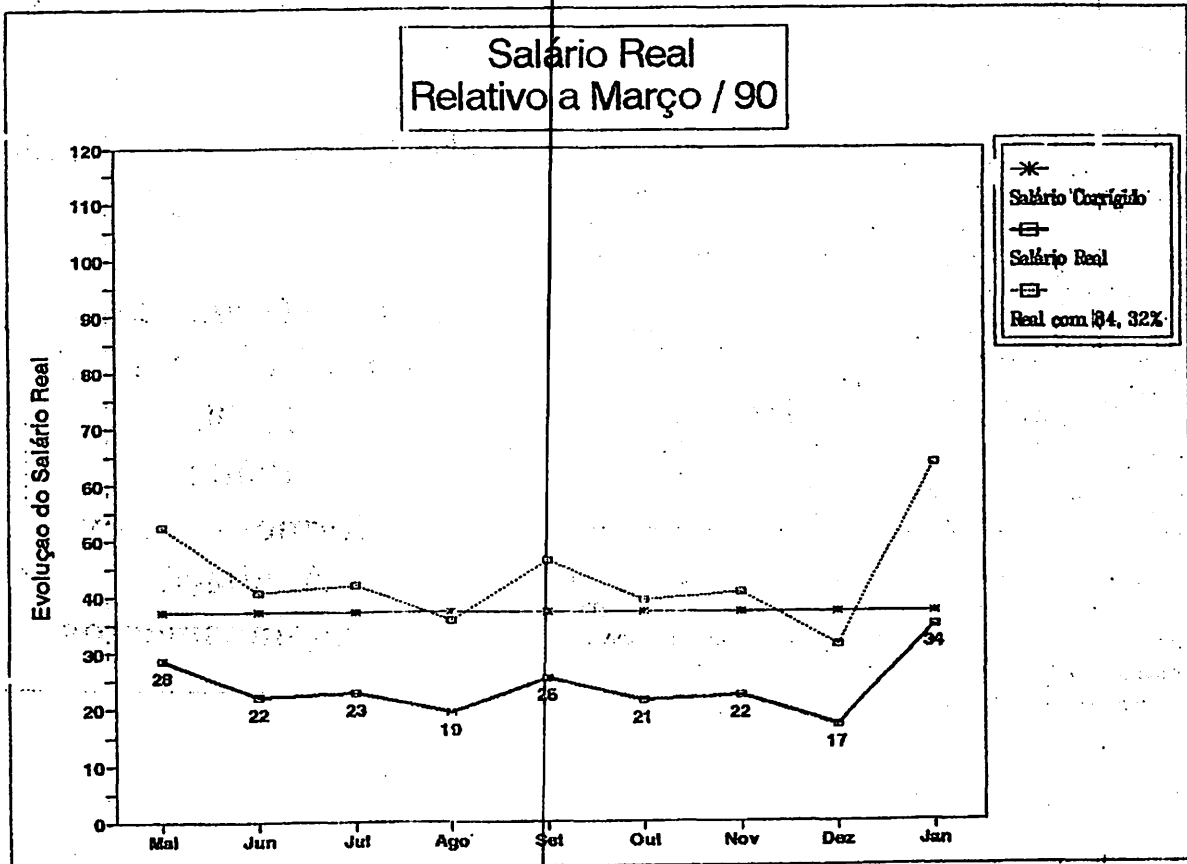
maio/93 - jan/94

	Salário	Inflação	Índice de	Referente	Salário	Salário	Salário
		Acumulada	Reajuste	a:	Contratado	Real	Corrigido
Mai	100,00	1,30			100,00	77	100,00
Jun	100,00	1,69			76,92	59	100,00
Jul	134,50	2,20	1,35	50%	79,59	61	100,00
Ago	147,95	2,86	1,10	GAE	67,34	52	100,00
Set	251,34	3,71	1,70	80%	88,00	68	100,00
Out	276,47	4,83	1,10	GAE	74,46	57	100,00
Nov	371,85	6,27	1,35	50%	77,04	59	100,00
Dez	371,85	8,16		total	59,26	46	100,00
Jan	887,03	10,60	2,65		121,00	93	100,00

Período de Maio/93 a Janeiro/94	
Nº de Salários Devidos: 10	Nº de Salários Recebidos: 6,18

A projeção salarial apresentada na tabela acima, foi feita tomando-se como base uma inflação de 30% ao mês, durante todo o período, e considerando-se que em janeiro de 94 (data-base) teremos um reajuste correspondente a todo o resíduo acumulado nos dois quadrimestres.

O gráfico abaixo mostra como ficarão os nossos salários em relação a março de 1990.





FAX 019 CNG/ANDES-SN/93
Brasília, 06 de maio de 1993.

AVALIAÇÃO DA GREVE

Nos dois últimos anos, ocorreram importantes greves nacionais de segmentos de trabalhadores do Serviço Público Federal. Os esforços de unificação desses movimentos trouxeram resultados concretos este ano na sua organização. O indicativo de greve para 13/05, lançado pela Plenária Nacional de Servidores Públicos Federais, realizada em 23 e 24 de abril de 93, foi assumido pela grande maioria das entidades, permitindo que, já no momento de sua deflagração, a greve fosse unitária, generalizando-se rápidas adesões em praticamente todos os setores, dando nova qualidade ao movimento, inclusive com a formação de um Comando Nacional de Greve.

O MD nas IFES assumiu com força a luta, buscando a conquista das reivindicações da pauta unificada dos SPFs, combinando-a com as de sua pauta específica.

A fragilidade do governo, envolvido em uma crise ministerial, denúncias de corrupção, desagregação de suas forças de sustentação no Congresso, aliado às condições de arrocho salarial às quais estão submetidos os trabalhadores e os SPFs, em particular, foram elementos importantes para que o movimento se sentisse forte para deflagrar a greve e conquistar o atendimento das reivindicações.

Essa conjuntura foi se alterando ao longo do período em que se desenvolveu a greve. O governo ao trocar ministros, aglutinou forças políticas na sustentação de seus propósitos político-econômicos. Estas forças lograram, no Congresso Nacional, o adiamento da discussão sobre a política salarial e a priorização do tratamento de outras questões referentes à política econômica (ajuste fiscal, lei de patentes etc).

A pressão da greve dos SPFs constituiu-se em grande problema para o governo e as forças que o sustentam. Colocando a política salarial como centro de suas reivindicações, a greve apresentava-se como ponto de apoio importante para estimular os demais trabalhadores a lutarem unificadamente pela política salarial de reajustes mensais. Ao governo cabia o trabalho de por fim à greve. Ao movimento sindical, a tarefa de ampliar a luta. Somando-se à luta dos tra-

balhadores, os SPFs tomaram como objetivo pressionar o Congresso em favor do Projeto Paim. No entanto, a CUT não foi capaz de perceber a importância do momento e suspendeu as caravanas previstas para 02/06, abdicando, na prática, de reverter o curso que o governo estava começando a imprimir.

Esses elementos da conjuntura, aqui rapidamente apontados, fizeram-se sentir nos diversos segmentos que participam da greve.

Ao longo da última semana, após o anúncio por parte do governo, dos 85% de reajuste, a partir de 01/05, começaram a surgir propostas de fim de greve unificada, particularmente entre os servidores dos ministérios, em Brasília, e entre os da Previdência. O CNG/ANDES-SN trabalhou no sentido de garantir sua continuidade. Porém, como consequência do quadro que se delineava, foi convocada a Plenária dos SPFs em greve para 03/06. Por não haver fato novo que a justificasse, o CNG/ANDES-SN foi contra sua convocação, por entender que a mesma se inscrevia, para alguns setores, numa estratégia para por um fim unificado à greve. Uma vez convocada, o MD se mobilizou para fazer com que ela viesse aprovar a continuidade da greve, necessária à abertura de negociação com o Governo.

Os CLGs responderam positivamente ao apelo do CNG. Os 70 delegados que a ANDES-SN teve na plenária (maior delegação do MD em todas as plenárias já realizadas), correspondem, proporcionalmente ao tamanho da base de cada entidade, à maior bancada dentre as presentes.

As duas posições discutidas na plenária (continuidade e suspensão da greve) manifestavam-se em defesa da unidade do movimento, avaliando isso como a maior vitória até então obtida e que sua preservação era necessária para o enfrentamento das lutas futuras, sobretudo a defesa do serviço público e das conquistas dos servidores na revisão constitucional.

A divergência quanto à continuidade ou não da greve estendia-se à avaliação dos resultados já obtidos quanto ao atendimento de reivindicações (ver relatório da plenária, ítem e - anexo).

A caracterização de que a proposta do governo para a política salarial e isonomia era inaceitável, correspondeu a uma perspectiva de continuidade de greve para tentar fazer recuar o governo e obter mais conquistas, evitando a criação de uma lei que institucionalize o arrocho salarial. A caracterização de que se obteve conquistas parciais correspondeu à avaliação de que o movimento não tem mais forças para obter melhorias e de que, portanto, trata-se de contabilizar os ganhos parciais.

O CNG/ANDES-SN entende que o anúncio de reajuste de 85%, da proposta de política salarial e de ampliação da GAE pelo governo, se devem à força da greve. Considera, porém, que o movimento não

deve se comprometer com uma proposta que institucionaliza o arrocho e mais, que havia força do movimento para obtenção de maiores conquistas.

A plenária encerrou-se com a contradição de indicar o fim de greve e rejeitar a proposta do governo.

O CNG continuou trabalhando junto ao CNUG para dar cumprimento ao aprovado na Plenária (ver relato da audiência no MTb em 04.06).

Após a Plenária dos SPFs, o CNG/ANDES-SN encaminhou às suas bases as informações acerca do resultado das votações e empreendeu, no dia 04/06, uma exaustiva avaliação acerca das perspectivas atuais de continuação da greve, tendo como referência, de um lado a situação de crise instaurada após a decisão da Plenária e os novos acontecimentos precipitados por greve (ver quadro neste fax) e solicitaram deste correndo a reversão do quadro atual, ao tempo em que exigiram a definição de perspectivas de continuidade do movimento do movimento para após a próxima reunião do CNUG (terça-feira - 08.06). Em função disto, o CNG/ANDES-SN teve as seguintes considerações:

O indicativo de suspensão de greve aprovado na Plenária dos SPFs, entendido plenamente pelo movimento docente como sinalização às bases para a avaliação e decisão, assume caráter impositivo para a maioria dos SPFs, devido às diferenças organizativas das diversas categorias. Por este motivo, o indicativo de suspensão de greve significa forte tendência ao fim da greve nas bases das FENASPS, CONDESEF e outras categorias organizadas. Acrescenta-se a isso a decisão da FASUBRA de indicar o fim de greve para a próxima quarta-feira (obedecendo a um procedimento semelhante ao nosso, de consulta às bases). Esses fatos apontam para o fim da greve geral unificada dos SPFs colocando extremas dificuldades à atuação do CNG/ANDES-SN no sentido de reverter a decisão da Plenária dos SPFs. Logo, a manutenção da greve dos docentes nas IFES, em defesa da política salarial e isonomia entre os SPFs, não se encontraria mais no interior de uma greve geral dos SPFs. Conseqüentemente a sua força seria extremamente limitada e impossibilitada a sua capacidade de obter conquistas nesta pauta unificada.

Acrescente-se a isso que, no entendimento do movimento geral dos SPFs, a greve tem uma pauta unificada de 43 itens, destacando-se cinco eixos centrais que foram objeto de conversação do Comando Nacional Unificado com o Governo. Logo, se a greve unificada se encerra, não teremos mais representantes do próprio movimento para atuar junto ao governo. O CNG/ANDES-SN entende que a ANDES-SN não teria, em tais circunstâncias, condições de representatividade tanto junto ao Governo quanto junto às bases dos demais SPFs para continuar as negociações da pauta unificada.

PERSPECTIVAS PARA O MOVIMENTO DOCENTE

O CNG/ANDES-SN passou a discutir sobre os rumos do movimento diante do novo quadro, cumprindo as deliberações da Plenária dos SPFs e encaminha aos docentes o exame do indicativo de suspensão de greve.

O debate no CNG sobre a possibilidade de uma greve isolada de docentes com base na pauta específica não foi conclusivo no sentido de enviar uma indicação para as bases do MD.

Retomada a discussão no dia 05/06, ao seu final, o CNG realizou as seguintes votações diante de duas propostas:

PROPOSTA 1: O CNG remete às AGs, para sua apreciação, as duas visões apresentadas, sem se posicionar, no momento, sobre elas;

PROPOSTA 2: O CNG indica a tendência que ele considera correta para a apreciação das AGs.

Ambas as propostas incluem a orientação de que as AGs darão retorno até a próxima terça-feira, para que o CNG faça um indicativo conclusivo para as AGs que, reunidas na quarta-feira, deliberem.

VOTAÇÃO

Proposta 1: 17 votos (ADUA, ADUFAC, ADUFAL, ADUFMAT, ADUFOP, ADUFPA, ADUFPEL, ADUPI, ADUFPR, ADUFRJ, ADUFSCAR, ADUFU, ADUNIR, APES-JF, APROFURG, ADUFMS, ADURN.)

Proposta 2: 11 votos (ADUFC, ADUFEPE, ADUFERPE, ADUFES, ADUFF, ADUFPB-JP, ADUFPB-PT, APUFSC, ADUR-RJ, APUB, ASPUV.)

Com isso temos, em seguida os dois pronunciamentos para serem submetidos às AGs.

A GREVE DOS DOCENTES É A GREVE DOS SPFS

A greve dos SPFs se iniciou em 13.05, com uma pauta unificada, em torno de cinco eixos principais: política salarial, isonomia, reposição de perdas, pagamento imediato do FGTS e anistia aos servidores punidos. Secundariamente, foram agregados os seguintes itens específicos do MD: isonomia entre as IFES, verbas para a universidade.

Enquanto greve dos SPFs, a avaliação do CNG dá conta que a decisão da Plenária de 03.06 precipita o fim da greve. Em consonância com as decisões das bases, o CNG tem investido no sentido de reverter essa decisão, apontando, no entanto, para a extrema dificuldade de alterá-la. O quadro sinaliza para o fim da greve dos SPFs. Caso ele se configure, a greve nas IFES, por uma pauta específica, caracteriza-se-ia como uma nova greve. Cabe ao CNG, avaliar as

RAZÕES E PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE DA GREVE PELA PAUTA ESPECÍFICA

circunstâncias em que se apresentam, agora, os argumentos favoráveis à manutenção de uma greve centrada na isonomia nas IFES. Independentemente da ocorrência de sérias divergências no seio do próprio MD quanto à formulação dessa bandeira como pauta da greve, que, por si só, já fragiliza a nossa luta, é necessário destacar que a questão da quebra da isonomia não é específica das IFES. Isso se apresenta em todo o serviço público, motivo pelo qual a segunda prioridade desta greve foi exatamente a luta pela isonomia entre os SPFs. Por outro lado, reconhece-se que a situação, no interior das IFES, agravou-se devido aos ganhos, via judicial, por parte de várias ADs, fruto da luta política das seções sindicais da ANDES-SN. No entanto, tais ganhos judiciais enquadram-se, também, na pauta geral de reivindicações dos SPFs que priorizam, tanto quanto a ANDES-SN, a reposição das perdas salariais provocadas pelos Planos Verão e Collor. Portanto, o específico mencionado não é, e sim geral.

A greve dos SPFs não conseguiu, apesar de sua coesão e força, impor ao governo o pagamento desses passivos trabalhistas; isso, em um momento em que o governo se apresentava com sérias dificuldades internas (Ministérios) e em suas relações com o Congresso Nacional. A transformação da greve para incorporar o Plano Verão, neste momento, é extremamente arriscado para o MD, pois ele não reúne forças capazes de conquistar nossas reivindicações específicas, enfrentando um governo recomposto, inclusive, pelo fim da greve dos SPFs. Seria politicamente incorreto se apostar na quebra da unidade dos SPFs, tão duramente construída e também fragilizada pela difícil Plenária do dia 03.06, jogando assim a ANDES-SN em um perigoso isolamento corporativista. Cabe lembrar que a ANDES-SN construiu, ao longo dos últimos anos, um respeitável patrimônio político junto aos SPFs, bem como impôs ao governo uma respeitabilidade incontestada, devido à sua seriedade política, à justeza de suas reivindicações e à firmeza de sua atuação, ao longo desses 14 anos. Qualquer tática isolacionista no momento, poderá colocar em risco todo esse patrimônio.

Portanto, propõem-se às AGs, a rejeição de uma greve específica, centrada em um único ponto de pauta, sem prejuízo de se manter a mobilização pela conquista das reivindicações imediatas e históricas do MD, sobretudo, no momento em que urge a unidade dos SPFs na luta pela preservação dos ganhos sociais inscritos na atual Constituição, ameaçada pela Revisão proposta pelo governo e as elites dominantes que a sustentam.

A luta por especificidades não deve ser excluída do horizonte das entidades representativas de cada categoria. A continuidade de uma greve, agora específica, não significa o rompimento da unidade do movimento dos SPFs. A própria dinâmica do movimento possibilitou que várias categorias protocolassem e negociassem suas pautas específicas, o que veio permitir a obtenção de ganhos (ex. SINDIFISCO), sem representar contraposição à luta pela pauta unificada. Na impossibilidade de manutenção de uma luta isolada por política salarial, há que se avaliar a continuidade da greve a partir da análise das razões que a justificam, das possibilidades de enfrentamento da conjuntura e das perspectivas de vitória.

Na conjuntura atual, o MD defronta-se com claras dificuldades, pois o governo, através das recentes alterações no quadro ministerial, recompôs suas alianças e sua base de sustentação. No entanto, cabe lembrar que na greve de 91, o MD em momento semelhante (de reflexão da greve em função da saída da maioria das categorias de SPFs) enfrentou uma conjuntura mais adversa: o governo Collor ainda era forte e assumia o comando do MEC e o prof. Goldemberg - acadêmico com significativo respaldo na sociedade e no interior das próprias universidades. Naquele momento o MD foi capaz de manter a mobilização, demonstrando a justeza de suas reivindicações e conquistando o apoio da população, da imprensa e do Congresso Nacional.

Hoje, quando as AGs se posicionam, majoritariamente, pela rejeição à proposta do governo, caracterizando-a como a institucionalização de perdas e do arrocho salarial, e quando já não mais é possível a reversão desse quadro, é necessário aprofundar a discussão das razões e perspectivas de continuidade da greve no interior do MD e, ainda, que é imprescindível garantir imediatamente essa vitória. A isonomia salarial, além de princípio constitucional, é um princípio político de fundamental importância para consolidação do Projeto de Universidade defendido pela ANDES-SN.

A quebra da isonomia representa grave risco para as universidades e para o MD neste particular momento em que se mantém concretamente no horizonte o Modelo do MEC de Financiamento para as IFES (agora proposto pela ANDIFES), com orçamento global - OCC e Pessoal - e com responsabilidade das administrações pela decisão sobre os valores dos salários. A falta de imediata solução política para essa questão imporá à comunidade universitária a reivindicação da implantação do orçamento global, para que seja possível solucionar-se o problema da governabilidade

internamente as IFES e da justiça das diferenças salariais. Estabelecer-se-á, a partir daí, a quebra definitiva da isonomia: entre as IFES, os servidores e docentes estarão negociando seus salários isoladamente com a Administração e não mais com o MEC (que deixará de ser o centro das decisões). Estará, também, definido o rompimento da unidade do MD no interior do setor das federais e conseqüentemente reforçada a fragilização para as próximas lutas.

Essa luta é política e não é mais possível a solução pela via jurídica: todos os docentes que não tinham vínculo empregatício à época da implantação de cada plano econômico não têm juridicamente direito à incorporação de tais perdas e definitivamente receberão salários inferiores aos demais. Cabe, entretanto, destacar, que embora essa luta seja eminentemente política pela manutenção desse princípio que garante igualdade salarial, governabilidade às instituições e unidade ao MD, o instrumento para sua recuperação significará, necessariamente, ganhos financeiros.

As negociações com o MEC não foram esgotadas durante o período de greve unificada dos SPFs, é necessário intensificá-las e esgotar todas as possibilidades. O governo demonstrou sua sensibilidade ao problema, através de verbalização explícita do Ministro da Educação em reuniões com a ANDES-SN e ANIFES. O MD já tem o apoio desta última e do CRUB, além de manifestações favoráveis de parlamentares. É possível ampliar e consolidar essas alianças, particularmente no Congresso Nacional, dada a gravidade do problema e a justeza da reivindicação.

Acrescente-se que o impacto financeiro da folha de pagamento dos docentes na folha geral da União é de aproximadamente 5%, assim o acréscimo devido ao pagamento das diferenças salariais configuradas seria insignificante. O impacto financeiro da extensão destas diferenças será menor ainda, se considerada a possibilidade de uma decisão, pelo STF, da inconstitucionalidade da incorporação dos 84,32% aos salários e a conseqüente interrupção do pagamento deste valor aos docentes que já estão recebendo (cabe consulta jurídica para avaliar essa possibilidade). Sendo este o caso, a possibilidade de vitória é ainda maior, pois não teria sentido reivindicar estes valores já que não teriam mais relação com a quebra da isonomia.

Considera-se, assim, que mesmo havendo dificuldades para o enfrentamento da conjuntura, há razões e perspectivas que justificam a necessidade de manutenção da greve. Cabe ao MD avaliar sua capacidade de mobilização para o enfrentamento necessário à efetivação das conquistas.

Informes das AGs - 03.06.93

ADUFPI - Continuidade da greve. Repúdio à proposta do governo.

ADUNIR-RO - Continuidade da greve. Não aceita a proposta do governo.

ADUFC - Continuidade da greve. Autoriza o CNG/ANDES-SN a rediscutir a pauta para apresentação de contraproposta ao governo.

ADUFES - Continuidade da greve. Apresentou pontos para contraproposta ao governo.

ADEPM - Não adesão à greve. Apoiava reivindicações.

ADUFSCAR - Continuidade da greve. Rejeição da proposta do governo. Reitera necessidade de negociação de pauta específica.

ADUFPB-PT - Continuidade da greve. Só negociar proposta escrita pelo governo.

OBS: As AGs realizadas em 04.06 já tinham conhecimento da proposta do governo, mas não conheciam o resultado da Plenária dos SPFs realizada no dia 03.06.

Informes das AGs de 04.06.93

ADUFMAT - Continuidade da greve. Proposta do governo é inaceitável.

ADUFU - Continuidade da greve. Rejeição da proposta do governo.

APUBH - Indicativo de saída de greve para 09.06.93

SEDUFMS - Avaliação da proposta prejudicada pelo pouco tempo e falta de avaliação de avaliação pelo CNG/ANDES-SN.

APUFSC - Continuidade da greve somente em unidade com os demais SPFs. Proposta do governo é inaceitável. CNUG deve apresentar contraproposta. Encaminhou sugestão. Pede posição sobre não reposição de aulas.

ADUNI-RIO - Continuidade da greve. Saída unificada. Pressionar MEC para abertura de negociação da pauta específica.

ADUR-RJ - Continuidade da greve. Proposta do governo é inaceitável.

ASPUV - Continuidade da greve.

ADUFRGS - Continuidade da greve. Rejeição da proposta do governo.

ADUFAC - Continuidade da greve. Rejeição da proposta do governo. Encaminha discussão secundária de pauta de reivindicações.

APES-JF - Continuidade da greve. É difícil manter greve isolada. Proposta do governo é inaceitável, negociar melhoras.

ADURN - Continuidade da greve. Apresentou sugestão de contraproposta ao governo.

ADUA - Continuidade da greve. Proposta do governo é inaceitável. Exigir proposta por escrito.

ASPESAL - Continuidade da greve, mas com as bases bastante dividida.

APROEFEI - Continuidade da greve.

APUFPR - Continuidade da greve. Saliencia que continuá-la de forma isolada é bastante complicado. Pede discussão sobre não reposição de aulas e não realização de vestibulares.

ADUFPB-JP - Continuidade da greve conjuntamente com os demais SPFs. Proposta do governo é inaceitável, deve-se negociá-la. CNUG de fazer contraproposta.

ADUFOP - Situação complicada por ter paralisado apenas em 27.05 e praticamente condicionada à greve conjunta dos SPFs.

ADUFF - Continuidade da greve por pauta unificada. Saída unificada. Rejeitou proposta do governo.

ADUFERPE - Continuidade da greve com os demais SPFs. Rejeitou proposta do governo.

ASPU - Não deliberou. Marcou posição contra a política do governo.

ADUFMS - Continuidade da greve e das negociações. Apresentou sugestões para a negociação.

ADUFPA - Continuidade da greve. Rejeitou proposta do governo.

ADUFMAT - Continuidade da greve. Aguarda oficialização da proposta do governo.

APROFURG - Continuidade da greve. Exigir proposta do governo por escrito.

ADUFPB-CG - Continuidade da greve. Continuar negociações.

APUB - Continuidade da greve. Continuar negociações. Manter a unidade do movimento. Posição contrária à luta pela pauta específica de forma isolada. Favorável à luta pela pauta geral.

OBS: As AGs realizadas em 04.06 já tinham conhecimento tanto da proposta do governo quanto do resultado da Plenária dos SPs realizada no dia 03.06.

PRÓXIMAS AGs

Em 07/06 - ADUNIRIO, ADUFC, APUB, ADUR-RJ, ASPUV, ADUFRGS, APESAL, APROEFREL, ADUFOP, ADUFF, ASPU, ADUFAL, ADUFEPE, ADUPB-Pt, ADUFPEL, ADUFRJ, ADUFMAT.

Em 08/06 - ADUFAC, ADUFPI, APROFURG, SEDUFMS, APUFP, ADUFPB-JP, ADUFES, ADCEFET-MG, SINDCEFET, ADUFMS.

Em 09/06 - APUFSC, ADUFERPE, ADUFU, ADURN, APUBH, ADUFMAT, ADUFPB-CG, ADUNI-RIO.

RELATÓRIO DA PLENÁRIA DOS SPFs EM GREVE - dia 03/06/93.

1. ENTIDADES PRESENTES:

ANDES-SN (70 del.), ANDEF-SN (16 del.), ASSIBGE-SN (25-del.), FASUBRA Sindical (48 del.), FETRAMS (3 del.), FENADADOS (1 del.), FENASPS (51 del.), CONDESEF (171 del.), SINASEFE (09 del.), SINDIFISCO (1 del.), SINTPVOO (1 del.), num total de 440 delegados.

2. INFORMES DO CNUG:

Foi reproduzido oralmente o relatório da audiência com o Governo no dia 02/06 (enviado em anexo ao Fax 16) e adendado pelos seguintes informes da reunião de 03/06 com o Ministro Barelli:

a) Projeto de Lei de Ajustia:

Ministro disse que o PL resultante da reunião das assessorias jurídicas do CNUG e do MTb seria encaminhado sem restrições ao gabinete civil;

b) Folha de Pessoal:

O entendimento do Governo é que as despesas com a folha das 18 empresas públicas de economia mista que estão hoje incluídas na despesa total de pessoal devem ser expurgadas;

c) FGTS:

Existe acordo entre o MTb e o MFaz sobre a liberação das contas vinculadas a partir de 13 de dezembro, quando as mesmas passam a ser inativas, com os parâmetros e cronograma da liberação das contas inativas dos demais trabalhadores, isto é, no mês de aniversário do servidor. Para que isso se torne possível, estava, ainda hoje, sendo encaminhada medida provisória estabelecendo a nova regra que atingirá também os servidores públicos estaduais e municipais. A referida MP será submetida ao Itamar.

d) Dias parados:

Foi informado, através do assessor do Ministro Barelli que se a Pelnária indicasse fim de greve, esta seria considerada, pelo Governo, encerrada e através do compromisso de reposição do trabalho não seriam descontados os dias parados. Informou, ainda, que as categorias que continuassem em greve seriam tratadas caso a caso;

e) Negociação sobre a pauta geral:

As mesmas deverão continuar após a greve.

3. INFORMES DAS ENTIDADES NACIONAIS:

a) CONDESEF propôs indicativo de fim de greve

b) FENASPS propôs indicativo de fim de greve

c) SINTPVOO propôs indicativo de fim de greve

d) ANDEF-SN propôs indicativo de fim de greve

e) SINDIFISCO não apresentou proposta de indicativo

f) SINASEFE propôs indicativo de continuidade da greve

g) ANDES-SN propôs indicativo de continuidade da greve

h) FASUBRA propôs indicativo de continuidade da greve

i) FENADADOS propôs indicativo de continuidade da greve

j) ASSIBGE-SN propôs indicativo de continuidade da greve

4. DISCUSSÃO E DELIBERAÇÕES:

Após a intervenção de 51 delegados, foram submetidas à votação as seguintes propostas de encaminhamento:

a) qualquer decisão da plenária seria apenas indicativa às assembleias gerais de base (aprovado por consenso).

b) se a plenária aprovaria ou não um indicativo para as assembleias, sendo aprovado que existiria um indicativo, por 229 x 181 e 0 abstenções.

c) encaminhamento:

proposta 1 - se votaria 1o. a apreciação da proposta do governo e, em seguida, o indicativo;

proposta 2 - se votaria 1o. o indicativo e, em seguida, a apreciação da proposta do governo.

Resultado da votação proposta 1= 187; proposta 2= 205; abstenções= 7.

d) votação do indicativo: proposta 1: suspensão da greve; proposta 2: manutenção da greve.

Resultado da votação: proposta 1 = 207; proposta 2 = 188; abstenções = 10.

e) apreciação da proposta do governo:

Proposta 1

* as propostas do governo para política salarial e isonomia são inaceitáveis;

* devemos comunicar ao governo esta posição e exigir negociações.

Proposta 2

* a proposta do governo é insuficiente porque não contempla nossas reivindicações de reposição integral das perdas tanto no que diz respeito ao índice, como na política salarial. Acrescente-se ainda que o tratamento, quanto à extensão da GAE e Isonomia estão bem longe do que queremos.

* há, entretanto, uma conquista parcial tanto econômica, tendo em vista a situação em que nos encontrávamos no início da greve e uma vitória política em conseguimos o não desconto dos dias parados, fazendo o governo recuar do seu princípio "dia não trabalhado - dia não pago".

Resultado da votação texto 1 aprovado por maioria sem necessidade de contagem de votos.

f) Foi aprovado por consenso que as assembleias de base deverão acontecer até terça-feira (08/06) e seus resultados deverão ser comunicados ao CNUG até a noite desse mesmo dia, para que o mesmo faça a compilação dos resultados e verifique se o indicativo foi ou não adotado pela base. Enquanto isso, o CNUG estará reunido diariamente.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CNUG/SPFs

Data: 04 de junho de 1993 (Sede da FENASPS, Brasília)
Entidades Presentes: CUT-Nacional; ANDES-SN; ANDEF-SN; ASSIBGE; CONDSEF; FENAJUFE; FENASPS e SNTPVOO

Considerando as dificuldades operacionais de juntar um maior número de entidades para realizar a reunião e devido à não existência de informações fornecidas pelas entidades que integram o CNUG foi aprovado o encaminhamento de que aquela reunião do Comando deveria se restringir apenas a discutir e encaminhar sobre iniciativas do CNUG no sentido de comunicar imediatamente ao governo as deliberações da Plenária de 03/06/93 quanto ao INDICATIVO DE SUSPENSÃO DA GREVE e a PROPOSTA DO GOVERNO SOBRE ISONOMIA E POLÍTICA SALARIAL. Na próxima segunda-feira (07/06), à tarde, o CNUG estará realizando uma nova reunião para fazer uma AVALIAÇÃO

POLÍTICA DO MOVIMENTO, incluindo a última Plenária.

Concluídas as discussões, foram feitos contatos com o Gabinete do Ministro do Trabalho para agendar uma audiência para o final da tarde daquele dia. O CNUG tomou conhecimento da viagem do Ministro Barelli à Genebra e concordou com uma audiência com o Ministro Interino do Trabalho, o Sr. Mozart.

OBS.: a Reunião do CNUG estava prevista para às 10:00 horas do dia 04/06/93 e começou às 16:00h e 30 min.

PRÓXIMA REUNIÃO DO CNUG

Fica convocada a próxima reunião do CNUG para segunda-feira (07/06), às 14:00 horas na sede da FENASPS.

Reitera-se a importância da presença de todas as entidades da CNESF nesta reunião.

RELATO DA AUDIÊNCIA DO CNUG NO MINISTÉRIO DO TRABALHO no dia 04/06/93.

Presentes(governo): o Ministro Interino (Mozart); o Secretário-Adjunto da SAF (Antônio Carlos) e Assessor (Paulo Fona).

Presentes(CNUG): CUT-Nacional; ANDES-SN; ANDEF-SN; ASSIBGE; CONDSEF; FENASPS; FENAJUFE e SNTPVOO.

Início: 19h e 10 min Término: 21:00h

O CNUG INFORMOU SOBRE AS DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA:

- Indicativo de Suspensão da Greve;
- Considerou inaceitável a Proposta do Governo;
- Reabertura de Negociação sobre Política Salarial e Isonomia.

O Ministro Interino informou que a Proposta apresentada não pode ser alterada. É uma decisão do Presidente da República. E é definitiva.

Sobre o indexador a ser utilizado na proposta de Política Salarial, o Ministro informou que será o IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo).

O Secretário-Adjunto da SAF informou que foi designado, pelo titular da SAF, como Coordenador de toda a discussão sobre Sistema e Diretrizes de Planos de Carreiras (DPC). Definiu um prazo máximo de 60(sessenta) dias para apresentar um Projeto de DPC. Colocou-se favorável à ampla participação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) neste processo de discussão.

ANISTIA

O Ministro Interino se comprometeu em assinar e encaminhar, até terça-feira(08/06), os textos legais referentes ao assunto.

DIAS PARALISADOS

O CNUG explicitou que o seu entendimento sobre esta questão, após a reunião de quinta-feira(03/06), era o seguinte: 1) O governo anistiará os dias da greve até o dia da reunião do CNUG com o Presidente Itamar (24/05) e 2) Caso a plenária

deliberasse pelo incetivo de fim de greve, o governo, ao considerar a data da plenária como data de fim de greve, teria nos sinalizado com o não desconto dos dias de greve decorridos entre a audiência com o Presidente e a data da plenária.

Causou-nos surpresa a declaração do Ministro da SAF, hoje (04/06), à TV Bandeirantes, afirmando que os últimos dias de greve seriam descontados.

O Secretário-Adjunto da SAF declarou que, com base em conversas com o titular da SAF, poderia nos dizer que a declaração do Ministro Canhim teria sido a seguinte: os últimos dias de greve (25/05 a 03/06) deveriam ser pagos de alguma forma, incluindo a reposição do trabalho, que isto seria negociado após o final efetivo da greve.

Foram firmados verbalmente os seguintes compromissos:

1) Após o final da greve o governo negocia os últimos dias de paralisação e há a possibilidade de ser aceita a proposta de não desconto com reposição do trabalho;

2) Caso a negociação dos dias paralisados não seja concluída até 20/06 (data provável para o processamento da folha) o MTb e a SAF tomarão providências para que os descontos não sejam efetuados enquanto a negociação não for concluída;

3) Na reunião marcada para a próxima quarta-feira (09/06), no MTb, caso a greve tenha sido encerrada, já poderá ser iniciada a negociação dos dias paralisados.

POLÍTICA SALARIAL E ISONOMIA

O Ministro Interino informou que está trabalhando na redação final dos textos dos Projetos de Lei e deverá apresentá-los ao Presidente da República até quarta-feira (09/06), comprometendo a entregar cópias dos Projetos ao CNUG.

CONTINUIDADE DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

Os representantes do MTb reiteraram o compromisso com a continuidade da negociação com a CNESF.

PRÓXIMA AUDIÊNCIA ENTRE O CNUG E O GOVERNO

Ficou marcada, na audiência para quarta-feira (09/06), às 18:00 horas, no Ministério do Trabalho, com a presença da SAF.

Brasília, 05 de junho de 1993
CNUG/SPFs

INFORME DA ANDES-SN

Na próxima segunda-feira, 07/06, a ANDES-SN solicitará audiência no MEC para dar continuidade às negociações da pauta específica.

O CNG SOLICITA AOS CLGs A DIVULGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DESTA COMANDO A TODAS AS ENTIDADES LOCAIS DOS SPFs.

NOTA COMPLEMENTAR À TABELA DE "SIMULAÇÃO DA POLÍTICA SALARIAL ESBOÇADA NO GOVERNO enviada pelo ofício circular no. 156/ANDES-SN/93 de 04/06/93, anexo ao fax 17, CNG/ANDES-SN.

Cálculo dos índices de reajuste:

Julho/93

Varição IRSM bimestre maio-junho/93=69% $1,30 \times 1,30 = 1,69$

Índice de julho=0,50x69=34,50

Setembro/93

Varição IRSM quadrimestre maio-agosto/93=185,61%

$1,30 \times 1,30 \times 1,30 \times 1,30 = 2,8561 (2,8561 - 1) \times 100 = 185,61$

80% do IRSM=148,49%

$0,80 \times 185,61 = 148,49$

Índice de setembro/93 (desconto da antecipação)=84,75%

$2,4849 / 1,3450 = 1,8475 (1,8475 - 1) \times 100 = 84,75\%$

Maior/93

90% do IRSM=167,05%

$0,90 \times 185,61 = 167,05$

Índice de maio/94=98,55

$2,6705 / 1,3450 = 1,9855 (1,9855 - 1) \times 100 = 98,55$

FAX Nº 018/CNG/ANDES-SN/93

Brasília, 06 de junho de 1993

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA
PELO GOVERNO Elaborado pelo GT-
Verbas/ANDES-SN, aprovado pelo CNG

INTRODUÇÃO

Recebida verbalmente em 02/06/93 e distribuída às bases do MD, a Proposta de Política Salarial dos SPFs apresentada pelo Governo Itamar já pode ser melhor avaliada em seus desdobramentos e projeções. Esta tarefa requer ainda acompanhamento ao longo dos próximos 12 meses, dado que ela deve vigorar até junho de 94 e se mostra de difícil análise, pela própria impossibilidade de projeções de longo prazo para a economia brasileira. Além do mais, a vinculação da proposta ao IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo) que não reflete a inflação oficial, não nos deixa clareza quanto as possibilidades de futuro uso político por parte do Governo. Acrescenta-se que a subordinação da política salarial à "variação da receita líquida de impostos permanentes da União" complica ainda mais uma avaliação da proposta.

PS1 - Todas colaborações enviadas pelas ADs e seus CLGs foram examinadas e ajudaram neste trabalho. Até o momento em que fechamos este texto. Listamos contribuições das seguintes ADs: ADUFPeI, ADUFF, ADUFPB-JP, ADUFMS, ADUFRJ, ADUFRGS, ADUFG, SEDUFMS, ADURN, APUB.

PS2 - O GT-Verbas da ANDES-SN alerta aos companheiros para incorreções na terminologia usada no documento "Simulação do Esboço a Proposta da Política Salarial para os SPFs" divulgada no FAX/ANDES-SN no. 17 de 04.06.93. Onde está escrito "salário nominal", leia-se "salário contratado". A expressão "salário real" corresponde a "salário relativo" que mede o poder de compra do salário contratado no final do mês trabalhado.

1. COMENTÁRIOS GERAIS

1.a) Na Tabela-I, analisamos o salário de um Auxiliar-1, em regime de trabalho de 20h (Aux. 1/20h). O nível C-1/20h do 1o. e 2o. graus tem comportamentos idênticos, com diferenças apenas no período de negociação após a greve de 91 (entre set/91 e mar/92) e, portanto, vamos considerá-los equivalentes para fins desta análise.

1.b) Neste estudo da proposta considerou-se o ICV-DIEESE, como equivalente ao IRSM que o governo diz que irá utilizar como índice inflacionário referencial. Ao longo dos últimos 12 meses eles estão empatados (IRSM ficou 1,7% acima do ICV-DIEESE). Estamos pesquisando a composição do IRSM para avaliar sua tendência futura.

1.c) Para o mês de maio/93 considerou-se o ICV projetado segundo um ajuste linear sobre os meses de fev/92 a abr/93. Nos meses subsequentes considerou-se a inflação fixa em 29%, correspondendo ao arredondamento desta mesma projeção para o mês de jun/93. Estes valores inflacionários levam em consideração que o cenário econômico mais provável é o de que não há qualquer sinal de mudança na orientação econômica que aponte para uma explosão ou retração inflacionária. Sem política salarial definida, os padrões típicos na folha de pagamento uma fonte de recursos extraordinários - têm um ganho adicional cada vez que reajustam os preços e não reajustam salários. O mesmo se processa nas transações entre setores econômicos oligopólicos e empresas de menor porte. Para que eles querem mudança?

1.d) Os reajustes registrados na Tabela-I correspondem à aplicação da política prometida (com observada no item 1.b): 50% da diferença de índice de inflação no bimestre, 80% no quadrimestre, integralização de 10% da inflação na data-base (jan/94) e 90% da inflação no quadrimestre que se completa em maio/94. Foram acrescidos também os percentuais efetivos para a GAE, nos meses respectivos (veja observação abaixo - 1.e).

1.e) Os reajustes reais representados pelos acréscimos da GAE estão listados na Tabela-II. Perceba-se que a GAE dá um reajuste efetivo de 44,44% pois hoje nós já recebemos os 80% (1,0 x 1,4444 = 2,60 ou 160%).

Ao mesmo tempo, temos que considerar que estes valores são percentuais máximos, válidos apenas para quem está a caminho de entrar na instituição. Havendo gratificação por tempo de serviço ou outro tipo de gratificação, como periculosidade ou difícil acesso, a GAE não incidirá sobre eles. A Tabela-III ilustra qual a perda para gratificações de 20 e 30%, nos casos de GAE de 80 e 160%, respectivamente.

2. AVALIAÇÃO DOS REFLEXOS ECONÔMICOS

A Tabela-I mostra a evolução do poder aquisitivo do salário de um AUX.1/20h, desde o início do governo Collor e incluindo as projeções de reajustes da política salarial prometida (com as limitações e aproximações listadas no item-1) acima.

Na Tabela-IV temos as diferenças percentuais entre o salário médio projetado para 1993 e os anos anteriores. O salário médio é uma medida equivalente da massa salarial que se recebeu no ano ou, do poder de compra do ano. Sob este ponto de vista o ano de 1993 poderá ter um poder aquisitivo 26,5% acima daquele de 1992. Lembremos que 92 foi o fundo do poço da nossa história salarial recente. Mas ele fica 11,4% abaixo do ano de 1991 e 47% abaixo do ano de 1990. Note-se que março e janeiro de 1990 não correspondem ao nosso referencial histórico de salário - numa escala de 0 a 100, mar/90 vale 59,032% do salário de 01/abril/87 e, portanto, no início do governo Collor já tínhamos uma séria perda acumulada.

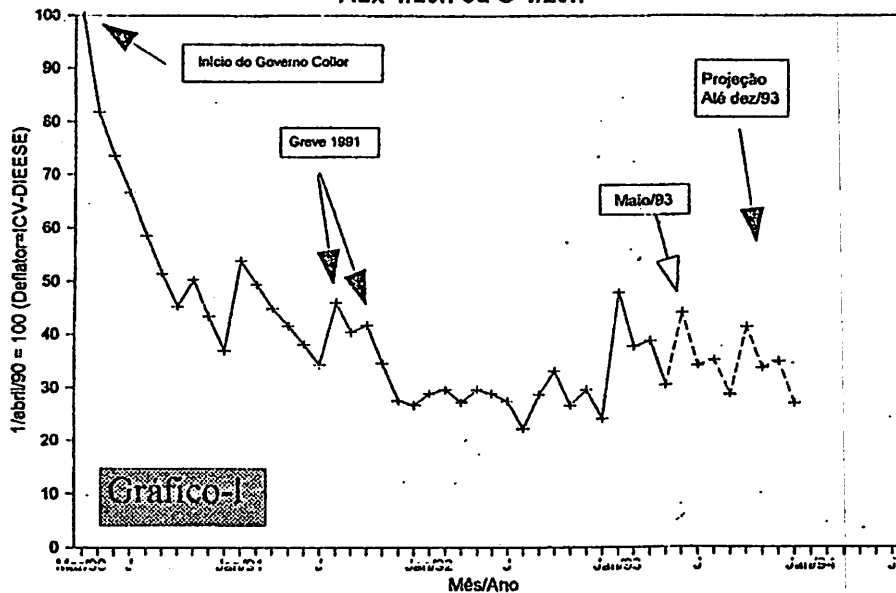
De qualquer forma, se estas previsões e promessas se confirmarem, representarão um ganho médio relativo ao ano passado (1992) de 26,5%. Circunstancialmente é razoável, historicamente é pouco. Vale dizer que o ajuste da GAE será pago, com folga, pelas perdas inflacionárias nos meses sem reajuste. Portanto, a GAE não representará ganho algum, mas apenas atenuação de perdas. Do ponto de vista do Tesouro também, os acréscimos de despesas na folha global serão minimizados, pois os que já têm a GAE estabilizada não receberão estes adicionais.

Apesar da tabela incluir projeções para o ano de 1994, é temeroso considerá-las. Isto porque a possibilidade de um reajuste correspondente a 100% da inflação no período é muito duvidosa. Além disso, as diferenças entre o ICV-DIEESE e o IRSM tendem a crescer com o tempo, tornando precária a aproximação considerada (item 1.b) e mesmo as projeções de índices ficam muito subjetivas. Valem, portanto, apenas como ilustração.

O Gráfico-I permite visualizar os números apresentados na Tabela-I, até dez/93. O Gráfico-II completa o trecho até jun/94 o qual, como dissemos acima, é de pouca confiabilidade. Aponta uma recuperação de salários em prazo muito distante e que terá que vencer todas as artimanhas e armadilhas do caminho.

Finalmente, note-se que as perdas acumuladas desde abril de 90, mesmo com o índice de 85%, ainda atingem 128%. A recuperação dessas perdas faz parte de nossa pauta específica.

Projeção e Salário Real Aux-1/20h ou C-1/20h



Projeção e Salário Real Aux-1/20h ou C-1/20h

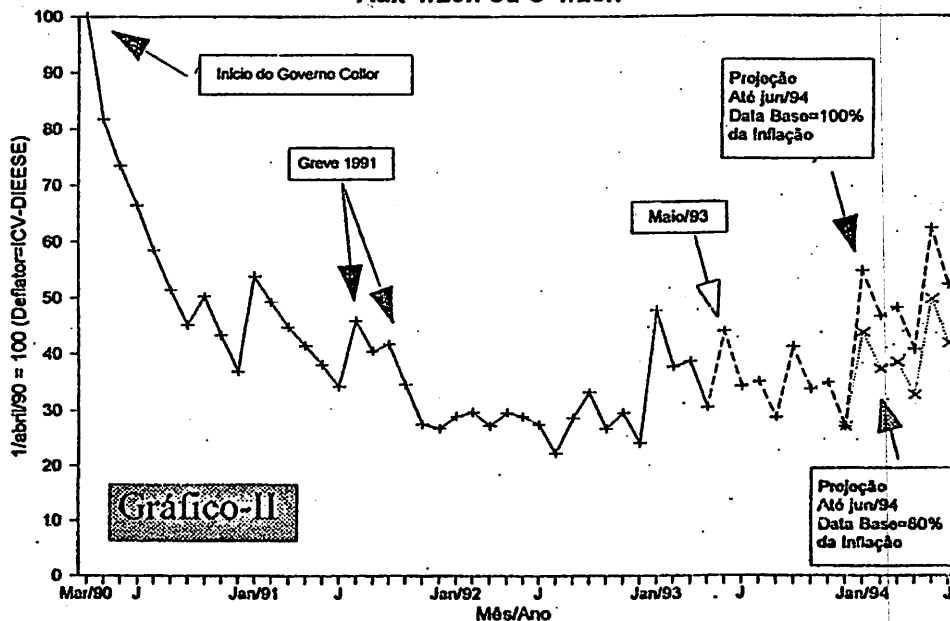


Tabela-I

DATA	ICV DIEESE (MAR/78= 100)	ICV DIEESE MENSAL	Auxiliar I/20h (3º Grau)		
			C-1/20h (1º e 2º graus)		
			Reajuste	Salário Relativo 1/Abr/87=100	Salário Relativo 1/Abr/90=100
J/90	168748257	74,30	89,18	58,599	
F	299072536	77,23	66,15	54,935	
M	537373533	79,68	93,08	59,032	100,000
A	657154094	22,29	0,00	48,272	81,773
M	730952498	11,23	0,00	43,399	73,517
J	808141082	10,56	0,00	39,253	66,495
J	918290712	13,63	0,00	34,545	58,519
A	1045290317	13,83	0,00	30,348	51,409
S	1188913206	13,74	0,00	26,682	45,199
O	1389839538	16,90	30,00	29,672	50,264
N	1612352848	16,01	0,00	25,577	43,327
D	1887581480	17,07	0,00	21,848	37,010
J/91	2348717635	24,43	81,00	31,780	53,835
F	2804368856	19,40	9,36	29,108	49,308
M	3084525305	9,99	0,00	26,464	44,830
A	3329128162	7,93	0,00	24,520	41,536
M	3626419307	8,93	0,00	22,510	38,131
J	4036204638	11,30	0,00	20,224	34,260
J	4572616292	13,29	51,80	27,100	45,906
A	5194034846	13,59	0,00	23,857	40,414
S	6035468491	16,20	20,00	24,638	41,736
O	7288431749	20,76	0,00	20,402	34,561
N	9165931768	25,76	0,00	16,223	27,482
D	11332758038	23,64	20,00	15,745	26,673
J/92	14662322349	29,38	40,00	17,038	28,862
F	17867506015	21,86	25,00	17,477	29,606
M	22245044988	24,50	14,29	16,043	27,177
A	26638441373	19,75	30,00	17,416	29,503
M	32592133020	22,35	19,23	16,972	28,751
J	39772179925	22,03	16,13	16,152	27,361
J	49146482733	23,57	0,00	13,071	22,142
A	59477073404	21,02	56,00	16,849	28,542
S	73133009457	22,56	42,45	18,520	33,007
O	90889704153	24,28	0,00	15,706	26,607
N	113403083872	24,77	38,46	17,430	29,526
D	139111562986	22,67	0,00	14,209	24,070
J/93	184879267208	32,90	163,92	28,217	47,799
F	234094128139	26,62	0,00	22,285	37,750
M	303620084197	29,70	33,00	22,852	38,710
A	385961851031	27,12	0,00	17,976	30,452
M	494803093021	28,2	85,00	25,941	43,944
J	638295989998	29	0,00	20,109	34,065
J	823401827097	29	32,69	20,684	35,039
A	1062188356955	29	5,56	16,925	28,671
S	1370222980472	29	85,93	24,394	41,323
O	1767587644809	29	5,26	19,905	33,719
N	2280188061804	29	33,21	20,554	34,818
D	2941442599727	29	0,00	15,933	26,991
J/94	3794460953648	29	161,47	32,295	54,707
F	4894854630205	29	10,00	27,538	46,650
M	6314362472965	29	33,21	28,436	48,170
A	8145527590125	29	9,09	24,047	40,736
M	10507730591261	29	97,10	36,743	62,242
J	13554972462727	29	8,33	30,856	52,270

OBS. Os percentuais de reajuste, a partir da implantação da GAF, são valores máximos válidos para quem não tem qualquer gratificação.

TABELA II

Percentagem de ganho com a GAE em relação à tabela-base

Mês/Ano	Parcelas	% Efetivo p/ um iniciante	% Efetivo p/ adicional 20%	% Efetivo p/ adicional 30%	Valor da GAE (total %)
Ago.93	10	5,56	4,63	4,28	90
Out.93	10	5,56	4,38	4,05	100
Dez.93	zero (devido ao 13º)	-	-	-	100
Fev.04	20	10,00	8,33	7,69	120
Abr.94	20	9,09	7,57	6,99	140
Jun.94	20	8,33	6,94	6,41	160

OBS: Considerando um salário de valor 100, e aplicando-se a GAE atual de 80%, totaliza-se um valor bruto de 180. Quando a primeira parcela de 10% da GAE for acrescentada para totalizar 90%, o valor bruto do salário passará para 190, representando um acréscimo efetivo de 5,56%. Estes percentuais são válidos para quem não tem adicionais (coluna de iniciante). Para quem tem adicional o acréscimo da GAE é ainda menor, pois ela não incide sobre o adicional (tempo de serviço, difícil acesso, insalubridade etc). As colunas de 20 e 30% de adicional ilustra os valores efetivos nessas circunstâncias.

TABELA III

Perdas pela não incorporação da GAE

Adicional por tempo de serviço e outras gratificações (%)	GAE (%)	% de perdas com relação ao salário básico	% efetivo de reajuste
0,0	80	0,0	80
0,0	160	0,0	160
0,0	80	16,0	66,7
20,0	160	32,0	133,3
20,0	80	24,0	61,5
30,0	160	48,0	123,1

OBS: quanto maior a gratificação ou tempo de serviço, menor será a percentagem de ganho efetivo com a GAE.

TABELA IV

Diferença relativa do salário médio de 1993 com relação aos outros anos

Ano	Salário médio	Diferença (%) - Sal Méd/93 = 20,863
1993	20,863	0,0
1992	16,490	26,5
1991	23,548	-11,4
1990	39,347	-47,0
1989	57,792	-63,9
1988	69,707	-70,0
1987*	70,666	-70,5

* No ano de 1987, considerou-se apenas os últimos 8 meses.

ATIVIDADES DA SEMANA

Dia: 08. 6.93 - terça-feira
Local: Aud. de Música, às 17:00h
Recital de Violoncelo

"UNIVERSIDADE EM DEBATE

- "Relações de Poder na Universidade" (com representantes da AI UFPB-JP/SSind, SINTESPB, DCE e Administração Superior) - Dia: 09.06.93 - (quarta-feira), no Auditório, 09:00h - *Seminário*

Debate sobre Política Fiscal

Com o Prof. Décio Garcia Munõz (UnB) e Rômulo Polari (UFPB), dia: 09.06, às 09:00h, no Aud. CCSA - *Seminário*

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembléia Geral**

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind convoca seus associados para a Assembléia Geral a realizar-se no dia 08 de junho (terça-feira), às 09:00 horas, no Auditório da Reitoria.

Pauta: 1) Informes; 2) Devolução do Imposto Sindical; 3) Cobrança da Taxa Assitencial; 4) Encaminhamentos.

João Pessoa, 06 de junho de 1993
Maria do Socorro Xavier Batista
Presidente

Publicado na Edição do dia 06.06.93. 1º Caderno dos Jornais "O Norte" e "Correio da Paraíba"

REFLEXÕES SOBRE A CRISE ATUAL NA UFPB*

Preocupados com a atual situação pela qual passa a UFPB, resolvemos trazer algumas questões para a discussão com nossos colegas. A dimensão da crise enfrentada pela UFPB nesse momento exige que reflitamos acerca de nosso projeto de Universidade, para onde vamos e o que queremos.

Estamos com nossas atividades paralisadas há quase 30 dias. Aderimos a uma greve conjunta do funcionalismo público federal, a primeira greve geral desse setor, com repercussão nacional, visando a definição de uma política de salários.

Soma-se a isto, hoje na UFPB, a dimensão assumida por pendências judiciais, principalmente a dos 84,32%, que se confundiu com a greve nacional. Esquecemos o motivo da greve. Discute-se apenas os 84,32% e, ainda assim, não discutimos com a necessária clareza as seguintes questões: quais os riscos da retirada da ação rescisória para a universidade como um todo, para a reitoria e para o ganho dos 84,32%? Quais as expectativas positivas que podemos esperar para o caso da não retirada da ação? Em outras palavras, quais as chances de o TRT dar ganho de causa ao empregador, alterando decisão anterior sobre a questão?

Devemos ter presente que interesses políticos e eleitoreiros fazem a festa e marcam posição, com discursos inflamados que, aproveitando o emocionalismo instalado nessa universidade, se utilizam de antigas e justas aspirações da comunidade para voltar a ocupar os espaços que perderam com a última eleição para reitor.

A reitoria contribuiu em parte para essa confusão, pela frustração de expectativas que tem em marcado esses primeiros seis meses de administração. Se, no início, sua política de alianças garantiu a eleição e a posse, a partir de certo ponto passou a dificultar a realização do projeto que ela representa. Mesmo assim, esta é a primeira reitoria na UFPB a

representar um projeto que consta das lutas do movimento docente.

Devemos ter claro que houve mudanças significativas na condução da instituição e precisamos lutar pelo aprofundamento dessas mudanças e pela permanência de um projeto de universidade que é nosso e que, no caso particular da UFPB, depende de quem ocupa os cargos. Por isso, repudiamos quaisquer tentativas de desestabilizar esta universidade.

A discussão centrada nos 84,32% impediu que fosse analisada nossa participação na greve nacional dos servidores públicos. Não respondemos às seguintes questões: se entramos conjuntamente, devemos sair conjuntamente para evitar o desgaste do esvaziamento? Será que vamos conseguir, isoladamente, aquilo que no conjunto dos servidores públicos federais, em greve com repercussões na imprensa, não conseguiu? São questões que merecem reflexão, como pré-requisito para o encaminhamento de nosso movimento.

*DOCUMENTO ELABORADO PELOS SEGUINTESS PROFESSORES:

Cleonice Pereira dos Santos Camino - DP - CCHLA; Jacob Carlos Lima - DCS - CCHLA; Leoncio Camino -DP -CCHLA; Marcos Ayala - DCS - CCHLA; Maria da Graças Brito Cavalcanti - DP-CCHLA; Maria Ignez Novais Ayala- DLCV-CCHLA; Maria Stella C. de Alcantara - DP-CCHLA; Maria Tereza de Mello B. Campello- DP CCHLA; Roberto Markenson - DF-CCHLA; Tereza Mitsunaga - DPS- CCS.

Seguem-se mais de 70 assinaturas.

Colaboração recebida

O professor Rômulo Soares Polari, diretor do CCSA, elaborou estudo detalhado da proposta de política salarial apresentada pelo governo; seus resultados geram gráficos semelhantes aos aqui apresentados. No próximo boletim seu trabalho será divulgado.



BOLETIM INFORMATIVO DO COMANDO DE
GREVE DOS DOCENTES DA UFPB JP
João Pessoa - Paraíba - Nº 08
09 junho 1993

FAX 021 CNG/ANDES - SN/93 Brasília, 07 de junho de 1993

Do: Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES-SN/93)

Para: AD's SSind Federais

AD's presentes no Comando Nacional de Greve (07/06):

ADCEFET-MG (Valmir), ADUA (Alberto), ADUFAC (Elvira), ADUFAL (Luiz) ADUFC(Dilmar), ADUFEPE (Marigia), ADUFERPE (Lúcio), ADUFES (Fábio), ADUFMAT (Tomás), ADUFMS(Amarílio), ADUFPA (Luciene), ADUFPb-CG (Eduardo), ADUFPb-JP (Paulo Coelho), ADUFPb-Pt (Edísio), ADUFPel (Eliane), ADUFPI (Antonio José), ADUFPR (Perna), ADUFRGS (Vanderici), ADUFS (Jorge), APUFSC (Riário), ADUFSCar (Feúro), ADUFU (Tarcísio), ADUNIR (Israel), ADUR-RJ (Luis Seixas), ADURN (João Wanderley), APESJF (Luiz), APROFURG (Méri), APUB (Câmara), APUBH (José Antonio), ASPUV (Allain).

Diretores Presentes: Márcio, Américo, Paulo Rizzo, Cunha e Annie.

INFORMES/GREVE:

43 AD's em Greve 07/06: ADUA, ADUFAC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPb-JP, ADUFPb-CG, ADUFPb-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNIR-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ADUFRGS, SEDUFMS, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPel, ADUNIR, APROFURG, ADCEFET-MG, ADUFC, ADUFRJ, ASPUV, ADURN, ADUFAL, APUBH, APROEFEL, ASPESAL, ADUFU, ADCEFET-RJ, ADUFG, APUFP, ADUFOP.

ERRATA AO FAX 019 CNG/ANDES-SN/93:

- 1 - Onde se lê "06 de maio de 1993" leia-se "06 de junho de 1993".
- 2 - Inclui nos informes das AGs de 04/06, ADUFEPE - Continuidade da greve com os SPFs. Apresentou sugestão de contra proposta.
- 3 - Excluir ASPU das AGs do dia 07/06.
- 4 - Substituir ADUFMT por ADUFMAT-MT em próximas AGs do dia 07/06.
- 5 - No RELATÓRIO DA PLENÁRIA DOS SPFs EM GREVE, no item 4, letra f, onde se lê "deverão acontecer até segunda-feira (08/06)" leia-se "deverão acontecer até terça-feira (08/06)".

INFORMES DAS AD's

AD's que realizaram AGs em 07/06:

AD's	Asso- ciados	Presentes	Deliberações
ADUR-RJ	554	61	Indicativo de saída de greve de forma unificada.
ADUFPel	929	160	Continuidade da greve (sem discutir se geral ou específica)
ADUFAL	846	s/inf.	Indicativo de saída de greve para 09/06, mas acata decisão nacional.
ADUFEPE	1341	131	Indicativo de saída de greve para 09/06.
ASPESAL	133	75	Indicativo de saída de greve de forma unificada para 09/06.
APROEFEL	30	40	Indicativo de saída de greve para 14/06.
ADUFMAT	1080	189	Continuidade da greve por pauta específica.
ADCEFET-RJ	179	77	Suspensão da atividade da greve a partir de 08/06.
ASPUV	726	250	Continuidade da greve por pauta específica.
ADUFSCar	521	s/inf	Continuidade da greve pela negociação da pauta específica junto ao MEC.
ADUA	560	156	Indicativo de saída de greve sem mencionar data.
ADUFRGS	1911	270	Continuidade da greve por pauta específica.
APUB	1925	145	Indicativo de saída de greve de forma unificada.
ADUFC	1264	240	Indicativo de saída de greve de forma unificada para 09/06.
ADUNIR-Rn	260	90	Continuidade da greve (sem mencionar se geral ou por pauta específica).
ADUFS	430	s/inf.	Continuidade da greve (sem mencionar se geral ou por pauta específica)
ADUFPb-Pt	84	s/inf.	Continuidade da greve por pauta específica.

Sobre o envio deste quadro às ADs, contendo os resultados das AGs realizadas em 07/06/93, surgiram duas propostas:

Proposta 1 - Que fosse encaminhado às ADs o quadro parcial com as deliberações aprovadas.

Proposta 2 - Que não fosse encaminhado às ADs o quadro parcial com as deliberações aprovadas.

Votaram na proposta 1 (23 votos): ADCIFET-MG, ADUA, ADUFAC, ADUFAL, ADUFC, ADUFEPE, ADUFERPE, ADUFMS, ADUFPA, ADUFPb-CG, ADUFPb-JP, ADUFPb-PI, ADUFPI, ADUFPR, ADUFS, APUFSC, ADUNIR, ADUR, ADURN, APROFURG, APUB, APUBH e ASPUV.

Votaram na proposta 2 (6 votos): ADUJUS, ADUFMAT, ADUFRGS, ADUFSCar, ADUFU e APES - JF.

Abstenções (1 voto): ADUFPel.

Declarações de voto: 1 - ADUFPel (Eliane) - "Me abstive porque a socialização da informação para mim é uma questão de princípios. Deixamos de enviar, a pouco tempo, uma discussão de avaliação não consensual a de unidade que não abarcou a riqueza da discussão aqui realizada, para mim, decisiva para os rumos da greve".

2 - ADUFES (Fábio) - "Coerentemente com a deliberação do CNG/ANDES-SN de consultar as AGs em rodada nacional, dias 7 e 8, e não indicar tendências, para posteriormente, de posse do quadro nacional, indicar para as bases os rumos do movimento, votei contrário ao encaminhamento do quadro parcial das AGs do dia 7 no Fax do dia 7, para que o debate das AGs do dia 8 se dê em igualdade de condições às AGs do dia 7, isto é, decisão com base em Avaliação e Perspectiva do Movimento e na realidade local. Ao mesmo tempo era fundamental que cada delegado, usando da sua autonomia, repasse aos CTs o quadro para que cada AD decida da conveniência ou não da AG tomar conhecimento do quadro parcial no início da assembleia. Tanto assim que tomei essa atitude há pouco."

ADs com AGs em 08/06: ADCIFET-MG, ADUFES, ADUFPA, ADUFPb-JP, ADUFPI, APUFPR, SEDUFMS, SINDOCIFET-PR, ADUFERPE, ADUFS, ADUFAC, APROFURG e ADUFMS.

AMPLIAÇÃO DO PRAZO PARA RODADA DE AGs.

A ADUFSCar propôs a ampliação dos prazos de AGs para 14 ou 15/06, para que o CNG possa fazer uma avaliação substantiva do processo sobre a possibilidade de continuidade de uma greve específica ou de indicativo de saída unificada. Outra proposta contrária foi pela manutenção do calendário já encaminhado às ADs no Fax 019, página 7, ou seja, até quarta-feira, dia 09/06.

Pela alteração do calendário (proposta ADUFSCar): 6 votos.

Pela manutenção do calendário (Fax 019): 2 votos.

Abstenções: 1 voto.

Declarações de voto: 1 - ADUFMAT (Tomás) - "Quanto à votação de deliberação do CNG sobre a necessidade de convocar as AGs para até o dia 09/06 - incluída esta decisão no Fax 19 no CNG - quero declarar o meu voto nesta votação (proposta da ADUFSCar para o adiamento desta data) em favor da informação dada pela mesa de que o envio destacado da decisão acima referida em Fax nº 20/ Urgente não foi uma decisão de reunião do CNG."

2 - ADUFRGS (Vanderlei) - "Voto pela manutenção da assembleia para quarta-feira devido ao Fax 20, onde uma mudança de data promoveria certa dificuldade para o comando local mobilizar nova data. Sou favorável à discussão política do CNG independentemente do resultado do movimento."

3 - ADUFPel (Eliane) - "Votei pelo adiamento da rodada de AGs do dia 09/06 na tentativa de evitar que, de antemão já se coloque o problema da dificuldade de uma avaliação substantiva à respeito dos rumos do movimento, no curto prazo de tempo que temos entre as deliberações da rodada de AGs realizadas nos dias 07 e 08/06 e a rodada do dia 09/06.

*Obs: A respeito do Fax nº 020, o CNG, com apenas uma abstenção, aprovou o seguinte: A deliberação de enviar o Fax 020 foi tomada por Paulo Ribeiro, 1º Vice-Presidente da ANDES-SN, na manhã do dia 07/06, em função de se garantir que a rodada de AGs proposta pelo CNG (Fax 019) se desse no período da tarde para assegurar que as informações e avaliações do CNG chegassem a tempo às AGs. O CNG considera, portanto, que ela foi correta.

CONTRAPROPOSTA ELABORADA COM BASE NAS SUGESTÕES ENCAMINHADAS POR DIVERSAS AD's E APROVADA PELO CNG DA ANDES-SN A SER ENCAMINHADA AO CNUG DOS SPF's E ÀS AD's SSIND PARA CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

1 - GAE

1.1 - Sobre os índices:

Junho: 80 para 100%

Agosto: 100 para 120%

Outubro: 120 para 140%

Dezembro: 140 para 160%

1.2 - Incorporação da GAE aos vencimentos a partir de junho/93.

2 - POLÍTICA SALARIAL

2.1 - Política salarial desvinculada da receita

2.2 - Mesma política do setor privado, com flexibilidade de negociação em torno da mesma:

60% da inflação no bimestre

100% da inflação no quadrimestre

3 - FGTS

3.1- Liberação do FGTS dos SPFs até dezembro/93.

4 - DIRETRIZES DE PLANOS DE CARREIRA

4.1 - Formação imediata de comissão, com a participação efetiva dos SPFs, para elaboração das diretrizes.

4.2 - Prazo de 60 dias para apresentação de projeto de Planos de Carreira pelo governo

5 - 28,26% CONCEDIDOS AOS MILITARES

Tendo por base o encaminhamento apresentado pela APUFSC, no sentido do "pagamento imediato dos 28,26% concedidos aos militares, retroativos a janeiro de '93", seja também estendido aos servidores civis, deliberou o CNG-ANDES no sentido de que:

- 1) far-se-á um levantamento exaustivo sobre esta questão para que se possa ter clareza do ocorrido e certeza do direito de extensão desse índice aos servidores civis;
- 2) se comprovado o direito de extensão deste índice aos servidores civis, a ANDES/SN buscará obtê-lo politicamente, bem como subsidiará as AD's para possíveis ações judiciais.

DELIBERAÇÕES DO CNG

Tema 1: Contraproposta à proposta do governo

1a. Votação

Proposta 1: Não discutir, antes do retorno das AG's a contraproposta à proposta do governo.

Proposta 2: Discutir uma contraproposta para encaminhar ao CNUG.

Resultado da votação: Com apenas duas abstenções, foi aprovado que se discutisse e deliberasse sobre uma contraproposta à proposta do governo.

2a. Votação

Proposta 1: Levantar ao CNUG uma contraproposta completa.

Proposta 2: Que o CNG-ANDES/SN leve ao CNUG os princípios e a periodicidade para a contraproposta.

Resultado: Por ampla maioria, foi aprovada a proposta 2.

3a. Votação: sobre o zeramento da inflação

Proposta 1: Zeramento da inflação em janeiro '94

Proposta 2: Zeramento da inflação no quadrimestre.

Resultado da votação: venceu a proposta 2 com 14 votos.

Obs.: Votaram na proposta 2, os delegados das seguintes AD's: ADUFPA, ADUFMS, ADUFRGS, ADUFPB-CG, ADUFAC, APUFSC, APUB, ADUA, ADUFC, ADUFPB-PT, ADUNI Rio, ADUFS, ADURRJ, ADCEFET-MG.

Votaram na proposta 1 os delegados das AD's: ADUFFI, ADUPB JP, ADUFAL, ADUFES, ADURN, ADUFU.

Abstenções: ADUFMAT.

Sobre esta questão houve declaração de voto das seguintes AD's:

ADUFMAT (Tomás) "Em face de decisão de base, desde as AG's dos dias 02/06 e 04/06, de não considerar a proposta do governo sequer oficial e reforçando a política salarial apresentada pela pauta geral de reivindicações de reajuste salarial mensal acompanhando a inflação sem vinculação à receita, abstenho-me por considerar esta votação inócuo e extemporânea politicamente, por entender: 1) que a proposta original dos SPFs quanto à política salarial é a mesma da pauta original e referendada pela plenária de 03/06; 2) que o CNG-ANDES/SN aguarda, neste momento, informações e subsídios de suas bases, em função dos teores e conteúdos dos Fax 18 e 19 para tomar posições que tenham respaldo de representatividade das mesmas; 3) que a perspectiva da discussão e decisão do Projeto Paim coloca o conjunto dos trabalhadores e consequentemente os SPFs, ainda na luta imediata da política salarial de sua pauta geral de reivindicações".

ADUFES (Fábio) "Votei na proposta 1 (zerar a inflação em janeiro '94), apesar da AG ADUFES-SSIND ter indicado a atual política salarial do setor privado como parâmetro para negociação por entender que uma política salarial que, em termos de massa salarial não seja inferior à atual do setor privado e ao mesmo tempo não exija zerar a inflação no quadrimestre, daria ao movimento parâmetros, mais realista de conquista no momento, sendo, no meu entender, o encaminhamento político mais correto. A proposta que apresentei foi: 80% da inflação no bimestre, 90% no quadrimestre, descontada a antecipação, e zerar a inflação de '93 em janeiro/94".

ADURN (João) "Apesar de contrariar um encaminhamento da minha AG para este CNG, propondo uma alternativa de proposta de política salarial, a ser negociada com o governo, ao mesmo tempo em que solicita empenho do CNG-ANDES/SN no sentido de manter a unidade do movimento grevista dos SPFs, votei nesta proposta por entender que esta é, de fato, aglutinadora de forças dentro desse processo de greve e, portanto, abre reais possibilidades de recuperação e fortalecimento desta luta na tentativa de buscar abertura de negociações, por parte do governo".

ESCLARECIMENTO ÀS ADS S.SIND

Tendo em vista o fato de que algumas AD's-SSIND apresentaram ao CNG-ANDES/SN, para encaminhamento à CUT, opções de repúdio a supostas declarações do dirigente da Central, Antonio Carlos de Andrade, ao jornal TJ Brasil/SBT do dia 03/06, que foi ao ar às 19:45 h, antes da Plenária dos SPFs, o CNG transcreve, abaixo, as falas de forma fidedigna e integral, tendo por base fita de vídeo obtida junto à empresa especializada.

Fala do repórter: "...O Comando de greve quer esse 160% já, mas aceita discutir as antecipações e os reajustes quadrimestrais proporcionais à arrecadação de impostos".

Fala de Antonio Carlos: "...É uma proposta que devemos analisá-la com cuidado. Há espaço para discutirmos".

Este esclarecimento deve-se ao fato de que as referidas opções, no entender do CNG-ANDES/SN, parecem não se ter baseado em informações fidedignas.

AUDIÊNCIA NO MEC EM 07/06/93

Presentes: MEC (Rodolfo Pinto da Luz - Secretário da SESU), ANDES/SN (Annic e Eliane) e FASUBRA (Almir).

Foram tratados os seguintes pontos:

1. Isonomia interna nas IFES: MEC afirmou disponibilidade política de negociar a URP (26,05%) e informou da solicitação que fez de um levantamento junto às IFES para avaliar impacto na folha de pagamento. Promete esses levantamentos para, no máximo, vinte dias, a depender dos informes administrativos das mesmas. Compreende a Isonomia como uma questão geral dos SPFs e, portanto, fora do seu alcance.

2. Corte de ponto: MEC não foi informado oficialmente sobre nenhuma ameaça de corte de ponto. Compromete-se a dialogar, atrelando esse diálogo à reposição.

3. Derrubada do veto do PL que instituiu tabela única (FASUBRA). O secretário da SESU comprometeu-se a interferir nas audiências que foram agendadas para esta semana em 09/6 (com ministro interino) e em 11/06 (com o Ministro da Educação, ainda não confirmada).

Obs.: Questão do Projeto PAIM

Tendo em vista que a CUT Nacional aprovou uma jornada nacional de luta pela aprovação do Projeto de Política Salarial do deputado Paulo Paim, que tem sua votação prevista para 21/06, o CNG-ANDES/SN levará à reunião do CNUG a proposta de engajamento de todas as entidades de SPF nessa luta.

O CNG entende que a categoria que mais se mobilizou no período recente tem o dever de se engajar com força nesta luta. Os encaminhamentos acerca desta jornada serão repassados para os CLC's após a reunião do CNUG de 08/06.

Entende, ainda, o CNG que esta luta se combina com o esforço de obter negociação com o governo sobre a política salarial, mesmo que venha a se encerrar a greve dos SPFs.

CNG-ANDES/SN, BRASÍLIA, 08 DE JUNHO DE 1993, 7:05 h.
COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATO DA AUDIÊNCIA DO CNUG/SPFs NA SAF NO DIA 07/06/93

Presentes na Audiência:

Governo: Ministro da SAF (Romildo Canhim) e Secret.-Adjunto da SAF (Antônio Carlos).

CNUG: CUT; ANDES-SN; ASSIBGE; CONDSEP; FASUBRA; FENASPS; FENAJUFE e SINASEFE.

Iniciada a audiência os representantes do CNUG cobraram da SAF a necessidade de uma orientação, por escrito, daquela pasta para todos os órgãos da Administração Federal no sentido de que não haja **DESCONTO DE DIAS PARALISADOS** em razão da Greve dos SPFs; uma vez que esta questão está em processo de negociação entre o CNUG e o Governo (SAF e MTb).

O titular da SAF (Ministro Canhim) manteve a posição acordada na audiência do CNUG com o Ministro Interino do Trabalho, Sr. Mozart (com a presença do Sec.-Adj. da SAF (Antônio Carlos), na última sexta-feira (04/06), de que não haverá **DESCONTO DOS DIAS PARALISADOS**. Assumiu o **COMPROMISSO** de que a SAF expedirá um Ofício Circular, hoje, 08/06, a todos os órgãos da Administração Federal, comunicando a **POSIÇÃO DO GOVERNO** e que também entregará cópia do documento ao CNUG na tarde de hoje (08/06).

Foi reiterado na audiência que a **BASE DA NEGOCIAÇÃO** sobre os **DIAS PARALISADOS** será a **REPOSIÇÃO DO TRABALHO**.

Obs. Os outros assuntos discutidos na audiência, referentes basicamente ao Tema DPC e Planos de Carreiras, constarão do próximo Relato do CNUG.

Brasília, 08 de junho de 1993

CNUG/SPFs

FAX 022 CNG/ANDES - SN/93 Brasília, 08 de junho de 1993

Do: Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES-SN/93)

Para: AD's SSind Federais

AD's presentes no Comando Nacional de Greve (08/06):

ADCEFET-MG (Valmir), ADUA (Alberto), ADUFAC (Elvira), ADUFAL (Luiz), ADUFC (Dilmar), ADUFEPE (Marília), ADUFERPE (Lúcio), ADUFES (Fábio), ADUFF (Waldir e Heloisa), ADUFG (Marcos), ADUFMAT (Tomás), ADUFMS (Amarílio), ADUFOP (Frederico), ADUFPA (Luciene), ADUFPB-CG (Eduardo), ADUFPB-JP (Paulo), ADUFPB-PATOS (Edisio), ADUFPEL (Eliane), ADUFPI (Antonio José), APUFPR (Paulo), ADUFRGS (Fernando e Vanderlei), ADUFFJ (Elizabeth), ADUFS-SE (Jorge), APUFSC (Horácio e Graça), ADUFSCar (Pedro), ADUFU (Antônio), ADUR-RJ (Luis), ADURN (João), APES-JF (Luiz), APROFURG (Méri), APUB (Câmara), APUBH (José Antônio), ASPUV (Allain e Schuch),

Diretores Presentes: Márcio, Paulo Rizzo, Cunha, Annie, Américo, Silvio.

ERRATA AO FAX 019 CNG/ANDES-SN/93 - Retirar a frase: (obedecendo a um procedimento semelhante ao nosso, de consulta às bases) do texto de "Avaliação da Greve", pg. 07, 4o parágrafo, 5a. linha.

ERRATA AO FAX 021 CNG/ANDES-SN/93:

- Registre-se a presença do delegado da ASPUV (Schuch);

- Registre-se que o delegado Lúcio da ADUFERPE, no momento da votação "contraproposta do CNG-ANDES à proposta do governo", pgs. 2 (item 2a. votação) e 3, encaminhava-se operando o aparelho de FAX, em função de atividades do CNG e, portanto, não votou.

1 - DELIBERAÇÕES DO CNG EM 08/06/93.

TEMA: REPOSIÇÃO DE AULAS

2 - Foi apresentada e aprovada a seguinte proposta para análise nas AGs:

1 - Que a possibilidade de não reposição de aulas esteja condicionada ao efetivo não pagamento de dias parados.

2 - No caso de reposição de aulas que se busque assegurar ao máximo a qualidade do ensino, condição fundamental do padrão de Universidade defendido pelo movimento docente.

3 - Que a questão da reposição de aulas não seja tratada de modo meramente burocrático e circunscrita apenas à decisão de instâncias administrativas; encaminhamento que estimula a omissão docente, despolitiza a questão e retira o caráter pedagógico que lhe é intrínseco.

4 - Independentemente da continuidade ou não da greve, o CNG solicita o retorno sobre as discussões nas AGs para encaminhamento oportuno.

3 - Aprovada por unanimidade o envio de moção de repúdio ao reitor da UFPE:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes representantes das Assembléias Gerais das Associações Docentes da ANDES-SN, presentes no Comando Nacional de Greve, tomando conhecimento das medidas de repressão à greve dos docentes da Universidade Federal de Pernambuco por parte do Reitor, vêm a público denunciar e apresentar o seu mais veemente repúdio a esta atitude autoritária.

Nosso movimento grevista tem por objetivo a melhoria das condições de trabalho, é contra o sucateamento das Universidades Públicas e quer garantir a democratização do conhecimento e das decisões administrativas. Descarta-se ainda, que a referida atitude repressiva, foi isolada e não corresponde à postura adotada pela ANDIFES que no relacionamento mantido com a ANDES-SN, não tem endossado atitudes dessa natureza.

Entendemos que o Reitor da UFPE, Sr. Éfrem Maranhão com esta atitude demonstra mesquinha de propósitos, o que não condiz com o exercício de uma função que exige largueza de visão, especialmente pelo momento delicado porque passam as Instituições Federais de Ensino.

Finalmente, lembramos que nos entendimentos do CNUG mantidos com a SAF e do CNG/ANDES-SN com o MEC, até o momento, não estão indicados procedimentos como este. Por todas as razões apontadas, exigimos que o Reitor reveja a posição adotada.

CNG/ANDES-SN, em 08/06/93

4 - O CNG aprovou e levou ao CNUG a seguinte moção:

DO: CNG/ANDES-SN

PARA: CNUG dos Servidores Federais

Ao longo dos últimos anos, as entidades sindicais dos Servidores Públicos Federais, sob a coordenação da Central Única dos Trabalhadores, vêm realizando um esforço no sentido de conquistar a unidade da categoria. Ao mesmo tempo, nos últimos quatorze anos, o Movimento Docente, através da ANDES, edificou um patrimônio unitário fundamental no processo de construção de um sindicalismo classista e combativo. Tal experiência foi importante, inclusive, na criação da CUT, bem como, no fortalecimento da unidade e organização do movimento. Compreendendo as dificuldades a serem enfrentadas e os problemas

a serem superados diante de experiências sindicais distintas e divergências políticas entre os servidores, a CUT tem desempenhado um papel importante porém, em alguns momentos, insuficiente para fazer avançar a conquista da difícil unidade.

A recente greve nacional, com seu comando unificado, sua radicalidade e disposição de luta da base, atingiu um momento elevado na unificação do movimento sindical dos SPFs. É uma vitória incontestável, porém, ainda sujeita a uma avaliação qualitativa mais profunda, em que todas as entidades, dentre elas a CUT, deram a sua colaboração. A unidade, sabemos todos, exige a garantia da democracia no trato das divergências e o respeito mútuo entre as entidades.

A Plenária de 03/06 tinha em pauta problemas difíceis para resolver, frente à resposta do governo à nossa pauta de reivindicações e a continuidade ou não da greve. As discussões e votações deram-se em clima tenso e os dirigentes sindicais, sobretudo os da CUT, tinham a responsabilidade primeira na manutenção do tratamento fraterno entre os delegados nas polémicas estabelecidas.

O CNG/ANDES-SN considera que os dirigentes da CUT, membros também da FENASPS, tiveram uma intervenção tendenciosa e, sob qualquer aspecto, injustificável, incoerente com o papel que a Central Sindical tem de cumprir na busca e manutenção da unidade dos SPFs. Este fato determinou, em grande parte, as deliberações contraditórias dos SPFs, o que feriu a unidade do movimento, tendo, como conseqüências, um recuo político e perdas salariais dificilmente recuperáveis.

Na condução da Plenária, e diante da polémica estabelecida, esses companheiros manifestaram-se, com a autoridade de dirigentes da CUT, defendendo posições específicas da FENASPS. A delegação da ANDES-SN posicionou-se enfaticamente contra este comportamento dos dirigentes da CUT.

Ao levar ao CNUG esta crítica aos dirigentes da CUT, o CNG/ANDES-SN manifesta que apesar da disposição já expressa de continuar participando dos esforços de construir a luta unitária, poderá ter, daqui para frente, eventuais dificuldades de engajar suas bases nesse trabalho, fruto de suas discordâncias em conviver com os métodos e práticas ocorridos nesse episódio, praticados por algumas lideranças que dele participaram e que não refletem o tipo de organização sindical que defendemos. Indo mais além, responsabiliza essas lideranças pelas perdas políticas que a persistência de tais métodos poderá trazer ao movimento como um todo.

COMANDO NACIONAL DE GREVE / ANDES-SN

O CNG encaminhou ao CNUG a seguinte proposta apresentada pela AG da ADUFF SSind.:

Mantida a proposta do governo sobre política salarial e isonomia, transformada em Projeto de Lei, encaminhado ao Congresso Nacional, os servidores públicos federais desenvolvam um trabalho em prol de sua rejeição.

Essa proposta foi aprovada com 20 votos a favor, 3 contra e 6 abstenções

Sobre essa questão houve declaração de voto do Tomás, delegado da ADUFMAT.

"Abstem-se o delegado da ADUFMAT S.Sind. da ANDES-SN, nesta Plenária do CNG da votação e declara que em sua AG de 04/06 deliberou que o Governo ainda não oficializou nenhuma proposta, decisão que ainda vigora".

A ADUFERPE apresentou ao CNG o seguinte encaminhamento:

- Considera a contraproposta do CNG-ANDES para política salarial e isonomia como inócua e propõe manutenção da pauta de reivindicações.

Sobre essa questão a mesa encaminhou votação sobre a possibilidade ou não de reabrir a discussão sobre a contraproposta aprovada anteriormente no CNG.

Venceu por maioria com 2 votos contra e três abstenções a proposta de não reabrir a discussão sobre essa questão.

INDICATIVO DO CNG

Considerando:

- 1 - Confirmado pelo CNUG em reunião de 08/06/93 a suspensão da greve unificada dos SPFs;
- 2 - O quadro dos resultados da última rodada de AGs;
- 3 - A avaliação feita pelo CNG em sua reunião.

O CNG indica para posicionamento das AGs (4a. feira) com retorno imediato da deliberação ao CNG, o indicativo de:

1 - Suspensão da greve nacional dos docentes em 09/06/93.

17 votos: ADUA, ADUFAC, ADUFC, ADUFEPE, ADUFERPE, ADUFES, ADUFF, ADUFGP, ADUFPB-JP, APUFPR, ADUFRJ, ADUFG, APUFSC, ADUR, APES-JF, APROBURG e APUB.

2 - Continuidade da greve nacional dos docentes com base na pauta específica.

10 votos: ADUFG, ADUFMAT, ADUFMS, ADUFPA, ADUFPB-PATOS, ADUFPL, ADUFERGS, ADUFSCAR, ADURN e ASPUV.

ABSTENÇÕES 4 votos: ADCEFET-MG, ADUFPB-CG, ADUFPEL e ADUFU.

Ausentes na votação por terem de se retirar os delegados da APUBII e ADUFAL.

O CNG recomenda novas Ags para 11/06/93 para encaminhar a posição que o CNG definir em reunião de 08/06/93.

DECLARAÇÕES DE VOTOS:

1 - Minha abstenção se deve ao inconformismo de minha parte com a proposta iníqua do governo que fomos forçados a aceitar, sem negociação, por uma manobra tendenciosa de nossa Central Sindical, mostrada na Plenária Nacional de 03.06.93, que acabou desmoronando a maior mobilização reivindicatória já vista no país.

Valmir Sales - ADCEFET-MG

2 - Me abstive da votação por não sentir contemplada nos encaminhamentos dados a posição unânime da AG de 07/06 que delibera pela continuidade da greve e rejeição à proposta de política salarial do governo e não discuti a pauta específica.

Eliane - ADUFPEL

3 - Por não ter havido negociação com o governo e por não termos conseguido nenhum ganho com a proposta apresentada, que somente veio institucionalizar o arrocho salarial a que já estamos submetidos.

Antonio José - ADUFPI

4 - A unidade se deu na luta da greve unificada. "A pauta específica é peculiar para cada categoria, cada um deve ter a sua dinâmica própria". "Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é".

Allain - ASPUV

5 - Abstive-me na votação em função de não ter deliberação acerca da questão em nossa AD. Apesar de entender a necessidade da continuidade do movimento em torno da pauta específica na defesa da Isonomia entre as IFES e mais verbas para OCC. Porém, considerando também ser impossível no momento a continuidade do movimento em função da indicação majoritária das AGs. Suspensão da greve junto com os SPFs desconsiderando a pauta específica.

Eduardo - ADUFPB-CG

6 - O delegado da ADUFU se absteve por não ter posicionamento de base acerca do assunto.

Declara-se entretanto preocupado com o teor de várias intervenções e faz um apelo para continuarmos, como sempre fizemos, construindo uniformemente o nosso sindicato.

Antônio - ADUFU

7 - Declaro que respeitei o posicionamento de minha base, através de sua deliberação pelo indicativo de saída de greve com os demais SPFs para 09/06/93, embora tenha compreensão de que ela esteve carente de norteamento por parte desse CNG/ANDES-SN (Fax 19 - CNG/ANDES-SN, 06/06/93).

Faço menção de que minha base considerou a contraproposta do CNG/ANDES-SN inócua, apontando pelo resgate das reivindicações originais (AG de 08/06/93).

Lúcio - ADUFERPE

JUSTIFICATIVAS QUE ACOMPANHAM AS PROPOSTAS MAJORITÁRIA E MINORITÁRIA:

1 - O CNG/ANDES-SN após considerar,

- a) que o CNG/ANDES-SN atuou de modo incisivo no sentido de manter a greve nacional dos SPFs unificada, mesmo após a apresentação da proposta de política salarial do governo;
- b) que a Plenária dos SPFs de 03/06/93 precipitou a suspensão da greve na maioria das categorias, colocando para os docentes as seguintes alternativas: a greve isolada por pauta específica ou a suspensão unitária da greve;
- c) a decisão do CNUG de suspensão da greve geral, em reunião realizada em 08/06/93 em Brasília, onde apenas o ANDES-SN defendeu a continuidade da greve;
- d) a necessidade de preservar a unidade do movimento dos SPFs, com vistas ao encaminhamento das lutas imediatas, tais como: Projeto Paim, liberação do FGTS, isonomia entre os SPFs e revisão constitucional;
- e) que as AGs de 07 e 08 de junho indicaram na sua maioria a saída da greve;
- f) que qualquer indicativo de continuidade da greve isolada, neste momento, colocaria em risco a unidade do próprio movimento docente;
- g) que a pauta específica, centrada na isonomia entre as IFES, aponta na verdade para a tentativa de conquista do plano verão (26,05%), reivindicação essa que a rigor constitui ponto da pauta unificada, com possibilidade de conquista política extremamente limitada em se tratando apenas dos docentes pois o governo teria de concedê-la para o conjunto dos SPFs.

Por estes motivos propõe-se às AGs apreciarem na rodada de 09/06 o indicativo de suspensão da greve nacional dos docentes nas IFES.

Observação: Esta proposta tem como base os textos de Avaliação da greve, e a greve dos docentes é a greve dos SPFs que se encontram no FAX 019.

2 - Pela Continuidade da Greve !!

Neste momento, a suspensão da luta do conjunto dos SPFs, pela política salarial e isonomia, coloca para o MD a possibilidade histórica da continuidade da greve pelo atendimento de sua pauta específica, em função das seguintes questões:

Em primeiro lugar é necessário enfatizar que a luta por esta pauta específica não pode ser entendida como abandono da unidade do movimento. A unidade é um processo de contínua construção que não pode sobrepor a diversidade, isto é, ela tem que conter e dar conta do diverso e específico. Foi nesta perspectiva que o próprio conjunto do MD, ao deflagrar sua greve, estabeleceu uma pauta com pontos gerais e específicos. Vale também lembrar que a dinâmica do movimento permitiu que outras categorias também protocolassem suas pautas específicas.

Em segundo lugar, cabe ao MD, avaliar diante da atual conjuntura, o significado e a importância que coloca para o mesmo a necessidade do atendimento de sua pauta específica, particularmente da reconquista da isonomia salarial entre as IFES.

Diante dos pontos acima, é necessário relembra que os docentes organizados nacionalmente no ANDES SN construíram um elevado patrimônio de lutas. É fundamental continuarmos na luta por uma maior unidade entre nos servidores, mas é ainda mais fundamental garantir as condições mínimas da nossa unidade, até mesmo para que a partir dela seja possível nos somarmos a todos os outros SPFs.

Nessa perspectiva, a quebra de isonomia entre as IFES significa a impossibilidade de realização de nossas lutas conjuntas, porque poucos são os outros elementos que nos unificam. Com a quebra da isonomia veremos, ainda, pipocar greves e ações isoladas (Paralisa e Pelotas já se apresentam como casos concretos) que provocarão grandes prejuízos ao nosso movimento unitário.

Consideramos ainda que não esgotamos as possibilidades de conquista da isonomia entre as IFES, dado que deixamos de fazer uma pressão mais efetiva no MEC bem como não fortalecemos o arco de alianças em defesa deste eixo de importância crucial para a sobrevivência da universidade pública, do nosso projeto político e da própria luta unificada no interior do MD. Com a manutenção de nossa greve, de maneira unificada e forte, reconquistaremos o principal elemento unificador de nossa luta sindical, ou seja, a isonomia salarial.

REUNIÃO CNUG: 08/06/93 - 20:00 horas

Entidades presentes: CUT, ANDES-SN, FASUBRA, ANDEF, SINASEF, SINDIFISCO, CONDSEF e FENASPS.

Deliberações:

- 1 - Com o voto contrário da ANDES-SN foi aprovada a suspensão da greve unificada dos SPFs.
- 2 - Nova reunião do CNUG/SPFs no dia 09/06/93, às 15:00 horas para preparar audiência no Ministério do Trabalho, às 18:00 horas.
- 3 - O CNUG/SPFs apoiará as entidades que se mantiverem em greve por pauta específica.
- 4 - Será elaborado um documento de avaliação da greve pelo CNUG/SPFs, a ser enviado a todas as entidades.

FAX 020/CNG/ANDES-SN/93

Brasília, 07 de junho de 1993

Do: CNG/ANDES-SN

Para: AD's S. Sind Federais

URGENTE - URGENTE - URGENTE - URGENTE - URGENTE - URGENTE -

Tendo em vista que o CNG reunir-se-á na noite de 08/06, terça-feira, para, diante do quadro, resultado das Assembleias de 07 e 08/06, examinar para os CLGs um indicativo favorável ou contrário à continuidade de greve só de docentes em torno da pauta específica, solicitamos que sejam realizadas Assembleias em 09/06, no período da tarde.

A medida, associada a outras que o CNG está tomando em Brasília, visa permitir que as AGs se reúnam na quarta-feira, de posse de FAX resultante da reunião do CNG de terça-feira à noite.

CNG/ANDES-SN

POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA P/GOVERNO FEDERAL P/OS SERVIDORES PÚBLICOS

Prof. Rômulo Soares Polari

Análise das repercussões dessa Política no salário real dos Servidores, segundo diferentes hipóteses sobre o comportamento da inflação:

- HIPÓTESE I** - Supõe que a taxa mensal de inflação implícita no IRSM, no período Junho/93-Maio/94, manter-se-á igual à verificada no mês de Maio/93, quando o IRMS foi de 28,39%
- HIPÓTESE II** - Supõe que a taxa mensal de inflação implícita no IRSM, no período Junho/93-Maio/94, crescerá na razão de 1% ao mês, em relação à verificada no mês de maio/93.
- HIPÓTESE III** - Supõe que a taxa mensal de inflação implícita no IRMS, no período Junho/93-Maio/94, decrescerá na razão de 1% ao mês, em relação à verificada no mês de Maio/93.

TABELA Nº 1
IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MEDIO REAL - HIPÓTESE I
JUNHO/93-MAIO/94

DATAS	IRSM DO MÊS (EM %)	IARS ¹ DO MÊS (EM %)	VALOR DO SALÁRIO REAL	
			SEM AUMENTO DA GAE	COM AUMENTO DA GAE
31.05.93	23,39	85,00	100,00	100,00
30.06.93	28,39	-	77,89	77,89
31.07.93	28,39	28,39	77,89	77,89
31.08.93	28,39	5,55*	60,67	64,03
30.09.93	28,39	73,29	81,89	86,42
31.10.93	28,39	5,26*	63,78	70,85
30.11.93	28,39	28,39	63,78	70,85
31.12.93	28,39	-	49,68	55,18
31.01.94	28,39	175,23	106,50	118,29
28.02.94	28,39	10,00*	82,95	101,35
31.03.94	28,39	28,39	82,95	101,35
30.04.94	28,39	9,09*	64,61	86,11
31.05.94	28,39	91,50	96,37	128,44
30.06.94	28,39	8,33*	75,06	108,37

¹ índice de Antecipação ou Reajuste Salarial.

* Taxa de Incremento Salarial correspondente ao aumento da GAE.

NOTA: O IARS de 31.01.94 recupera todo o resíduo acumulado durante o ano e desconta, também, os 33% de antecipação salarial do mês de Março de 1993.

TABELA Nº 2
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL - HIPÓTESE II
 JUNHO/93-MAIO/94

DATAS	IRMS DO MÊS (EM %)	IARS ¹ DO MÊS (EM %)	VALOR DO SALÁRIO REAL	
			SEM AUMENTO DA GAE	COM AUMENTO DA GAE
31.05.93	28,39	85,00	100,00	100,00
30.06.93	29,67	-	77,12	77,12
31.07.93	30,97	29,03	75,98	75,98
31.08.93	32,28	5,55*	57,44	60,63
30.09.93	33,60	80,86	77,76	82,08
31.10.93	34,94	5,26*	57,63	64,03
30.11.93	36,29	34,27	56,78	63,08
31.12.93	37,65	-	41,25	45,83
31.01.94	39,03	231,51	98,36	109,28
28.02.94	40,42	10,00*	70,05	85,61
31.03.94	41,82	39,72	69,01	84,34
30.04.94	43,24	9,09*	48,18	64,22
31.05.94	44,67	147,31	82,36	109,77
30.06.94	46,12	8,33*	56,36	81,38

¹ índice de Antecipação ou Reajuste Salarial

* Taxa de Incremento Salarial correspondente ao aumento da GAE.

NOTA: O IARS de 31.01.94 recupera todo o resíduo acumulado durante o ano e desconta, também, os 33% de antecipação salarial do mês de Março de 1993.

TABELA Nº 3
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL - HIPÓTESE III
 JUNHO/93-MAIO/94

DATAS	IRMS DO MÊS (EM %)	IARS ¹ DO MÊS (EM %)	VALOR DO SALÁRIO REAL	
			SEM AUMENTO DA GAE	COM AUMENTO DA GAE
31.05.93	28,39	85,00	100,00	100,00
30.06.93	27,11	-	78,67	78,67
31.07.93	25,84	27,75	79,86	79,86
31.08.93	24,58	5,55*	64,10	67,66
30.09.93	23,33	65,97	86,26	91,05
31.10.93	22,10	5,26*	70,65	78,49
30.11.93	20,88	22,71	71,72	79,68
31.12.93	19,67	-	59,93	66,58
31.01.94	18,47	128,10	115,39	128,20
28.02.94	17,29	10,00*	98,38	120,23
31.03.94	16,12	17,88	99,87	122,05
30.04.94	14,96	9,09*	86,87	115,82
31.05.94	13,81	47,93	112,91	150,54
30.06.93	12,67	8,33*	100,21	144,74

¹ índice de Antecipação ou Reajuste Salarial,

* Taxa de Incremento Salarial correspondente ao aumento da G

NOTA: O IARS de 31.01.94 recupera todo o resíduo acumulado durante o ano e desconta, também, os 33% de antecipação salarial de Março de 1993.

A partir dos dados das Tabelas nºs 1 a 3, e com base nas referidas hipóteses sobre as taxas de inflação, chega-se à seguinte evolução do salário médio real dos servidores públicos federais, no período Junho/93-Maio/94.

TABELA Nº 4
IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL PARA OS SERVIDORES QUE NÃO VÃO TER
AUMENTO DA GAE
JUNHO/93-MAIO/94

Comportamento da Inflação	Salário Real Médio (SRM) (Base=SRM de Maio/93=100,00)				Taxa % de Variação			
	Por Quadrimestre			No Ano	B/A*	C/B	D/C	E/A*
	Junho Set./93 (B)	Out/93 Jan/94 (C)	Fev. Maio/94 (D)	Jun/93- Maio/94 (E)				
HIPÓT. I	74,59	70,94	81,72	75,75	(13,1)	(4,9)	15,7	(11,7)
HIPÓT. II	72,08	63,50	67,40	67,66	(16,0)	(11,9)	6,1	(21,2)
HIPÓT. III	77,22	79,42	99,51	85,38	(10,0)	2,8	25,3	(0,5)

*A = 85,83 = Valor do Salário Médio Real do quadrimestre Fev-Maio/93

TABELA Nº 5
IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL PARA OS SERVIDORES QUE VÃO TER AUMENTO
DA GAE
JUNHO/93-MAIO/94

Comportamento da Inflação	Salário Real Médio (SRM) (Base=SRM de Maio/93=100,00)				Taxa % de Variação			
	Por Quadrimestre			No Ano	B/A*	C/B	D/C	E/A*
	Junho Set./93 (B)	Out/93 Jan/94 (C)	Fev. Maio/94 (D)	Jun/93- Maio/94 (E)				
HIPÓT. I	76,55	78,79	104,31	86,55	(10,8)	2,9	32,4	0,8
HIPÓT. II	73,95	70,56	85,99	76,83	(13,8)	(4,6)	21,9	(10,5)
HIPÓT. III	79,31	88,24	127,16	98,24	(7,6)	11,3	44,1	14,5

*A = 85,83 = Valor do Salário Médio Real do quadrimestre Fev-Maio/93

QUADRO NACIONAL

AD'S. Sind	DATA AG	V. ASSOC.	Nº PARTIC.	G. ESPECIFICA	INDICATIVO		OBSERVAÇÕES
					G. UNIF. SPFS	(SAÍDA UNIF. SPFS)	
ADCEFETRJ	07/06	180	17			X	Saída da greve (08/06)
ADCEFETMG	08/06	212	126			X	Saída unificada ecentes (09/06) 14:00h
ADFCAP							Não tem informe
ADJA - AM	07/06	540	156			X	Proxima AG (03/06) - 6:30h
ADJJC							Não tem informe
ADJFAC	06/06					X	
ADJFAL	07/06	819	203			X	Proxima AG 08/06
ADJFC	07/06	1254	240			X	Proxima AG (09/06) 14:30h
ADJFEPE	07/06	1341	131			X	Proxima AG (09/06) 10:30h
ADJFERPE	08/06	426	57			X	Proxima AG (09/06) 10:00h
ADJFES	08/06	933	213			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJFF	08/06	2002	70			X	Saída da greve 09/06
ADJFG	08/06	126	250	X			Proxima AG (09/06) 15:00h
ADJFIAT	07/06	1068	189	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJFMS	08/06	51	164	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJFOP	07/06	164	61	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJFPA	08/06	1351	232	X			
ADJFPE-GO	04/06					X	Não discute pauta específica AG (09/06) 8:00h
ADJFPE-JP	08/06	6175	373			X	Proxima AG (09/06) 15:00h
ADJFPE-Paraná	07/06			X			Proxima AG (09/06) 7:30h
ADJFPEL	07/06	929	180			X	Não discute pauta específica AG (11/06) 14:00h
ADJFPI	08/06	1172	88	X			Proxima AG (09/06) 11:00h
ADJFRGS	07/06	1911	270	X			Proxima AG (09/06) 17:00h
ADJFRJ	07/06	2001	219			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJFS - SE	08/06	430	64			X	Proxima AG (11/06) 18:00h Saída 12:00h
ADJFSCAR	07/06	32	64	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJFU	04/06					X	Proxima AG (09/06) 16:00h
ADJUNI-RIO	04/06 (14:00)						Saída unificada (sem qualificar informação)
ADJUNIR-RO	07/06	224	90				Proxima AG (09/06) 14:00h
ADJUR-RJ	07/06	554	61			X	Proxima AG (09/06) 14:30h
ADURN	04/06						Não discute pauta específica Proxima AG (09/06) 14:30h
APES-JF	08/06	726	132	X			Proxima AG (09/06) 15:00h
APROEFEL	07/06	151	40			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
APROFLRG	08/06	589	114			X	Proxima AG (10/06) 13:00h
APRIMA	07/06	1696	132			X	Não discute pauta específica Proxima AG (09/06) 15:00h
APUB	07/06	1925	145			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
APUBH	04/06	2225	209			X	Proxima AG (09/06) indicativo saída da greve 09/06
APUFPR	05/06	1975	267			X	Proxima AG (09/06) 10:30h
APUFSC	04/06	1826	273			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
ASPFSAI	07/06	133	15			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
ASPLV	07/06	725	250	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
SEDU-SAL	08/06	625	130			X	Não discute pauta específica Proxima AG (09/06) 14:00h
SINDOCEFET	08/06			X			Proxima AG (09/06) 13:00h



BOLETIM INFORMATIVO DO COMANDO DE
GREVE DOS DOCENTES DA UFPB JP
João Pessoa - Paraíba - Nº 08
09 junho 1993

FAX 021 CNG/ANDES - SN/93 Brasília, 07 de junho de 1993

Do: Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES-SN/93)

Para: AD's SSind Federais

AD's presentes no Comando Nacional de Greve (07/06):

ADCEFET-MG (Valmir), ADUA (Alberto), ADUFAC (Elvira), ADUFAL (Luiz) ADUFC(Dilmar), ADUFEPE (Marigia), ADUFERPE (Lúcio), ADUFES (Fábio), ADUFMAT (Tomás), ADUFMS(Amarílio), ADUFPA (Luciene), ADUFPb-CG (Eduardo), ADUFPb-JP (Paulo Coelho), ADUFPb-Pt (Edisio), ADUFPel (Elliane), ADUFPI (Antonio José), ADUFPR (Perna), ADUFRGS (Vanúciaci), ADUFS (Joige), AFUFSC (Norácio), ADUFSCar (Feuro), ADUFU (Tarcísio), ADUNIR (Israel), ADUR-RJ (Luis Seixas), ADURN (João Wanderley), APESJF (Luiz), APROFURG (Méri), APUB (Câmara), APUBH (José Antonio), ASPUV (Allain).

Diretores Presentes: Márcio, Américo, Paulo Rizzo, Cunha e Annie.

INFORMES/GREVE:

43 AD's em Greve 07/06: ADUA, ADUFAC, ADFCAP, APRUMA, ADUFPI, ADUFPb-JP, ADUFPb-CG, ADUFPb-Patos, ADUC, ADUFEPE, APUB, ADUFMS, APES-JF, ADUNI-RIO, ADUFF, ADUR-RJ, AFUFSC, ADUFRGS, SEDUFMS, ADUFMAT, ADUFERPE, ADUFES, ADUFSCar, SINDOCEFET-PR, ADUFPA, ADUFS, ADUFPel, ADUNIR, APROFURG, ADCEFET-MG, ADUFC, ADUFRJ, ASPUV, ADURN, ADUFAL, APUBH, APROEFEL, ASPESAL, ADUFU, ADCEFET-RJ, ADUFG, APUFP, ADUFOP.

ERRATA AO FAX 019 CNG/ANDES-SN/93:

- 1 - Onde se lê "06 de maio de 1993" leia-se "06 de junho de 1993".
- 2 - Inclua nos informes das AGs de 04/06. ADUFEPE - Continuidade da greve com os SPFs. Apresentou sugestão de contra proposta.
- 3 - Excluir ASPU das AGs do dia 07/06.
- 4 - Substituir ADUFMT por ADUFMAT-MT em próximas AGs do dia 07/06.
- 5 - No RELATÓRIO DA PLENÁRIA DOS SPFs EM GREVE, no item 4, letra f, onde se lê "deverão acontecer até segunda-feira (08/06)" leia-se "deverão acontecer até terça-feira (08/06)".

INFORMES DAS AD's

ADs que realizaram AGs em 07/06:

ADs	Asso- ciados	Presentes	Deliberações
ADUR-RJ	554	61	Indicativo de saída de greve de forma unificada.
ADUFPel	929	160	Continuidade da greve (sem discutir se geral ou específica)
ADUFAL	846	s/inf.	Indicativo de saída de greve para 09/06, mas acata decisão nacional.
ADUFEPE	1341	131	Indicativo de saída de greve para 09/06.
ASPESAL	133	75	Indicativo de saída de greve de forma unificada para 09/06.
APROEFEL	30	40	Indicativo de saída de greve para 14/06.
ADUFMAT	1080	189	Continuidade da greve por pauta específica.
ADCEFET-RJ	179	77	Suspensão da atividade da greve a partir de 08/06.
ASPUV	726	250	Continuidade da greve por pauta específica.
ADUFSCar	521	s/inf	Continuidade da greve pela negociação da pauta específica junto ao MEC.
ADUA	560	156	Indicativo de saída de greve sem mencionar data.
ADUFRGS	1911	270	Continuidade da greve por pauta específica.
APUB	1925	145	Indicativo de saída de greve de forma unificada.
ADUFC	1264	240	Indicativo de saída de greve de forma unificada para 09/06.
ADUNIR-Rn	260	90	Continuidade da greve (sem mencionar se geral ou por pauta específica).
ADUFS	430	s/inf.	Continuidade da greve (sem mencionar se geral ou por pauta específica)
ADUFPb-Pt	84	s/inf.	Continuidade da greve por pauta específica.

Sobre o envio deste quadro às ADs, contendo os resultados das AGs realizadas em 07/06/93, surgiram duas propostas:

Proposta 1 - Que fosse encaminhado às ADs o quadro parcial com as deliberações aprovadas.

Proposta 2 - Que não fosse encaminhado às ADs o quadro parcial com as deliberações aprovadas.

Votaram na proposta 1 (23 votos): ADCEFET-MG, ADUA, ADUFAC, ADUFAL, ADUFC, ADUFEPE, ADUFERPE, ADUFMS, ADUFPA, ADUFPb-CG, ADUFPb-JP, ADUFPb-PI, ADUFPI, ADUFRP, ADUFS, AFUFSC, ADUNIR, ADUR, ADURN, APROFURG, APUB, APUBH e ASPUV.

Votaram na proposta 2 (6 votos): ADUILES, ADUFMAT, ADUFRGS, ADUFSCar, ADUFU e APES - JF.

Abstenções (1 voto): ADUFPel.

Declarações de voto: 1 - ADUFPel (Eliane) - "Me abstive porque a socialização da informação para mim é uma questão de princípios. Deixamos de enviar, a pouco tempo, uma discussão de avaliação não consensual a de unidade que não abarcou a riqueza da discussão aqui realizada, para mim, decisiva para os rumos da greve".

2 - ADUFES (Fábio) - "Coerentemente com a deliberação do CNG/ANDES-SN de consultar as ACIs em rodada nacional, dias 7 e 8, e não indicar tendências, para posteriormente, de posse do quadro nacional, indicar para as bases os rumos do movimento, votei contrário ao encaminhamento do quadro parcial das AGs do dia 7 no Fax do dia 7, para que o debate das AGs do dia 8 se dê em igualdade de condições às AGs do dia 7, isto é, decisão com base em Avaliação e Perspectiva do Movimento e na realidade local. Ao mesmo tempo era fundamental que cada delegado, usando da sua autonomia, repasse aos CI.Gs o quadro para que cada AD decida da conveniência ou não da AG tomar conhecimento do quadro parcial no início da assembleia. Tanto assim que tomei essa atitude há pouco."

ADs com AGs em 08/06: ADCEFET-MG, ADUFES, ADUFPA, ADUFPb-JP, ADUFPI, ADUFRP, SEDUFMS, SINDOCEFET-PR, ADUFERPE, ADUFS, ADUFAC, APROFURG e ADUFMS.

AMPLIAÇÃO DO PRAZO PARA RODADA DE AGs.

A ADUFSCar propôs a ampliação dos prazos de AGs para 14 ou 15/06, para que o CNG possa fazer uma avaliação substantiva do processo sobre a possibilidade de continuidade de uma greve específica ou de indicativo de saída unificada. Outra proposta contrária foi pela manutenção do calendário já encaminhado às ADs no Fax 019, página 7, ou seja, até quarta-feira, dia 09/06.

Pela alteração do calendário (proposta ADUFPSCar): 6 votos.

Pela manutenção do calendário (Fax 019): 21 votos.

Abstenções: 1 voto.

Declarações de voto: 1 - ADUFMAT- (Tomás) - "Quanto à votação de deliberação do CNG sobre a necessidade de convocar as ACIs para até o dia 09/06 - incluída esta decisão no Fax 19 no CNG - quero declarar o meu voto nesta votação (proposta da ADUFPSCar para o adiamento desta data) em face da informação dada pela mesa de que o envio destacado da decisão acima referida em Fax nº 20/ Urgente não foi uma decisão de reunião do CNG."

2 - ADUFRGS (Vanderlei) - "Voto pela manutenção da assembleia para quarta-feira devido ao Fax 20, onde uma mudança de data promoveria certa dificuldade para o comando local mobilizar nova data. Sou favorável à discussão política do CNG independentemente do resultado do movimento."

3 - ADUFPel (Eliane) - "Votei pelo adiamento da rodada de AGs do dia 09/06 na tentativa de evitar que, de antemão já se coloque o problema da dificuldade de uma avaliação substantiva à respeito dos rumos do movimento, no curto prazo de tempo que temos entre as deliberações da rodada de AGs realizadas nos dias 07 e 08/06 e a rodada do dia 09/06.

"Obs: A respeito do Fax nº 020, o CNG, com apenas uma abstenção, aprovou o seguinte: A deliberação de enviar o Fax 020 foi tomada por Paulo Rizzo, 1º Vice-Presidente da ANDES-SN, na manhã do dia 07/06, em função de se garantir que a rodada de AGs proposta pelo CNG (Fax 019) se desse no período da tarde para assegurar que as informações e avaliações do CNG chegassem a tempo às AGs. O CNG considera, portanto, que ela foi correta.

CONTRAPROPOSTA ELABORADA COM BASE NAS SUGESTÕES ENCAMINHADAS POR DIVERSAS AD's E APROVADA PELO CNG DA ANDES-SN A SER ENCAMINHADA AO CNUG DOS SPF's E ÀS AD's SSIND PARA CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

1 - GAE

1.1 - Sobre os índices.

Junho: 80 para 100%

Agosto: 100 para 120%

Outubro: 120 para 140%

Dezembro: 140 para 160%

1.2 - Incorporação da GAE aos vencimentos a partir de junho/93.

2 - POLÍTICA SALARIAL

2.1 - Política salarial desvinculada da receita

2.2 - Mesma política do setor privado, com flexibilidade de negociação em torno da mesma:

60% da inflação no bimestre

100% da inflação no quadrimestre

3 - FGTS

3.1- Liberação do FGTS dos SPFs até dezembro/93.

4 - DIRETRIZES DE PLANOS DE CARREIRA

4.1 - Formação imediata de comissão, com a participação efetiva dos SPFs, para elaboração das diretrizes.

4.2 - Prazo de 60 dias para apresentação de projeto de Planos de Carreira pelo governo

5 - 28,26% CONCEDIDOS AOS MILITARES

Tendo por base o encaminhamento apresentado pela APUFSC, no sentido do "pagamento imediato dos 28,26% concedidos aos militares, retroativos a janeiro de '93", seja também estendido aos servidores civis, deliberou o CNG-ANDES no sentido de que:

- 1) far-se-á um levantamento exaustivo sobre esta questão para que se possa ter clareza do ocorrido e certeza do direito de extensão desse índice aos servidores civis;
- 2) se comprovado o direito de extensão deste índice aos servidores civis, a ANDES/SN buscará obtê-lo politicamente, bem como subsidiará as AD's para possíveis ações judiciais.

DELIBERAÇÕES DO CNG

Tema 1: Contraproposta à proposta do governo

1a. Votação

Proposta 1: Não discutir, antes do retorno das AG's a contraproposta à proposta do governo.

Proposta 2: Discutir uma contraproposta para encaminhar ao CNUG.

Resultado da votação: Com apenas duas abstenções, foi aprovado que se discutisse e deliberasse sobre uma contraproposta à proposta do governo.

2a. Votação

Proposta 1: Levantar ao CNUG uma contraproposta completa.

Proposta 2: Que o CNG-ANDES/SN leve ao CNUG os princípios e a periodicidade para a contraproposta.

Resultado: Por ampla maioria, foi aprovada a proposta 2.

3a. Votação: sobre o zeramento da inflação

Proposta 1: Zeramento da inflação em janeiro '94

Proposta 2: Zeramento da inflação no quadrimestre.

Resultado da votação: venceu a proposta 2 com 14 votos.

Obs.: Votaram na proposta 2, os delegados das seguintes AD's: ADUFPA, ADUFMS, ADUFRGS, ADUFPB-CG, ADUFAC, APUFSC, APUB, ADUA, ADUFC, ADUFPB-PT, ADUNI Rio, ADUFS, ADURRJ, ADCEFET-MG.

Votaram na proposta 1 os delegados das AD's: ADUFPI, ADUPB JP, ADUFAL, ADUFES, ADURN, ADUFU.

Abstenções: ADUFMAT.

Sobre esta questão houve declaração de voto das seguintes AD's:

ADUFMAT (Tomás) "Em face de decisão de base, desde as AG's dos dias 02/06 e 04/06, de não considerar a proposta do governo sequer oficial e reforçando a política salarial apresentada pela pauta geral de reivindicações de reajuste salarial mensal acompanhando a inflação sem vinculação à receita, abstenho-me por considerar esta votação inócuo e extemporânea politicamente, por entender: 1) que a proposta original dos SPFs quanto à política salarial é a mesma da pauta original e referendada pela plenária de 03/06; 2) que o CNG-ANDES/SN aguarda, neste momento, informações e subsídios de suas bases, em função dos teores e conteúdos dos Fax 18 e 19 para tomar posições que tenham respaldo de representatividade das mesmas; 3) que a perspectiva da discussão e decisão do Projeto Paim coloca o conjunto dos trabalhadores e consequentemente os SPFs, ainda na luta imediata da política salarial de sua pauta geral de reivindicações".

ADUFES (Fábio) "Votei na proposta 1 (zerar a inflação em janeiro '94), apesar da AG ADUFES-SSIND ter indicado a atual política salarial do setor privado como parâmetro para negociação por entender que uma política salarial que, em termos de massa salarial não seja inferior à atual do setor privado e ao mesmo tempo não exija zerar a inflação no quadrimestre, daria ao movimento parâmetros, mais realista de conquista no momento, sendo, no meu entender, o encaminhamento político mais correto. A proposta que apresentei foi: 80% da inflação no bimestre; 90% no quadrimestre, descontada a antecipação, e zerar a inflação de '93 em janeiro/94".

ADURN (João) "Apesar de contrariar um encaminhamento da minha AG para este CNG, propondo uma alternativa de proposta de política salarial, a ser negociada com o governo, ao mesmo tempo em que solicita empenho do CNG-ANDES/SN no sentido de manter a unidade do movimento grevista dos SPFs, votei nesta proposta por entender que esta é, de fato, aglutinadora de forças dentro desse processo de greve e, portanto, abre reais possibilidades de recuperação e fortalecimento desta luta na tentativa de buscar abertura de negociações, por parte do governo".

ESCLARECIMENTO ÀS ADs S.SIND

Tendo em vista o fato de que algumas AD's-SSIND apresentaram ao CNG-ANDES/SN, para encaminhamento à CUT, moções de repúdio a supostas declarações do dirigente da Central, Antonio Carlos de Andrade, ao jornal TJ Brasil/SDT do dia 03/06, que foi ao ar às 19:45 h, antes da Plenária dos SPFs, o CNG transcreve, abaixo, as falas de forma fidedigna e integral, tendo por base fita de vídeo obtida junto à empresa especializada.

Fala do repórter: "...O Comando de greve quer esse 160% já, mas aceita discutir as antecipações e os reajustes quadrimestrais proporcionais à arrecadação de impostos".

Fala de Antonio Carlos: "...É uma proposta que devemos analisá-la com cuidado. Há espaço para discutirmos".

Este esclarecimento deve-se ao fato de que as referidas moções, no entender do CNG-ANDES/SN, parecem não se ter baseado em informações fidedignas.

AUDIÊNCIA NO MEC EM 07/06/93

Presentes: MEC (Rodolfo Pinto da Luz - Secretário da SESU), ANDES/SN (Anic e Elianc) e FASUBRA (Almir).

Foram tratados os seguintes pontos:

1. Isonomia interna nas IFES: MEC afirmou disponibilidade política de negociar a URP (26,05%) e informou da solicitação que fez de um levantamento junto às IFES para avaliar impacto na folha de pagamento. Promete esses levantamentos para, no máximo, vinte dias, a depender dos informes administrativos das mesmas. Compreende a Isonomia como uma questão geral dos SPFs e, portanto, fora do seu alcance.

2. Corte de ponto: MEC não foi informado oficialmente sobre nenhuma ameaça de corte de ponto. Compromete-se a dialogar, atrelando esse diálogo à reposição.

3. Derrubada do veto do PL que instituiu tabela única (FASUBRA). O secretário da SESU comprometeu-se a interferir nas audiências que foram agendadas para esta semana em 09/6 (com ministro interino) e em 11/06 (com o Ministro da Educação, ainda não confirmada).

Obs.: Questão do Projeto PAIM

Tendo em vista que a CUT Nacional aprovou uma jornada nacional de luta pela aprovação do Projeto de Política Salarial do deputado Paulo Paim, que tem sua votação prevista para 21/06, o CNG-ANDES/SN levará à reunião do CNUG a proposta de engajamento de todas as entidades de SPF nessa luta.

O CNG entende que a categoria que mais se mobilizou no período recente tem o dever de se engajar com força nesta luta. Os encaminhamentos acerca desta jornada serão repassados para os CLC's após a reunião do CNUG de 08/06.

Entende, ainda, o CNG que esta luta se combina com o esforço de obter negociação com o governo sobre a política salarial, mesmo que venha a se encerrar a greve dos SPFs.

CNG-ANDES/SN, BRASÍLIA, 08 DE JUNHO DE 1993, 7:05 h.
COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATO DA AUDIÊNCIA DO CNUG/SPFs NA SAF NO DIA 07/06/93

Presentes na Audiência:

Governo: Ministro da SAF (Romildo Canhim) e Secret.-Adjunto da SAF (Antônio Carlos).

CNUG: CUT; ANDES-SN; ASSIBGE; CONDSEF; FASUBRA; FENASPS; FENAJUFE e SINASEFE.

Iniciada a audiência os representantes do CNUG cobraram da SAF a necessidade de uma orientação, por escrito, daquela pasta para todos os órgãos da Administração Federal no sentido de que não haja **DESCONTO DE DIAS PARALISADOS** em razão da Greve dos SPFs, uma vez que esta questão está em processo de negociação entre o CNUG e o Governo (SAF e MTb).

O titular da SAF (Ministro Canhim) manteve a posição acordada na audiência do CNUG com o Ministro Interino do Trabalho, Sr. Mozart (com a presença do Sec.-Adj. da SAF (Antônio Carlos), na última sexta-feira (04/06), de que não haverá **DESCONTO DOS DIAS PARALISADOS**. Assumiu o **COMPROMISSO** de que a SAF expedirá um Ofício Circular, hoje, 08/06, a todos os órgãos da Administração Federal, comunicando a **POSICÃO DO GOVERNO** e que também entregará cópia do documento ao CNUG na tarde de hoje (08/06).

Foi reiterado na audiência que a **BASE DA NEGOCIAÇÃO** sobre os **DIAS PARALISADOS** será a **REPOSIÇÃO DO TRABALHO**.

Obs. Os outros assuntos discutidos na audiência, referentes basicamente ao Tema DPC e Planos de Carreiras, constarão do próximo Relatório do CNUG.

Brasília, 08 de junho de 1993

CNUG/SPFs

FAX 022 CNG/ANDES - SN/93 Brasília, 08 de junho de 1993

Do: Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES-SN/93)

Para: AD's SSind Federais

AD's presentes no Comando Nacional de Greve (08/06):

ADCEFET-MG (Valmir), ADUA (Alberto), ADUFAC (Elvira), ADUFAL (Luiz), ADUFC (Dilmar), ADUFEPE (Marília), ADUFERPE (Lúcio), ADUFES (Fábio), ADUFF (Waldir e Heloisa), ADUFG (Marcos), ADUFMAT (Tomás), ADUFMS (Amarílio), ADUFOP (Frederico), ADUFFA (Luciene), ADUFPB-CG (Eduardo), ADUFPB-JP (Paulo), ADUFPB-PATOS (Edisio), ADUFPEL (Eliane), ADUFPI (Antonio José), APUFPR (Paulo), ADUFRGS (Fernando e Vanderlei), ADUFRJ (Elizabeth), ADUFS-SE (Jorge), APUFSC (Horácio e Graça), ADUFSCar (Pedro), ADUFU (Antônio), ADUR-RJ (Luis), ADURN (João), APES-JF (Luiz), APROFURG (Méiri), APUB (Câmara), APUBH (José Antônio), ASPUV (Allain e Schuch),

Diretores Presentes: Márcio, Paulo Rizzo, Cunha, Annie, Américo, Silvio.

ERRATA AO FAX 019 CNG/ANDES-SN/93 - Retirar a frase: (obedecendo a um procedimento semelhante ao nosso, de consulta às bases) do texto de "Avaliação da Greve", pg. 07, 4o parágrafo, 5a. linha.

ERRATA AO FAX 021 CNG/ANDES-SN/93:

- Registre-se a presença do delegado da ASPUV (Schuch);

- Registre-se que o delegado Lúcio da ADUFERPE, no momento da votação "contraproposta do CNG-ANDES à proposta do governo", pp. 2 (item 2a. votação) e 3, encaminhava-se operando o aparelho de FAX, em função de atividades do CNG e, portanto, não votou.

1 - DELIBERAÇÕES DO CNG EM 08/06/93.

TEMA: REPOSIÇÃO DE AULAS

2 - Foi apresentada e aprovada a seguinte proposta para análise nas AGs:

1 - Que a possibilidade de não reposição de aulas esteja condicionada ao efetivo não pagamento de dias parados.

2 - No caso de reposição de aulas que se busque assegurar ao máximo a qualidade do ensino, condição fundamental do padrão de Universidade defendido pelo movimento docente.

3 - Que a questão da reposição de aulas não seja tratada de modo meramente burocrático e circunscrita apenas à decisão de instâncias administrativas; encaminhamento que estimula a omissão docente, despolitiza a questão e retira o caráter pedagógico que lhe é intrínseco.

4 - Independentemente da continuidade ou não da greve, o CNG solicita o retorno sobre as discussões nas AGs para encaminhamento oportuno.

3 - Aprovada por unanimidade o envio de moção de repúdio ao reitor da UFPE:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes representantes das Assembléias Gerais das Associações Docentes da ANDES-SN, presentes no Comando Nacional de Greve, tomando conhecimento das medidas de repressão à greve dos docentes da Universidade Federal de Pernambuco por parte do Reitor, vêm a público denunciar e apresentar o seu mais veemente repúdio a esta atitude autoritária.

Nosso movimento grevista tem por objetivo a melhoria das condições de trabalho, é contra o sucateamento das Universidades Públicas e quer garantir a democratização do conhecimento e das decisões administrativas. Descata-se ainda que a referida atitude repressiva, foi isolada e não corresponde à postura adotada pela ANDIFES que no relacionamento mantido com a ANDES-SN, não tem endossado atitudes dessa natureza.

Entendemos que o Reitor da UFPE, Sr. Éfrem Maranhão com esta atitude demonstra mequinha de propósitos, o que não condiz com o exercício de uma função que exige largueza de visão, especialmente pelo momento delicado porque passam as Instituições Federais de Ensino.

Finalmente, lembramos que nos entendimentos do CNUG mantidos com a SAF e do CNG/ANDES-SN com o MEC, até o momento, não estão indicados procedimentos como este. Por todas as razões apontadas, exigimos que o Reitor reveja a posição adotada.

CNG/ANDES-SN, em 08/06/93

4 - O CNG aprovou e levou ao CNUG a seguinte moção:

DO: CNG/ANDES-SN

PARA: CNUG dos Servidores Federais

Ao longo dos últimos anos, as entidades sindicais dos Servidores Públicos Federais, sob a coordenação da Central Única dos Trabalhadores, vêm realizando um esforço no sentido de conquistar a unidade da categoria. Ao mesmo tempo, nos últimos quatorze anos, o Movimento Docente, através da ANDES, edificou um patrimônio unitário fundamental no processo de construção de um sindicalismo classista e combativo. Tal experiência foi importante, inclusive, na criação da CUT, bem como, no fortalecimento da unidade e organização do movimento. Compreendendo as dificuldades a serem enfrentadas e os problemas

a serem superados diante de experiências sindicais distintas e divergências políticas entre os servidores, a CUT tem desempenhado um papel importante porém, em alguns momentos, ineficiente para fazer avançar a conquista da difícil unidade.

A recente greve nacional, com seu comando unificado, sua radicalidade e disposição de luta da base, atingiu um momento elevado na unificação do movimento sindical dos SPFs. É uma vitória incontestável, porém, ainda sujeita a uma avaliação qualitativa mais profunda, em que todas as entidades, dentre elas a CUT, devam a sua colaboração. A unidade, sabemos todos, exige a garantia da democracia no trato das divergências e o respeito mútuo entre as entidades.

A Plenária de 03/06 tinha em pauta problemas difíceis para resolver, frente à resposta do governo à nossa pauta de reivindicações e a continuidade ou não da greve. As discussões e votações deram-se em clima tenso e os dirigentes sindicais, sobretudo os da CUT, tinham a responsabilidade primeira na manutenção do tratamento fraterno entre os delegados nas polémicas estabelecidas.

O CNG/ANDES-SN considera que os dirigentes da CUT, membros também da FENASPS, tiveram uma intervenção tendenciosa e, sob qualquer aspecto, injustificável, incoerente com o papel que a Central Sindical tem de cumprir na busca e manutenção da unidade dos SPFs. Este fato determinou, em grande parte, as deliberações contraditórias dos SPFs, o que feriu a unidade do movimento, tendo, como conseqüências, um recuo político e perdas salariais dificilmente recuperáveis.

Na condução da Plenária, e diante da polémica estabelecida, esses companheiros manifestaram-se, com a autoridade de dirigentes da CUT, defendendo posições específicas da FENASPS. A delegação da ANDES-SN posicionou-se enfaticamente contra este comportamento dos dirigentes da CUT.

Ao levar ao CNUG esta crítica aos dirigentes da CUT, o CNG/ANDES-SN manifesta que apesar da disposição já expressa de continuar participando dos esforços de construir a luta unitária, poderá ter, daqui para frente, eventuais dificuldades de engajar suas bases nesse trabalho, fruto de suas discordâncias em conviver com os métodos e práticas ocorridos nesse episódio, praticados por algumas lideranças que dele participaram e que não refletem o tipo de organização sindical que defendemos. Indo mais além, responsabiliza essas lideranças pelas perdas políticas que a persistência de tais métodos poderá trazer ao movimento como um todo.

COMANDO NACIONAL DE GREVE / ANDES-SN

O CNG encaminhou ao CNUG a seguinte proposta apresentada pela AG da ADUFF SSind.:

Mantida a proposta do governo sobre política salarial e isonomia, transformada em Projeto de Lei, encaminhado ao Congresso Nacional, os servidores públicos federais desenvolvam um trabalho em prol de sua rejeição.

Essa proposta foi aprovada com 20 votos a favor, 3 contra e 6 abstenções

Sobre essa questão houve declaração de voto do Tomás, delegado da ADUFMAT.

"Abstem-se o delegado da ADUFMAT S.Sind. da ANDES-SN, nesta Plenária do CNG da votação e declara que em sua AG de 04/06 deliberou que o Governo ainda não oficializou nenhuma proposta, decisão que ainda vigora".

A ADUFERPE apresentou ao CNG o seguinte encaminhamento:

- Considera a contraproposta do CNG-ANDES para política salarial e isonomia como inócua e propõe manutenção da pauta de reivindicações.

Sobre essa questão a mesa encaminhou votação sobre a possibilidade ou não de reabrir a discussão sobre a contraproposta aprovada anteriormente no CNG.

Venceu por maioria com 2 votos contra e três abstenções a proposta de não reabrir a discussão sobre essa questão.

INDICATIVO DO CNG

Considerando:

- 1 - Confirmado pelo CNUG em reunião de 08/06/93 a suspensão da greve unificada dos SPFs;
- 2 - O quadro dos resultados da última rodada de AGs;
- 3 - A avaliação feita pelo CNG em sua reunião.

O CNG indica para posicionamento das AGs (4a. feira) com retorno imediato da deliberação ao CNG, o indicativo de:

1 - Suspensão da greve nacional dos docentes em 09/06/93.:

17 votos: ADUA, ADUFAC, ADUFC, ADUFEPE, ADUFERPE, ADUFES, ADUFF, ADUFCP, ADUFPB-JP, APUFPR, ADUFRJ, ADUFG, APUFSC, ADUR, APES-JF, APROFURG e APUB.

2 - Continuidade da greve nacional dos docentes com base na pauta específica.

10 votos: ADUFG, ADUFMAT, ADUFMS, ADUFPA, ADUFPB-PATOS, ADUFPI, ADUFRGS, ADUFSCAR, ADURN e ASPUV.

ABSTENÇÕES 4 votos: ADCEFET-MG, ADUFPB-CG, ADUFPEL e ADUFU.

Ausentes na votação por terem de se retirar os delegados da APUBII e ADUFAL.

O CNG recomenda novas AGs para 11/06/93 para encaminhar a posição que o CNG definir em reunião de 08/06/93.

DECLARAÇÕES DE VOTOS:

1 - Minha abstenção se deve ao inconformismo de minha parte com a proposta iníqua do governo que fomos forçados a aceitar, sem negociação, por uma manobra tendenciosa de nossa Central Sindical, mostrada na Plenária Nacional de 03.06.93, que acabou desmoronando a maior mobilização reivindicatória já vista no país.

Válmir Sales - ADCEFET-MG

2 - Me abstive da votação por não sentir contemplada nos encaminhamentos dados a posição unânime da AG de 07/06 que delibera pela continuidade da greve e rejeição à proposta de política salarial do governo e não discuti pauta específica.

Eliano - ADUFPEL

3 - Por não ter havido negociação com o governo e por não termos conseguido nenhum ganho com a proposta apresentada, que somente veio institucionalizar o arrocho salarial a que já estamos submetidos.

Antonio José - ADUFPI

4 - A unidade se deu na luta da greve unificada. "A pauta específica é peculiar para cada categoria, cada um deve ter a sua dinâmica própria". "Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é".

Allain - ASPUV

5 - Abstive-me na votação em função de não ter deliberação acerca da questão em nossa AD. Apesar de entender a necessidade da continuidade do movimento em torno da pauta específica na defesa da Isonomia entre as IFES e mais verbas para OCC. Porém, considerando também ser impossível no momento a continuidade do movimento em função da indicação majoritária das AGs. Suspensão da greve junto com os SPFs desconsiderando a pauta específica.

Eduardo - ADUFPB-CG

6 - O delegado da ADUFU se abstve por não ter posicionamento de base acerca do assunto.

Declara-se entretanto preocupado com o teor de várias intervenções e faz um apelo para continuarmos, como sempre fizemos, construindo uniformemente o nosso sindicato.

Antônio - ADUFU

7 - Declaro que respeitei o posicionamento de minha base, através de sua deliberação pelo indicativo de saída de greve com os demais SPFs para 09/06/93, embora tenha compreensão de que ela esteve carente de norteamento por parte desse CNG/ANDES-SN (Fax 19 - CNG/ANDES-SN, 06/06/93).

Faço menção de que minha base considerou a contraproposta do CNG/ANDES-SN inócua, apontando pelo resgate das reivindicações originais (AG de 08/06/93).

Lúcio - ADUFERPE

JUSTIFICATIVAS QUE ACOMPANHAM AS PROPOSTAS MAJORITÁRIA E MINORITÁRIA:

1 - O CNG/ANDES-SN após considerar,

- a) que o CNG/ANDES-SN atuou de modo incisivo no sentido de manter a greve nacional dos SPFs unificada, mesmo após a apresentação da proposta de política salarial do governo;
- b) que a Plenária dos SPFs de 03/06/93 precipitou a suspensão da greve na maioria das categorias, colocando para os docentes as seguintes alternativas: a greve isolada por pauta específica ou a suspensão unitária da greve;
- c) a decisão do CNUG de suspensão da greve geral, em reunião realizada em 08/06/93 em Brasília, onde apenas a ANDES-SN defendeu a continuidade da greve;
- d) a necessidade de preservar a unidade do movimento dos SPFs, com vistas ao encaminhamento das lutas imediatas, tais como: Projeto Paim, liberação do FGTS, isonomia entre os SPFs e revisão constitucional;
- e) que as AGs de 07 e 08 de junho indicaram na sua maioria a saída da greve;
- f) que qualquer indicativo de continuidade da greve isolada, neste momento, colocaria em risco a unidade do próprio movimento docente;
- g) que a pauta específica, centrada na isonomia entre as IFES, aponta na verdade para a tentativa de conquista do plano verão (26,05%), reivindicação essa que a rigor constitui ponto da pauta unificada, com possibilidade de conquista política extremamente limitada em se tratando apenas dos docentes pois o governo teria de concedê-la para o conjunto dos SPFs.

Por estes motivos propõe-se às AGs apreciarem na rodada de 09/06 o indicativo de suspensão da greve nacional dos docentes nas IFES.

Observação: Esta proposta tem como base os textos de Avaliação da greve, e A greve dos docentes: é a greve dos SPFs que se encontram no FAX 019.

2 - Pela Continuidade da Greve !!

Neste momento, a suspensão da luta do conjunto dos SPFs, pela política salarial e isonomia, coloca para o MD a possibilidade histórica da continuidade da greve pelo atendimento de sua pauta específica, em função das seguintes questões:

Em primeiro lugar é necessário enfatizar que a luta por esta pauta específica não pode ser entendida como abandono da unidade do movimento. A unidade é um processo de contínua construção que não pode sobrepor a diversidade, isto é, ela tem que conter e dar conta do diverso e específico. Foi nesta perspectiva que o próprio conjunto do MD, ao deflagrar sua greve, estabeleceu uma pauta com pontos gerais e específicos. Vale também lembrar que a dinâmica do movimento permitiu que outras categorias também protocolassem suas pautas específicas.

Em segundo lugar, cabe ao MD, avaliar diante da atual conjuntura, o significado e a importância que coloca para o mesmo a necessidade do atendimento de sua pauta específica, particularmente da reconquista da isonomia salarial entre as IFES.

Diante dos pontos acima, é necessário relembra que os docentes organizados nacionalmente na ANDES SN construíram um elevado patrimônio de lutas. É fundamental continuarmos na luta por uma maior unidade entre nos servidores, mas é ainda mais fundamental garantir as condições mínimas da nossa unidade, até mesmo para que a partir dela seja possível nos somarmos a todos os outros SPFs.

Nessa perspectiva, a quebra de isonomia entre as IFES significa a impossibilidade de realização de nossas lutas conjuntas, porque poucos são os outros elementos que nos unificam. Com a quebra da isonomia veremos, ainda, pipocar greves e ações isoladas (Paralha e Pelotas já se apresentam como casos concretos) que provocarão grandes prejuízos ao nosso movimento unitário.

Consideramos ainda que não esgotamos as possibilidades de conquista da isonomia entre as IFES, dado que deixamos de fazer uma pressão mais efetiva no MEC bem como não fortalecemos o arco de alianças em defesa deste eixo de importância crucial para a sobrevivência da universidade pública, do nosso projeto político e da própria luta unificada no interior do MD. Com a manutenção de nossa greve, de maneira unificada e forte, reconquistaremos o principal elemento unificador de nossa luta sindical, ou seja, a isonomia salarial.

REUNIÃO CNUG: 08/06/93 - 20:00 horas

Entidades presentes: CUT, ANDES-SN, FASUBRA, ANDEF, SINASEF, SINDIFISCO, CONDSEF e FENASPS.

Deliberações:

- 1 - Com o voto contrário da ANDES-SN foi aprovada a suspensão da greve unificada dos SPFs.
- 2 - Nova reunião do CNUG/SPFs no dia 09/06/93, às 15:00 horas para preparar audiência no Ministério do Trabalho, às 18:00 horas.
- 3 - O CNUG/SPFs apoiará as entidades que se mantiverem em greve por pauta específica.
- 4 - Será elaborado um documento de avaliação da greve pelo CNUG/SPFs, a ser enviado a todas as entidades.

FAX 020/CNG/ANDES-SN/93

Brasília, 07 de junho de 1993

Do: CNG/ANDES-SN
Para: AD's S.Sind Federais

URGENTE - URGENTE - URGENTE - URGENTE - URGENTE - URGENTE -

Tendo em vista que o CNG reunir-se-á na noite de 08/06, terça-feira, para, diante do quadro, resultado das Assembléias de 07 e 08/06, encaminhar para os CLGs um indicativo favorável ou contrário à continuidade de greve só de docentes em torno da pauta específica, solicitamos que sejam realizadas Assembléias em 09/06, no período da tarde.

A medida, associada a outras que o CNG está tomando em Brasília, visa permitir que as AGs se reúnam na quarta-feira, de posse de FAX resultante da reunião do CNG de terça-feira à noite.

CNG/ANDES-SN

POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA P/GOVERNO FEDERAL P/OS SERVIDORES PÚBLICOS

Prof. Rômulo Soares Polari

Análise das repercussões dessa Política no salário real dos Servidores, segundo diferentes hipóteses sobre o comportamento da inflação:

- HIPÓTESE I** - Supõe que a taxa mensal de inflação implícita no IRSM, no período Junho/93-Maio/94, manter-se-á igual à verificada no mês de Maio/93, quando o IRMS foi de 28,39%
- HIPÓTESE II** - Supõe que a taxa mensal de inflação implícita no IRSM, no período Junho/93-Maio/94, crescerá na razão de 1% ao mês, em relação à verificada no mês de maio/93.
- HIPÓTESE III** - Supõe que a taxa mensal de inflação implícita no IRMS, no período Junho/93-Maio/94, decrescerá na razão de 1% ao mês, em relação à verificada no mês de Maio/93.

TABELA Nº 1
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MEDIO REAL - HIPÓTESE I
 JUNHO/93-MAIO/94

DATAS	IRSM DO MES (EM %)	IARS ¹ DO MES (EM %)	VALOR DO SALARIO REAL	
			SEM AUMENTO DA GAE	COM AUMENTO DA GAE
31.05.93	28,39	85,00	100,00	100,00
30.06.93	28,39	-	77,89	77,89
31.07.93	28,39	28,39	77,89	77,89
31.08.93	28,39	5,55*	60,67	64,03
30.09.93	28,39	73,29	81,89	86,42
31.10.93	28,39	5,26*	63,78	70,85
30.11.93	28,39	28,39	63,78	70,85
31.12.93	28,39	-	49,68	55,18
31.01.94	28,39	175,23	106,50	118,29
28.02.94	28,39	10,00*	82,95	101,35
31.03.94	28,39	28,39	82,95	101,35
30.04.94	28,39	9,09*	64,61	86,11
31.05.94	28,39	91,50	96,37	128,44
30.06.94	28,39	8,33*	75,06	108,37

¹ índice de Antecipação ou Reajuste Salarial.

* Taxa de Incremento Salarial correspondente ao aumento da GAE.

NOTA: O IARS de 31.01.94 recupera todo o residuo acumulado durante o ano e desconta, também, os 33% de antecipação salarial do mês de Março de 1993.

TABELA Nº 2
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL - HIPÓTESE II
 JUNHO/93-MAIO/94

DATAS	IRMS DO MÊS (EM %)	IARS ¹ DO MÊS (EM %)	VALOR DO SALÁRIO REAL	
			SEM AUMENTO DA GAE	COM AUMENTO DA GAE
31.05.93	28,39	85,00	100,00	100,00
30.06.93	29,67	-	77,12	77,12
31.07.93	30,97	29,03	75,98	75,98
31.08.93	32,28	5,55*	57,44	60,63
30.09.93	33,60	80,86	77,76	82,08
31.10.93	34,94	5,26*	57,63	64,03
30.11.93	36,29	34,27	56,78	63,08
31.12.93	37,65	-	41,25	45,83
31.01.94	39,03	231,51	98,36	109,28
28.02.94	40,42	10,00*	70,05	85,61
31.03.94	41,82	39,72	69,01	84,34
30.04.94	43,24	9,09*	48,18	64,22
31.05.94	44,67	147,31	82,36	109,77
30.06.94	46,12	8,33*	56,36	81,38

¹ índice de Antecipação ou Reajuste Salarial

* Taxa de Incremento Salarial correspondente ao aumento da GAE.

NOTA: O IARS de 31.01.94 recupera todo o resíduo acumulado durante o ano e desconta, também, os 33% de antecipação salarial do mês de Março de 1993.

TABELA Nº 3
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL - HIPÓTESE III
 JUNHO/93-MAIO/94

DATAS	IRMS DO MÊS (EM %)	IARS ¹ DO MÊS (EM %)	VALOR DO SALÁRIO REAL	
			SEM AUMENTO DA GAE	COM AUMENTO DA GAE
31.05.93	28,39	85,00	100,00	100,00
30.06.93	27,11	-	78,67	78,67
31.07.93	25,84	27,75	79,86	79,86
31.08.93	24,58	5,55*	64,10	67,66
30.09.93	23,33	65,97	86,26	91,05
31.10.93	22,10	5,26*	70,65	78,49
30.11.93	20,88	22,71	71,72	79,68
31.12.93	19,67	-	59,93	66,58
31.01.94	18,47	128,10	115,39	128,20
28.02.94	17,29	10,00*	98,38	120,23
31.03.94	16,12	17,88	99,87	122,05
30.04.94	14,96	9,09*	86,87	115,82
31.05.94	13,81	47,93	112,91	150,54
30.06.93	12,67	8,33*	100,21	144,74

¹ índice de Antecipação ou Reajuste Salarial,

* Taxa de Incremento Salarial correspondente ao aumento da GAE.

NOTA: O IARS de 31.01.94 recupera todo o resíduo acumulado durante o ano e desconta, também, os 33% de antecipação salarial de Março de 1993.

A partir dos dados das Tabelas nºs 1 a 3, e com base nas referidas hipóteses sobre as taxas de inflação, chega-se à seguinte evolução do salário médio real dos servidores públicos federais, no período Junho/93-Maio/94.

TABELA Nº 4
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL PARA OS SERVIDORES QUE NÃO VÃO TER
 AUMENTO DA GAE
 JUNHO/93-MAIO/94

Comportamento da Inflação	Salário Real Médio (SRM) (Base=SRM de Maio/93=100,00)				Taxa % de Variação			
	Por Quadrimestre			No Ano	B/A*	C/B	D/C	E/A*
	Junho Set./93 (B)	Out/93 Jan/94 (C)	Fev. Maio/94 (D)	Jun/93- Maio/94 (E)				
HIPÓT. I	74,59	70,94	81,72	75,75	(13,1)	(4,9)	15,7	(11,7)
HIPÓT. II	72,08	63,50	67,40	67,66	(16,0)	(11,9)	6,1	(21,2)
HIPÓT. III	77,22	79,42	99,51	85,38	(10,0)	2,8	25,3	(0,5)

*A = 85,83 = Valor do Salário Médio Real do quadrimestre Fev-Maio/93

TABELA Nº 5
 IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA SALARIAL PROPOSTA
 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL PARA OS SERVIDORES QUE VÃO TER AUMENTO
 DA GAE
 JUNHO/93-MAIO/94

Comportamento da Inflação	Salário Real Médio (SRM) (Base=SRM de Maio/93=100,00)				Taxa % de Variação			
	Por Quadrimestre			No Ano	B/A*	C/B	D/C	E/A*
	Junho Set./93 (B)	Out/93 Jan/94 (C)	Fev. Maio/94 (D)	Jun/93- Maio/94 (E)				
HIPÓT. I	76,55	78,79	104,31	86,55	(10,8)	2,9	32,4	0,8
HIPÓT. II	73,95	70,56	85,99	76,83	(13,8)	(4,6)	21,9	(10,5)
HIPÓT. III	79,31	88,24	127,16	98,24	(7,6)	11,3	44,1	14,5

*A = 85,83 = Valor do Salário Médio Real do quadrimestre Fev-Maio/93

QUADRO NACIONAL

AD'S. Sind	DATA AG	N. ASSOC.	N. PARTIC.	G. ESPECIFICA	INDICATIVO		OBSERVAÇÕES
					G. UNIF. SPFS	SAIDA UNIF. SPFS	
ADCEFETRJ	07/06	180	17			X	Saída da greve (08/06)
ADCEFETMG	08/06	212	126			X	Saída unificada ecentes (09/06) 14:00h
ADFCAP							Não tem informe
ADUA - AM	07/06	540	156			X	Proxima AG (09/06) 5:30h
ADUJC							Não tem informe
ADUFAC	08/06					X	
ADUFAL	07/06	858	203			X	Proxima AG 09/06
ADUFC	07/06	1254	240			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
ADUFEPE	07/06	1341	131			X	Proxima AG (09/06) 10:30h
ADUFERPE	08/06	425	57			X	Proxima AG (09/06) 10:00h
ADUFES	08/06	813	213			X	Proxima AG (29/06) 14:00h
ADUFF	08/06	2002	70			X	Saída da greve 09/06
ADUFG	08/06	1966	250	X			Proxima AG (09/06) 15:00h
ADUFMAT	07/06	1488	189	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADUFMS	09/06	511	164	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADUFGP	07/06	184	61	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
ADUFPA	09/06	11351	232	X			
ADUFPE-CG	04/06				X		Não discutiu pauta específica. AG (09/06) 9:00h
ADUFPE-IP	06/06	4178	322			X	Proxima AG (09/06) 12:00h
ADUFPE-Partes	07/06			X			Proxima AG (09/06) 7:30h
ADUFPEL	07/06	929	180		X		Não discutiu pauta específica. AG (11/06) 14:00h
ADUFPI	08/06	1172	181	X			Proxima AG (09/06) 11:00h
ADUFRGS	07/06	1911	270	X			Proxima AG (09/06) 11:00h
ADUFRJ	07/06	2001	219		X		Proxima AG (09/06) 14:00h
ADUFS - SE	08/06	430	64			X	Proxima AG (11/06) 18:00h. Saída 12:00h
ADUFS-CAR	07/06	52	64	X			Proxima AG (09/06) 18:00h
ADUFU	04/06				X		Proxima AG (09/06) 18:00h
ADUNI-RIO	04/06 (14:00)						Saída unificada (sem qualificar informação)
ADUNIR-RO	07/06	224	90				Proxima AG (09/06) 13:00h
ADUR-RJ	07/06	554	61			X	Proxima AG (09/06) 14:30h
ADURN	04/06						Não discutiu pauta específica. Proxima AG (09/06) 14:30h
APES-JF	08/06	726	132	X			Proxima AG (09/06) 15:00h
APROFEI	07/06	151	40			X	Proxima AG (09/06) 14:00h
APROFURG	08/06	589	114			X	Proxima AG (10/06) 13:00h
APRUMA	07/06	1696	132		X		Não discutiu pauta específica. Proxima AG (09/06) 15:00h
APUB	07/06	1925	145			X	Proxima AG (09/06) 14:30h
APUBH	04/06	2225	203			X	Proxima AG (09/06) informativo saída da greve 09/06
APUFR	06/06	1875	262			X	Proxima AG (09/06) 10:30h
APUFSC	04/06	1326	273		X		Proxima AG (09/06) 14:00h
ASPI-SAL	07/06	133	75			X	Proxima AG (09/06) 14:30h
ASPLY	07/06	725	130	X			Proxima AG (09/06) 14:00h
SEOU-SAL	08/06	625	130		X		Não discutiu pauta específica. Proxima AG (09/06) 14:00h
SINDOCEFET	08/06			X			Proxima AG (09/06) 13:00h

Editorial

A crise brasileira se agudiza e, além dos aspectos a ela intrínsecos de inflação, recessão, desemprego e aprofundamento da pobreza e da miséria, tem aumentado a violência a níveis assustadores: ela se exerce contra os trabalhadores, mulheres, índios, crianças; centraliza-se o genocídio urbano. Os escândalos envolvendo políticos: ministros, deputados, senadores, governadores... em corrupção, voltam à tona, demonstrando que o roubo é institucionalizado.

Aqui, na Paraíba, a violência envolve a mais alta autoridade do Estado. Governador responde a denúncias de corrupção com tiros, invertendo o slogan de campanha "a viola no lugar da pistola", ao invés de buscar provar a sua isenção e buscar os caminhos da justiça.

Fatos como esses devem ser apurados em toda sua extensão e os culpados devem ser condenados.

O Congresso nacional, mesmo tendo um grande número de deputados e senadores envolvidos em

monstruosa corrupção, onde manipulam os recursos do orçamento da União, revelando uma gigantesca roubalheira dos impostos pagos pelo povo, insiste na Revisão Constitucional. Insistimos que este Congresso não tem legitimidade para proceder esta revisão, pois não tem poderes constituintes, não tem credibilidade e não tem ética para rever nada da atual Constituição.

A revisão é uma forma encontrada pela burguesia e pelos políticos para implementar uma política neoliberal que vise fortalecer o capitalismo e diminuir a responsabilidade do Estado com as políticas sociais.

A ilegitimidade do Congresso para dar curso à revisão, a incapacidade do governo em por fim aos principais problemas econômicos, os escândalos de corrupção que expressam a continuidade de Collor, a necessidade da construção de um projeto popular para a nação, colocam na ordem do dia o debate sobre a antecipação das eleições gerais previstas para outubro de 1994. A CUT realizará em 10 de novembro um plebiscito nacional, em que a população responderá se quer ou não a revisão constitucional e se ela quer ou não a antecipação das eleições, quase gerais, do ano que vem.

É necessário o imediato fortalecimento do trabalho de articulação do movimento sindical e dos movimentos populares em luta de resistência que possa impedir a destruição das conquistas sociais e da cidadania, metas fundamentais da política neoliberal.

Diretoria Executiva - ADUFPB-JP/SSind

Diretrizes de Planos de Carreira

O XXVII CONAD (Pelotas, 02 a 06/11/93) aprovou uma proposta de anteprojeto de Lei de Diretrizes de Plano de Carreira - DPC, que estabelece diretrizes para as carreiras do serviço público civil da União.

Esta proposta servirá de base para que o Movimento Docente possa discutir e negociar com os servidores públicos em uma proposta comum a ser negociada com o governo, onde já circula um anteprojeto da SAF e outra do MEC.

O DPC da ANDES-SN contempla princípios gerais de diretrizes amplas, serve como instrumento de melhora da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade e do crescimento dos próprios servidores enquanto cidadãos trabalhadores; garante os direitos adquiridos dos atuais servidores; contempla a avaliação do Estado em termos de prestação dos serviços e dos servidores como servidores do público.

Nossa proposta de DPC prevê: estrutura de carreiras diferenciadas em função da natureza e especificidades das atividades que compõe os campos de trabalho das diversas instituições; ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; implantação de avaliação sistemática das instituições e órgãos do serviço público sob controle social e mecanismos democráticos e transparentes; progressão nas carreiras mediante escolaridade, titulação e avaliação do desempenho dos servidores públicos; Planos institucionais de capacitação de caráter sistemático, visando o aprimoramento dos servidores e isonomia salarial mediante remuneração uniforme do trabalho prestado por servidores da mesma classe, nível, categoria funcional, ou que exerçam cargos ou funções de atribuições iguais ou assemelhados.

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

ENCAMINHAMENTOS DO XXVII CONAD

O conjunto das lutas que se fazem necessárias na atual conjuntura deve ser pensado a partir de quatro grandes eixos.

Essas lutas deverão ser entendidas no quadro da construção de um projeto democrático e popular.

I. REVISÃO CONSTITUCIONAL

- I.1. Manutenção das Conquistas Sociais da Carta de 1988.
- I.2. Regulamentação dos Direitos da Carta de 1988.
- I.3. Articular com o movimento sindical cutista nossa intervenção no Movimento Cívico contra a Revisão buscando aprofundar esse combate.
- I.4. Implementar a proposta de plebiscito da CUT (Revisão).
- I.5. Promover o debate nas bases do MD e dos movimentos popular e sindical sobre a proposta de Antecipação das Eleições.
- I.6. O MD deve organizar a pressão democrática sobre os parlamentares enviando cartas, telegramas, convidando-os a debater com o conjunto da sociedade etc.
- I.7. Amplificação da divulgação dos elementos necessários à compreensão do sentido golpista da Revisão.
- I.9. Fiscalização dos trabalhos da CPI e combate às formas de corrupção em todos os níveis.
- I.10. O MD encaminha à plenária dos SPFs e à CUT, o chamamento à população, para um dia nacional de luta, com atos públicos pela ética na política, pela apuração total das denúncias de corrupção, pela punição dos corruptos e contra a Revisão Constitucional.

II. CIDADANIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

- II.1. Direito ao Trabalho.
- II.2. Revogação da Lei Eleitoral.
- II.3. Ampliar a participação do MD na luta contra a fome no sentido de formulação de políticas sociais e a construção da cidadania.
- II.4. Ampliação da luta pela democratização dos meios de comunicação, condição fundamental da cidadania.

III. DEFESA DO SETOR PÚBLICO

Reafirmar o caráter e a necessidade social do serviço público, denunciando as privatizações como forma de destruição desses serviços e implementação do projeto neoliberal.

IV. INSERÇÃO MAIS ATIVA DO MD NA CUT

IV.1. O MD deve incorporar-se na organização e na realização dos Congressos Regionais e Nacional da CUT.

IV.2. O MD deve aprofundar a análise das novas tecnologias, da reestruturação produtiva, da questão do desemprego estrutural e do aprofundamento das desigualdades de poder inerentes a estas tecnologias.

IV.3. O MD deve aprofundar a análise do MERCOSUL e suas consequências na região.

COMO O MD VEM TRABALHANDO A QUESTÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Desde 1990, com a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 que prevê a criação de um plano de seguridade social específico para os SPFs, que o MD vem se manifestando contrário a sua implantação e reafirmando sua posição em defesa do SUS como único sistema de saúde que garante universalidade dos serviços, uniformidade dos benefícios, distributividade na sua prestação e equidade no custeio, o que é um preceito constitucional.

No XXV Conselho Nacional da ANDES-SN, realizado em 1992 em Piracicaba, o MD incorporou as propostas da IX Conferência Nacional de Saúde, que expressa a vontade da sociedade brasileira no sentido de ter uma seguridade social que englobe, na teoria e na prática, a indissociabilidade da Saúde, Previdência e Assistência Social, enquanto direito de cidadania. É como direito de cidadania, em que todos os brasileiros são iguais em direitos e deveres, que o MD não pode aceitar um plano de seguridade que beneficie apenas um segmento da sociedade, quebrando o conceito de seguridade, isolando os SPFs dos outros trabalhadores para, fragmentando-os, enfraquecer a luta política de toda a sociedade por seus direitos e criando condições para a privatização do sistema público de saúde, levando ao exercício de uma política perversa e desumana que exclui a maioria da população brasileira do acesso à seguridade social.

O MD, dentro de critérios democráticos, não compactua com o corporativismo que está embutido no sistema da Atenção Integral à Saúde dos SPFs e quer que esta luta se estenda a todos os trabalhadores tendo, na união de forças, a única forma de garantir o cumprimento da lei que estabelece equidade e acesso a todos os níveis de atendimento e a todos os cidadãos através do SUS.

CORRUPÇÃO E ESTADO (C

Opinião

Mais um escândalo ocupa as manchetes políticas da mídia, seguindo-se ao da compra e venda de filiações partidárias no Congresso Nacional.

Agora, as denúncias atingem um extenso e qualificado número de parlamentares, ministros e ex-ministros, governadores: a opinião pública tem acesso a informações que mostram como são elaborados os orçamentos da União, que dizem da transformação em balcão de negócios da definição das prioridades dos gastos públicos federais. O momento é privilegiado para uma reflexão aprofundada sobre o fenômeno corrupção na política nacional; permite, ou deve permitir, que se trate a questão para além da pontualidade dos fatos que envolveram Collor e sua quadrilha, Inocêncio e seus poços, a Comissão de Orçamento do Congresso ou os dólares do PSD.

Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar o que todos sabemos: até aqui, exceto pelos dias em que dois personagens secundários conheceram o xadrez da Polícia Federal em Brasília, ninguém da quadrilha collarida foi efetivamente punido. Não me refiro apenas a Collor e Rosane, PC Farias *et cetera* (ainda hoje passeando seu ócio às custas dos recursos que amealharam vendendo povo e nação). Refiro-me também aos que os financiaram em troca de benesses: um conjunto de megaempresários que inclui os banqueiros coniventes com as contas "fantasmas", trusts multinacionais que admitiram em juízo o repasse de "contribuições"; o monopolista Roberto Marinho, os ratos e as ratazanas das empreiteiras de obras públicas.

Na luta pelo impeachment, mesmo consideráveis setores da esquerda restringiram-se a uma falsa percepção da institucionalidade, aceitando que a tônica da luta pelo afastamento de Collor fosse centrada apenas na questão da corrupção, admitindo um tipo de condução política que elidiu o fato de que a infelicidade social e os crimes de lesa-pátria collaridos tinham fundamento estrutural, e que a corrupção era apenas a face marginal de uma velha política conjunturalmente apresentada como modernizante, na linha da proposta neoliberal.

A continuidade das denúncias centradas na questão da corrupção estatal permite - somada à continuidade da crise econômica e social - que pescadores de águas turvas ponham em questão a credibilidade da democracia e de suas instituições. A

direita mais reacionária e oportunista lidera a perspectiva de esvaziar a Carta de 88 das conquistas sociais nela inscritas, via revisão constitucional, bem como acena (vide declarações do governador baiano) com a possibilidade de um golpe militar contra uma eventual eleição de Lula para a Presidência da República. A impunidade da quadrilha Collor e o golpismo redivivo são motivos suficientes para que se historicize e se politize o debate sobre o tema corrupção estatal; a pretensão, aqui, é a de afirmar uma tentativa de explicação que certamente não esgotará, neste artigo, a compreensão do fenômeno.

A corrupção não pode ser considerada como argumento favorável à tese da inviabilidade da democracia em nosso país. Ao contrário, ela expressa a insuficiência democrática de nossas instituições, a necessidade da construção de um efetivo poder popular sobre o Estado.

A corrupção não é a mosca varejeira que pouso, eventual e inesperadamente, na cobertura do bolo-Estado brasileiro. As varejeiras não são meras predadoras de chantilly - são parte da massa e do recheio do bolo construído por cinco séculos de dominação de classe na sociedade brasileira. A corrupção é mecanismo estrutural, constitutivo da forma burguesa de controle do Estado e da sociedade.

Um falso caminho é o que busca atribuir a um pseudo "caráter brasileiro" as mazelas éticas, morais, hoje denunciadas. Os que trabalham nesta perspectiva metafísica costumam lembrar a Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei: pedia pelo genro, degredado, ao fim da boa-nova da descoberta, traficando influência...

Não. Como diz o povo, o buraco fica mais abaixo.

A dominação burguesa no Brasil, desde a Colônia, supõe a subordinação - consentida e conivente - à acumulação capitalista exógena. O capital mercantil colonizador, o imperialismo anglo/norte-americano, o monopolismo financeiro multinacional, deram sempre o norte à nossa economia, inserida de forma subordinada na divisão internacional de trabalho imposta pelo capitalismo. Desde a fase da acumulação primitiva até à época monopolista atual. Nossa História não conhece Revoluções: a independência de 1822, a abolição da

Seguridade Social: Direito igual para todos

Graziela de Oliveira*

Mais uma vez, com o escândalo da Corrupção do Orçamento no ar, o atual Congresso dá provas de que não é digno de confiança para implementar uma revisão na Carta de 1988.

No aspecto referente à Seguridade Social, enquanto os grupos ligados à Previdência Privada já encaminharam suas propostas a deputados e senadores, tendo como objetivo expandir a ação do capital nos serviços de saúde, previdência e assistência social, a CPI em curso revela que verbas públicas, supostamente canalizadas para a assistência filantrópica por intermédio de instituições de direito privado, foram parar nas contas bancárias de vários parlamentares.

Independentemente das falcaturas ilegais, os homens públicos, eleitos para cuidar da coisa pública, organizam para si formas legais de roubar o público. Enquanto querem acabar com o direito do trabalhador da aposentadoria por tempo de serviço, os parlamentares, às custas dos cofres públicos, podem aposentar-se após oito anos de mandato.

Enquanto um trabalhador necessita trabalhar no mínimo trinta e cinco anos para ter o direito a enfrentar as filas do INSS e receber um valor irrisório que lhe garante no máximo a sobrevivência, os políticos, cuidando de seu bem estar pessoal, locupletam-se no poder.

Em São Paulo, um projeto do deputado estadual Roberto Gouveia (PT) propõe a extinção da Carteira de Previdência, administrada pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, que onera os cofres públicos de cento e treze municípios, garantindo a aposentadoria precoce de ex-prefeitos e ex-veredores que, após quatro anos de serviço, podem requerer pensão vitalícia. Isto é, após um mandato de quatro anos, o político interessado na pensão vitalícia de 50% do salário integral de vereador ou prefeito, precisa tão somente pagar a contribuição à Carteira por mais quatro anos. (JB,31.10.93)

Para acabar com estes privilégios e garantir os direitos do trabalhador, urge a força do movimento sindical e popular.

*Prof. Dept. Economia-CCSA/UFPB/Diretora ADUFPB-JP

A perda dos salários

Mês	Reajuste	Salário	IRSM	Salário real**
Julho	Acerto	50.000	29,26%	38.680
Agosto	19,26%	59.630	32,22%	45.090
Setembro	22,22%	72.870	35,17%	53.900
Outubro	25,17%	91.220	35%***	67.570

* Cálculo para o grupo C (data-base março, julho e novembro); ** valor no recebimento; *** projeção do Índice de Reajuste do Salário-Mínimo (IRSM)

Salário perde metade do valor com nova política

LUCILA SOARES

Inflação em 1% ao dia, pagamento no início do mês seguinte ao trabalho e ainda uma política salarial com redutor. O resultado está claro para os trabalhadores do grupo C (data-base em março, julho e novembro), os primeiros que completarão o quadrimestre regidos pela nova lei salarial, em novembro: quando receberem o salário de outubro, ele estará valendo entre 58% e 45% do que valia em julho, quando tiveram a reposição da inflação do quadrimestre anterior.

Os cálculos foram feitos pelo economista Ademir Figueiredo, do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), para aqueles que estão recebendo reajustes restritos à lei. Quem ganha de um a sete salários mínimos chega a outubro com poder aquisitivo reduzido a 58% em relação a julho. E a perda é menor do que quem ganha 20 salários mínimos, e que compra este mês apenas 45% do que comprava em julho. A diferença acontece porque pela lei a reposição só incide sobre a faixa até seis mínimos — acima disso o trabalhador recebe uma parcela fixa.

O nó da questão é que a política salarial, embora menos perversa que a anterior (na qual o salário só tinha reajuste bimestral), não reduz o intervalo de 30 dias entre o cálculo do salário e seu efetivo recebimento. Com inflação de 35%, o efeito sobre o bolso é avassalador, reduzindo bastante o alívio que o

acerto quadrimestral representa ao zerar a inflação passada: em novembro, o grupo C receberá mais de 120% de reajuste, do qual terá que descontar as antecipações. Mas só verá a cor do dinheiro no início de dezembro.

"O assalariado recebe a inflação menos dez pontos por três meses seguidos, e no quarto repõe a diferença, mas quando o dinheiro chega ao bolso a inflação do mês em curso já corroeu 35% do poder de compra", explica Figueiredo.

Traduzindo em números, isto significa que um salário de CR\$ 100 mil vale CR\$ 74 mil quando recebido. Mais grave é a situação de quem só recebe no prazo limite estabelecido pela lei, de até cinco dias úteis após o fim do mês.

Negociação — É por isso que, desde o início do ano, muitas empresas vêm atropelando a política salarial. Levantamento nacional do Dieese mostra que 85% das categorias profissionais já recebiam, em julho, reajustes acima do estabelecido em lei. Na pior das hipóteses, garantindo a incidência do percentual legal sobre o salário integral, e não apenas sobre a faixa até seis mínimos. E mais de 50% já recebiam reajuste mensal, sendo que 10% pela inflação integral.

Muitos acordos já prevêm o pagamento de uma parte do salário no meio do mês, como forma de atenuar a perda do poder aquisitivo. Receber no dia 15 significa deixar de perder cerca de 16%.

ou: o buraco é mais embaixo)

Silvio Frank Alem (*)

escravidão e a República, a "nova República" de 1930, a quartelada de 1964, a "transição lenta, gradual e segura" que resultou em Tancredo-Sarney... não se configuraram como rupturas estruturais, mas foram meras expressões históricas de um transformismo competentemente exercitado pelos proprietários dos meios de produção.

Escravocratas ou burgueses importadores/ exportadores, industriais ou banqueiros, a parcela majoritária de nossas "elites" sempre se constituiu em sócia minoritária da exploração da massa de sobretaxa ou mais-valia extraída da imensa maioria formada pelos trabalhadores brasileiros - fossem ou sejam eles escravos, meeiros, pequenos arrendatários, assalariados.

As sobras do banquete gerado pelo suor coletivo bastaram aos dominadores aqui instalados e reproduzidos. O mesmo que em quase toda América Latina. Nada a esperar, em termos de luta nacional, dos abutres quinhentos anos velhos.

A corrupção e os corruptos/corruptores não são, bem o sabemos, síndrome ou espécie limitada ao nicho ecológico da periferia. O caso italiano, recente, a degenerescência burocrática verificada no campo da experiência socialista, mostram o alcance do fenômeno. Ele é inerente à história de sociedades que não lograram ultrapassar a realidade da dominação classista ou estamental. Mas a periferia capitalista tem especificidades de que o Brasil pode ser considerado exemplo. A dominação escravista só era possível com um certo tipo de Estado, que no Império conciliou idéias liberais e práticas patrimonialistas. O coronelismo e o clientelismo se fizeram e se fazem à custa de um certo tipo de compromisso quanto à hierarquização do uso do Estado. Os quadros políticos oriundos das oligarquias nordestinas ou das áreas mais atrasadas do país tiveram (e têm) relevância entre os expoentes da ditadura e do regime da Carta de 88: em troca da não realização da reforma agrária, dos benefícios da indústria, de incentivos fiscais e créditos oficiais subsidiados, sustentaram e sustentam as políticas do imperialismo multinacional.

Nenhuma surpresa, portanto, se forem comprovadas as denúncias contra os "sete anões" e mesmo "brancas de neve", contra o pianista maranhense, o empreiteiro do PMDB gaúcho, o collarido governador de Brasília e que-tais... Estaremos diante

da regra, não da exceção; da massa do bolo e não de varejeiras invasoras.

A conciliação de classe historicamente estabelecida entre as diversas frações da burguesia brasileira supôs sempre um Estado privatizado. Para alguns, mais privilegiados, a sociedade com o capital multinacional; para outros, a preservação do arcaico monopólio da terra; àquelas, a vigiarice das "obras sociais" ou as comissões sobre as obras públicas.

Cabe aos trabalhadores, à sociedade civil organizada, exigir a apuração de mais estas denúncias. Mas tal não basta.

Enquanto não conquistarmos mais democracia, mudarão os atores, mas os personagens permanecerão em cena. A negociata do porto de Torres serviu para desmoralizar Deodoro; Vargas e o populismo construíram aristocracias pelegas e fortunas derivadas do tráfico de influência; a ditadura das transamazônicas desembocou no "caçador de marajás".

Só a universalização da cidadania romperá com uma das mais firmes tradições de nossa História: o político corrupto, a política corruptora. Uma conquista de cidadania que significa reforma agrária, redistribuição da renda nacional, controle social da mídia, democratização dos processos eleitorais, controle popular sobre os três poderes, inclusive o Judiciário.

É urgente que Collor & PC, Inocêncios e Nobres, os mercadores de subvenções... paguem por seus crimes. Mas não basta: outros os substituirão, se as vítimas de todos eles, os trabalhadores, não lograrem - cidadãos - romper com o domínio de uns poucos parasitas sobre o coletivo, tomando público o Estado privatizado, redefinindo as relações Estado-sociedade civil.

(*) *Doutor em História, professor da UFPB, ex-Presidente da ADUFPB-JP e atual Secretário Geral da ANDES-SN.*

O CONFRONTO NO FRONT

A Peleja do Público X Privado, face a sistematização do S.U.S.

Everaldo Torres Barbosa

O Brasil vive um modelo de completa dependência da economia internacional. Seja de Ciência & Tecnologia, seja na autonomia das patentes, seja no modelo da educação, que atende ao modelo de formação fragmentada da realidade social, indo até ao modelo CLÍNICO adotado/imposto pela visão flexineriana norte-americana, que congrega ao profissional uma formação BIOLÓGICA, logo clínica, com um olhar puramente CURADOR. Neste modelo, temos uma organização política, de representação pelo voto, mas os poderes Legislativo e Executivo, aliados ao Judiciário, pautam-se por atitudes arbitrárias, numa conotação autoritária, negando a representatividade e apenas buscando benefícios CORPORATIVISTAS E CLIENTELISTAS, em absoluta discordância com um regime democrático, para o qual foram sufragados.

A forma como a saúde continua sendo tratada, revela o total descaso com a coisa pública, garantindo ao setor privado uma força quase imbatível, pois ele permanece coeso e resistente. Busca-se legitimar à luz da compreensão, que o bom tem o seu preço direto e imediato, ou até pode ser na forma de pré-pagamento, como é o caso da medicina de grupo.

A saúde pública foi completamente sucateada, assim como todos os setores públicos. Os impostos diretos e indiretos foram manipulados para financiar e investir na ordem privada. E assim cresceu a população dos descamisados, dos sem tetos, sem escolas, sem direitos, mas sobretudo com DEVERES, inclusive de morrerem sem nenhum tipo de assistência.

O Sistema Nacional de Saúde (SNS), instituído em plena vigência do regime militar, procurou unir os sub-sistemas diretos e indiretos da saúde, para juntos garantirem uma assistência, e aqui o repensar das academias se fez necessário, pois juntos formariam um sistema contemplando a todos.

O SUS que veio para garantir os serviços, também revelou o modelo perverso do capitalismo, mostrando que a doença passa ou deixa de ser manifestação clínica, para ser resposta do modelo de desenvolvimento econômico, pois o povo adocece em uma casa que não tem saneamento básico, não foi planejada para uma família, sem água tratada e o solo urbano é ocupado de uma forma arbitrária, desordenada. Com o SUS, a saúde mergulha num novo olhar, a organização social é repensada, assim

como o modelo de produção e consumo e da educação.

Entretanto, a cultura entranhada do imediato exige um tempo de melhor estruturação e preparo da cidadania, pois o SUS, mesmo para os profissionais da saúde, é entendido como uma gratificação, que o funcionário do sistema recebe pela produtividade do seu trabalho.

O marco teórico da Universalização (todos têm direito ao atendimento, contribuintes ou não), da Integralidade (a pessoa doente é vista em toda a sua necessidade, por uma EQUIPE MULTIPROFISSIONAL) e da Equanimidade (todos têm direitos, ninguém pode ser discriminado, a necessidade determinará o tipo de atendimento) encara a saúde como uma necessidade para que se recupere a dignidade da cidadania.

Com o SUS, a saúde passa a ser gerenciada no município, isto é, com o controle social dos usuários, de uma forma paritária entre os setores público e privado, estabelecendo que o privado entra como SUPLEMENTAR e o controle fica extenso também, isto é, os usuários, com representantes legitimados, terão um controle do repasse de verbas para o setor privado.

O usuário, com representantes nos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde, deve controlar se o recurso utilizado teve o empenho esperado. O usuário deve participar dos Fundos Estadual e Municipal de Saúde, que ficam sob o controle único do Ministério da Saúde e dos respectivos Conselho Nacional e Fundo Nacional de Saúde. Assim, o usuário terá a visão do quanto foi repassado e quanto chegou na ponta dos serviços, evitando a ocorrência de repasse de atividades, sem repasse de autonomia e a Prefeitura, ou seja, evitar que o prefeito concentre poder e decisão do modelo local de saúde. Uma vez estabelecido os critérios do SUS, as Secretarias de Saúde ficarão sem função, criando-se assim uma crise de identidade. O QUE FAZER? Precisamos legitimar uma Municipalização com descentralização da gerência local e da administração dos serviços. A descentralização se torna possível através de uma política de comunicação e informação.

Outro fator a ser redimensado é o atual sistema de financiamento, que continua privilegiando o setor privado. Este, detém as tecnologias de ponta, leituras

SOMOS TODOS IGUAIS, pero no mucho.

*"Espere sentado,
ou você se cansa,
está provado,
quem espera nunca alcança.
(Chico Buarque)*

Manoel Fernandes de S. Neto*

Somos todos iguais, mas há os mais iguais e os menos iguais, ou seja, uns são mais iguais do que os outros. Essa igualdade oitenta e quatro por cento imperceptível é uma coisa comum nestas épocas de "miséria", porque a miséria tornou-se uma coisa comum. Pobres daqueles que não são "miseráveis" e podem sobreviver melhor com o mesmo trabalho realizado pelos colegas, eles fogem às regras e são as nossas exceções. O problema, todavia, não são as exceções, pois sem elas não haveria a possibilidade de fugir às regras deste salário de fome.

O problema é político-neurológico e econômico-mental. Na realidade é uma epidemia que grassa vários campus da UFPB, de João Pessoa a Cajazeiras. O contágio da doença se dá por aprovação em concurso público de provas e títulos, mas os sintomas só aparecem no ato da posse. Provocada por um vírus conhecido como "isonemtanto", causador de uma "igualdade" salarial identificada pelo nome vulgar de "isoanomalia".

Por isso, em vez de isonomia temos "isoanomalia". Grave doença universitária causada por distúrbios salariais, com sintomas de constrangimento no trabalho, acompanhado de desmaios súbitos à frente das prateleiras dos supermercados e livrarias, bem como de convulsões de cólera inusitada o que leva a Universidade a contrair disritmia comprometendo seriamente o funcionamento do seu corpo docente e demais órgãos vitais.

Diante desse quadro clínico aconselha-se atitudes no sentido de não permitir que as exceções voltem a condição de regra, mas pelo contrário que as regras ascendam à condição das exceções. A manutenção dos "oitenta e quatro" dependem de uma massiva vacinação isonômica, que cure estas disparidades no patamar mais elevado das atuais condições de trabalho e salário.

Disso depende a saúde da UFPB e das demais Universidades Federais. Depende do reconhecimento consciente das diferenças e da necessidade de

resolvê-las coletivamente. O que aparentemente nos separa deve unificar nossa vontade e transformar a nossa acomodação em incômodo, em indignação e em ação política.

Dizemos ação política porque no campo da jurisprudência "somos todos iguais perante a lei" e claro que somos, pero no mucho. Qualquer ação legal sem ação política é piada de mau gosto, porque cria a ilusão do velho ditado popular de que "aquele que espera sempre alcança".

E como não há receita médica, ou de bolo, que diga como agir politicamente, creio que o primeiro passo para a cura é o doente reconhecer sua "anomalia". Mesmo que muita gente não entenda que sem Universidade nem esta "igualdade" existiria, porque o certo - o inteligente - seria tratar do corpo e não da doença.

* Professor do Dept. de Geociências/CCEN/UFPB

ASSEMBLEIA GERAL

Dia 10.11.93 (4ª FEIRA)

Às 9:00H - Aud. Reitoria

Pauta:

- . Informes;
- . Encaminhamentos do XXVII CONAD;
- . Diretrizes Plano de Carreira
- . Seguridade Social;
- . Plenária dos SPFs
(escolha de 2 delegados)
- . Sucessão da ADUFPB-JP/SSind

hospitalares e unidades ambulatoriais, garantindo, assim, maior poder de ganho com os serviços modernizados. Os ganhos se originam do dinheiro público via convênio e contrato, logo, o que ocorre é uma forma de privatização da coisa pública, alavancadas pelas Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), numa política de garantias de falcaturas e fraudes, um uso impróprio e criminoso do dinheiro público. A AIH, sendo um cheque em branco, não tendo limites numéricos por ação, deixa um leque em aberto para os criminosos ultrajarem registros de serviços não prestados e internações fantasmas. A Unidade de Cobertura Ambulatorial (UCA), embora estipulada em proporção demográfica e no perfil epidemiológico, contribui para o rastro largo dos fraudadores.

O serviço público viu seu patrimônio ser dilapidado, sucateado e tornado obsoleto, até mesmo pelos próprios funcionários, que sem uma identificação e envolvimento com os serviços, ajudaram à degradação. O servidor sem consciência profissional e política ajuda a corporificação sólida do privado em detrimento do público. Muitos de nós somos os atores sociais deste modelo perverso.

O SUS não é gratificação, como também não é o repasse das instituições estaduais e federais (públicas, logo, sucateadas) para o município produzir, via AIH e UCA, uma produtividade em igualdade com o setor privado. É desleal e desumano propagar a saúde como um meio de lucro. SUS significa Serviço Único de Saúde. Logo, os serviços passam para a responsabilidade do município em administrar, gerenciar e planejar estrategicamente, priorizando os serviços nas idades de maior impacto na população: mulheres férteis, crianças, adolescentes, trabalhadores e idosos. Com serviços eficazes, operantes, comprometidos com o perfil epidemiológico do bairro, com referências de um modelo local de saúde, próximo dos usuários, o serviço público de saúde poderá vencer o serviço privado e garantir sua participação na luta pela cidadania.

**SOMO NÓS QUE
CONSTRUÍMOS PELA AÇÃO,
LOGO SOMOS NÓS QUE
FAZEMOS ACONTECER!!!**

* Prof. Deptº Fisioterapia/CCS/UFPB

PROCESSO SUCESSÓRIO NA ADUFPB-JP/SSInd

Os mandatos da atual Diretoria e de membros do Conselho de Representantes expiram-se no próximo mês de dezembro. O processo sucessório está em andamento. Desta vez, esperamos que os colegas se articulem e formem suas chapas. A Comissão Eleitoral será formada por 1(um) representante da Diretoria; 1(um) representante escolhido na Assembléia Geral e 1(um) membro do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP/SSInd.

Calendário Eleitoral

Inscrições (chapa com carta-programa):
de 10/11 a 27/11/93 (17:30h)

Camapnha: de 30/11 a 10/12

As eleições: 14 e 15/12/93

Posse: 17/12.

GT Ciência e Tecnologia Convocação

Cresce a responsabilidade do GT como assessor da ANDES-SN em seus diferentes níveis, na elaboração de proposta de nossa política nacional para o setor Ciência e Tecnologia. O XXVII CONAD deliberou sobre vários aspectos importantes, encaminhados pelo GT C&T nacional, entre eles a criação do Forum Nacional de C&T e de Foruns Estaduais.

Convocamos todos os professores relacionados com o GT C&T local para uma reunião no dia 19/11 (sexta-feira), das 8:00 às 10:00h, na sede da ADUFPB-JP. Pedimos confirmar a participação pelo ramal 2388.